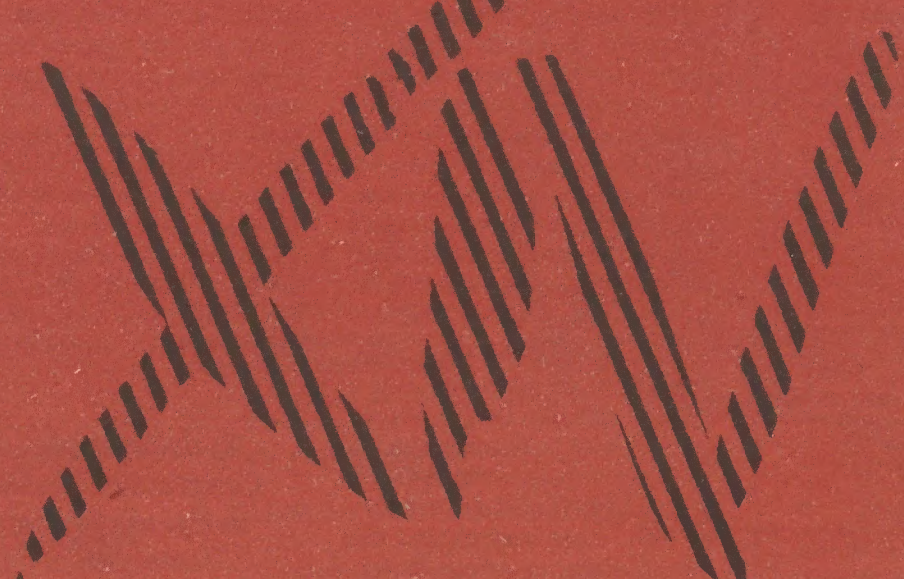



No pavilhão «Cidade de Almada»

congresso



PCP 

começa amanhã

Ao concluir-se a fase preparatória do XIV Congresso, o Comité Central saúda as organizações do Partido pelo grande empenho político e intensos esforços que têm dedicado à sua organização e dinamização, com o justo objectivo de, superando ou atenuando dificuldades objectivas existentes, assegurar a maior participação dos membros do Partido e o fortalecimento da sua vida democrática interna.

O Comité Central saúda igualmente todos os membros do Partido que, com a sua participação, opinião e reflexão, enriqueceram de forma insubstituível um grande processo democrático de debate, de intercâmbio de pontos de vista, de esforço colectivo de aprofundamento de análises e definição de orientações.

Da Resolução do Comité Central
de 26 de Novembro – Pág. 3

EDITORIAL

Viva o XIV Congresso!



Última reunião do actual Comité Central, em vésperas do XIV Congresso do PCP

RESUMO

25

Quarta-feira

O ministro da Administração Interna chega a acordo com a Federação Portuguesa de Futebol quanto ao pagamento do policiamento aos recintos de futebol ■ A Assembleia Geral das Nações Unidas condena o bloqueio dos EUA a Cuba, numa resolução que representa uma grande derrota diplomática dos Estados Unidos ■ Zézé Bezeira sai em liberdade provisória mediante uma caução de 15 mil contos ■ Dois milhões e meio de eleitores irlandeses vão às urnas para decidir a alteração à mais restritiva lei do aborto da Europa ■ A Assembleia Federal checoslovaca aprova o projecto que permite a divisão do país em duas repúblicas, a partir do próximo ano ■ Novos ataques extremistas registam-se na Alemanha contra um centro de refugiados polacos e romenos.

26

Quinta-feira

O presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas solicita ao presidente da Assembleia da República a revisão da lei das propinas ■ O Conselho de Ministros aprova uma profunda alteração na orgânica das Forças Armadas ■ O Tribunal Constitucional pronuncia-se a favor da constitucionalidade dos diplomas do Ministério da Educação que regulam a integração da disciplina de Religião e Moral no currículo do ensino primário ■ O MPLA e a Unita reúnem-se no Namibe, sob os auspícios das Nações Unidas, com o objectivo de consolidar o cessar-fogo e definir a participação do movimento de Savimbi no governo de coligação. Entretanto, a Assembleia Nacional angolana é oficialmente investida ■ O presidente da África do Sul, Frederik de Klerk, afirma poder convocar eleições multirraciais para um governo interino no princípio de 1994.

27

Sexta-feira

Álvaro Cunhal encontra-se com António Guterres, na sede do PS ■ Reúne o Conselho Nacional da CGTP-IN ■ O primeiro-ministro cabo-verdiano afirma em Lisboa, que existem grandes perspectivas de que a cooperação técnico-militar entre Portugal e Cabo Verde «dê um salto bastante grande» ■ Oficiais venezuelanos desencana-deiam uma tentativa de golpe de Estado no país, onde é instaurado o estado de emergência ■ Mais de dez mil pessoas reúnem-se em frente da mesquita El-Aska, em Hamburgo, para assinalar a morte dos três turcos vítimas de um acidente criminoso em Moelln, na Alemanha ■ O Soviète Supremo russo rejeita o plano económico apresentado pelo governo do presidente Boris Ieltsin.

28

Sábado

Milhares de autarcas, reunidos na FIL, decidem uma greve nacional para o próximo dia 11, em protesto contra as verbas inscritas no Orçamento de Estado para 1993 ■ A alteração das portagens provoca grandes congestionamentos de trânsito, durante todo o dia, na Ponte 25 de Abril ■ A proposta de compromisso sobre o «Pacote Delors II» apresentada pela Presidência inglesa da Comunidade é rejeitada pelos quatro

países mais pobres da Comunidade ■ A Igreja católica angolana promove um dia de jejum pela paz no país ■ As forças bósnio-sérvias e o exército croata assinam mais um acordo de cessar-fogo ■ Continuam os tiroteios nas imediações do palácio presidencial em Caracas, na Venezuela.

29

Domingo

O Presidente da República, Mário Soares, recorda, em Sintra, a sua posição em defesa de uma consulta pública sobre o Tratado de Maastricht ■ 43 associações de estudantes do ensino superior participam num Encontro Nacional de Direcções Associativas, aprovando uma jornada de sensibilização para os dias 10 e 11 ■ O ministro da Indústria e Energia, Mira Amaral, afirma na Marinha Grande que «nem todas as pequenas e médias empresas se vão aguentar» num futuro próximo ■ A resistência timorense lança um apelo urgente ao Governo português para que faça «qualquer coisa» para evitar o aumento da repressão indonésia no território ■ O governo argelino revela que vai limitar as liberdades individuais dos cidadãos com o pretexto de declarar «guerra total» aos fundamentalistas ■ O governo venezuelano pede à Organização dos Estados Americanos que solicite ao Peru a expatriação dos oficiais golpistas que fugiram para este país.

30

Segunda-feira

Dezenas de pessoas são presas em Manatuto, Timor-Leste, terra natal de Xanana Gusmão ■ O Tribunal Constitucional de Moscovo rejeita a queixa movida contra a legalidade do PCUS e invalida parcialmente os decretos de Ieltsin ■ Juan Guerra, irmão de Alfonso Guerra, ex-vice-presidente do governo espanhol, começa a ser julgado por falsificação e crimes fiscais ■ Forças da Unita atacam as cidades de Uije e de Negaje, no Norte de Angola, violando o cessar-fogo acordado no Namibe ■ O apartamento de uma família turca é incendiado por desconhecidos em Langenfeld, na Alemanha ■ Pelo menos 12 milhões de adultos em todo o mundo estão infectados com o vírus da Sida, segundo a OMS ■ A CGTP formaliza pedido de filiação na Confederação Europeia de Sindicatos ■ Parlamento de Bona, o Bundestag, ratifica Maastricht.

1

Terça-feira

John Major traz a Lisboa uma proposta de orçamento comunitário em que a verba para o fundo de coesão é consideravelmente reduzida ■ Cinquenta mil agricultores, de diferentes países da Europa, Canadá, Coreia e Japão, manifestam-se em Estrasburgo, contra o acordo concluído sobre os subsídios agrícolas ■ Xanana Gusmão aparece na televisão indonésia, renegando anos de luta ■ Começa, em Moscovo, o VII Congresso dos deputados da Federação Russa ■ Divulgado documento da comissão de médicos e cientistas sobre riscos de reprocessamento de plutónio ■ No Dia Mundial da Sida, diferentes ONG juntam-se no Rossio em sessão de alerta ■ Representantes da Unita são afastados do novo governo angolano.

O XIV Congresso do PCP, que amanhã se inicia, em Almada, apresenta-se como um marco de grande importância na luta e na reflexão dos comunistas portugueses.

São mais de 1800 delegados aqueles a quem as organizações do Partido confiaram mandato para aprovarem a versão final das orientações e soluções que têm estado a ser discutidas e se pretende que correspondam da melhor maneira aos interesses e às necessidades do Partido e às suas responsabilidades perante a classe operária, os trabalhadores e todo o povo português e em relação à solidariedade internacionalista com as forças revolucionárias e os povos do Mundo.

O Congresso foi precedido, com efeito, de um prolongado e intenso trabalho de preparação que arrancou praticamente há um ano atrás, com a reunião do Comité Central de 16 e 17 de Dezembro de 1991, e que compreendeu três fases distintas: os debates promovidos pelas Direcções Regionais e as frentes de trabalho; a elaboração pelo Comité Central das Teses e outros documentos a apresentar ao Congresso; o debate no Partido das propostas do Comité Central.

O órgão supremo do PCP é agora chamado a deliberar sobre matérias da maior importância e que são da sua competência exclusiva, como a eleição do Comité Central e a apreciação e votação das Alterações ao Programa e aos Estatutos, os dois documentos estruturantes do Partido, e da Resolução Política, que condensa as orientações que hão-de guiar a actividade partidária na situação presente e no próximo futuro.

As matérias sobre as quais o Comité Central vai deliberar, em última instância, foram preparadas num processo em que todo o Partido foi chamado a intervir e a participar. No tocante ao Comité Central, através do processo de auscultação, previsto estatutariamente, em que assenta a elaboração da lista proposta. No que se refere aos documentos, através do debate aberto em torno dos projectos apresentados pelo Comité Central, desde meados de Setembro em relação às Alterações ao Programa e aos Estatutos, desde meados de Outubro no que se refere às Teses - Proposta de Resolução Política.

As deliberações do Congresso culminam assim um processo democrático de elaboração que

reservou um lugar privilegiado à participação de todo o colectivo partidário.

A reunião do Comité Central, de quinta e sexta-feira da semana passada, ocupa um lugar muito especial neste processo de preparação do Congresso. Coube-lhe aprovar a lista básica, ainda aberta a ajustamentos finais, que será proposta ao Congresso para a renovação do Comité Central. Coube-lhe encerrar o debate no Partido em torno das Propostas de Alterações ao Programa e aos Estatutos e das Teses - Proposta de Resolução Política e ultimar os textos que serão apresentados à apreciação do Congresso.

Quanto a estes últimos, mais de 2200 propostas de alteração aos três documentos foram enviadas directamente às Comissões de Re-

As deliberações do Congresso culminam assim um processo democrático de elaboração que reservou um lugar privilegiado à participação de todo o colectivo partidário.

dacção, que as consideraram atentamente e ainda tomaram em conta observações, objecções, sugestões e propostas expressas oralmente nas Assembleias Plenárias e noutras reuniões - num total de mais de 1300, num primeiro balanço - efectuadas nesta fase preparatória do Congresso.

O Comité Central constatou a ampla concordância que o debate no Partido conferiu aos textos postos à discussão, ajuizou sobre o trabalho das Comissões de Redacção, introduziu de sua iniciativa novos aperfeiçoamentos e conferiu aos documentos redacção e aprovação final.

A obra colectiva do Partido está patente nos textos agora submetidos à aprovação do Congresso e que se apresentam consideravelmente melhorados e enriquecidos em relação às suas versões iniciais.

Coube, finalmente, à reunião do Comité Central da semana passada dar expressão estatutária às alterações da estrutura da Direcção Central anteriormente aprovadas, designadamente, dando consagração nos Estatutos do Partido ao

Conselho Nacional, com a definição das suas funções e composição e, tal como já se encontra instituído em relação ao cargo de Secretário-Geral do Partido, consagrar a mesma faculdade do Comité Central em relação à eleição de um Presidente do Conselho Nacional. É por de mais evidente a importância e o alcance destas decisões em relação ao funcionamento futuro do Partido e da sua Direcção.

Apresentar à imprensa as conclusões do Comité Central, o camaradé Carlos Carvalhas, Secretário-Geral Adjunto do Partido, salientou: «O Comité Central exprime a sua profunda convicção de que o Congresso constituirá uma forte afirmação do destacado papel do PCP na vida nacional e na democracia portuguesa.»

Com efeito, o XIV Congresso do PCP efectua-se numa situação internacional em que a par das profundas mutações decorrentes da desagregação da URSS e das alterações verificadas no Leste Europeu pesa agora a profunda crise que avassala o mundo capitalista, especialmente as suas economias mais desenvolvidas e poderosas. Efectua-se numa situação nacional marcada por grandes lutas sociais, onde a recessão económica se generaliza e se tingem de cores sombrias o futuro bem-estar dos portugueses, ao mesmo tempo que se acentuam as perversões ao regime democrático e as manifestações de cariz autoritário por parte do partido dominante - o PSD - e do seu Governo.

O XIV Congresso responderá à esperança e aos anseios dos comunistas, dos seus simpatizantes e amigos, constituindo uma renovada afirmação da identidade e da força do PCP, do valor dos seus ideais e do seu projecto político, da confiança e da audácia com que enfrenta as dificuldades e desafios, da determinação com que prossegue a luta pela Democracia e o Socialismo como Futuro de Portugal.

O XIV Congresso responderá também a todos os portugueses, para além dos comunistas, que encaram com inquietação a presente deterioração da vida económica, social e política do país, apontando-lhes a perspectiva real de se afastar, pela luta, a direita do poder e de, pelo entendimento e a convergência das forças sociais e políticas da democracia, se construir uma alternativa democrática.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! — R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira. Fax: 3986793; Telex: 65791; Telef. (01) 395 21 93

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pisos, 326, Gullões, 4450 Metoinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Composto e impresso na Heka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Vanda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS *

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.786\$00

ESPAÑA — 50 números: 8.326\$00

MACAU — 50 números: 13.042\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____
Morada _____ Telef. _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

Declaração de Carlos Carvalhas em encontro com a imprensa

Comité Central aprovou por unanimidade as propostas de documentos a submeter ao Congresso

No final da reunião do Comité Central, que teve lugar na Soeiro Pereira Gomes nos passados dias 25 e 26 de Novembro, o camarada Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP, que se encontrava acompanhado pelos camaradas Francisco Lopes, do Secretariado e da Comissão Política, e José Vitoriano, da Comissão Central de Controlo e Quadros, deu conta à comunicação social das principais conclusões e decisões tomadas. Publicamos na íntegra a declaração de Carlos Carvalhas que, no final, respondeu às questões colocadas pelos jornalistas.

Como foi anunciado, a reunião do Comité Central foi fundamentalmente dedicada ao exame de importantes questões relativas à fase final da preparação do XIV Congresso do PCP que se inicia no próximo dia 4 de Dezembro em Almada.

Neste sentido, o Comité Central, na sequência do amplo debate realizado em todas as organizações do Partido e da consideração das opiniões e propostas de alteração e emenda aos documentos apresentadas por militantes, **aprovou por unanimidade a Proposta de Alterações ao Programa, a Proposta de Alterações aos Estatutos e a Proposta de Resolução Política - Teses - a submeter à apreciação e aprovação finais dos delegados ao Congresso.**

Neste âmbito, cabe informar que tanto a proposta de Alterações aos Estatutos como a Proposta de Resolução Política, para além de muitas outras diferenças ou modificações em relação aos projectos que foram inicialmente colocados à discussão do colectivo partidário, incorporam alterações correspondentes às orientações definidas na reunião do Comité Central do passado dia 12, relativamente a estruturas de Direcção Central.

Na Proposta de Alterações aos Estatutos, no capítulo sobre os órgãos superiores do Partido, são introduzidas novas disposições que dão expressão estatutária às principais soluções preconizadas relativamente a estruturas de Direcção Central.

Neste sentido, propõe-se nomeadamente a consagração estatutária de um Conselho Nacional, definindo as suas funções e composição e, tal como já se encontra instituído em relação ao cargo de Secretário-Geral do Partido, propõe-se que seja consagrada a faculdade de o Comité Central eleger um Presidente do Conselho Nacional.

Exercendo a competência e a responsabilidade que lhe é atribuída pelos Estatutos, e na sequência de um amplo processo de recolha de propostas e de auscultação e consultas a organismos do Partido, o Comité Central apreciou a composição da lista do Comité Central a propor para eleição no XIV Congresso, sendo de prever que embora aberta a ponderações até à data do Congresso o fundamental dessa composição fique definido nesta reunião.

Entre outros aspectos, a proposta de lista em apreciação, que foi elaborada de acordo com os critérios definidos na última reunião do Comité Central, a ser aprovada, corresponderá à renovação de cerca de 20 por cento dos membros do Comité Central.

Ao concluir-se a fase preparatória do XIV Congresso, o Comité Central saúda as organizações do Partido pelo grande empenho político e intensos esforços que têm dedicado à sua organização e dinamização, com o justo objectivo de, superando ou atenuando dificuldades objectivas existentes, assegurar a maior participação dos membros do Partido e o fortalecimento da sua vida democrática interna que se trafoz, segundo dados provisórios e ainda muito incompletos, realizou, ao longo dos últimos dois meses de mais de 1300 reuniões e Assembleias para discussão dos documentos (cujas orientações fundamentais mereceram um apoio ou concordância generalizados) e para eleição, na sua proporção, de um delegado para cem membros do Partido.

O Comité Central saúda igualmente todos os membros do Partido que com a sua participação, opinião e reflexão enriqueceram de forma insubstituível um grande processo democrático de debate, de intercâmbio de pontos de vista, de esforço colectivo de aprofundamento de análises e definição de orientações que decorreu com interesse e vivacidade e no clima de tolerância, respeito mútuo e fraternidade que caracteriza o relacionamento e a acção comum dos comunistas portugueses.

A oito dias da abertura dos trabalhos do XIV Congresso, o Comité Central exprime a sua profunda convicção de que o Congresso constituirá uma forte afirmação do destacado papel do PCP na vida nacional e na democracia portuguesa e dará renovado testemunho da força e do valor da sua identidade, dos seus ideais e do seu projecto político de partido comunista que se orgulha de ser e de querer continuar a ser, da sua insubstituível ligação aos interesses e aspira-

ções dos trabalhadores e do povo português, da serenidade e firmeza e da confiança e audácia com que se dispõe a enfrentar os desafios do presente e a avançar na luta pelo futuro democrático e socialista de Portugal.

A situação política nacional

Apreciando aspectos mais relevantes e significativos na actual situação política nacional, o Comité Central destaca:

- o prosseguimento de um vasto e diversificado movimento de resistência, de protesto e de luta contra a política do Governo que apresenta magníficas expressões como a greve nacional da Função Pública, envolvendo perto de meio milhão de trabalhadores (da administração central e local, professores, médicos, enfermeiros), a grandiosa manifestação nacional dos estudantes do ensino superior contra o aumento das propinas realizada junto da Assembleia da República e a manifestação realizada no mesmo local pela USL-GCTP-IN e as movimentações dos agricultores. Estas movimentações revelam um profundo e alargado descontentamento popular e uma aguda consciência do carácter injusto e intolerável da ofensiva governamental visando impor a redução do poder de compra dos salários, a ampliação da instabilidade e insegurança no emprego, o agravamento das condições de vida da população, a restrição de direitos e regalias, a escandalosa desresponsabilização do Estado e cortes orçamentais em áreas sociais essenciais, como a educação e a saúde;

- a determinação colocada na continuação da luta que se confirma com as iniciativas e jornadas de acção que estão anunciadas para breve, nomeadamente a nova jornada da Administração Central e Local marcada para o próximo 3 de Dezembro;
- o crescente isolamento em que o Governo se encontra no plano social, o que deve favorecer uma ainda mais forte convicção e confiança de que está inteiramente ao alcance do prosseguimento da luta, forçar o Governo a recuos, impor derrotas à sua política, obter a satisfação de importantes reivindicações populares.

O Comité Central regista de forma positiva que, embora com injustificado e prejudicial atraso em relação às fundamentais análises e prevenções feitas pelo PCP, progride em sectores muito diversificados a compreensão e a consciência

- de que anos e anos de conjuntura económica externa muito favorável e centenas de milhões de contos de fundos comunitários não foram devidamente aproveitados para a modernização do aparelho produtivo nacional e a criação de bases estáveis e duradouras de um verdadeiro processo de desenvolvimento económico e social e que por isso, não só a economia nacional manteve as suas fragilidades e vulnerabilidades estruturais como se acentuaram as injustiças e desigualdades sociais;

- de que a propagandeada receita do escudo forte está claramente desajustado da economia real do país e das necessidades das empresas produtivas é inseparavelmente mantida à custa do facto de centenas de milhões de contos das reservas em divisas e de uma negativa política de elevadas taxas de juro dos empréstimos;

- de que, como acaba de ficar ostensivamente demonstrado pelos ataques do Primeiro-Ministro e do PSD ao exercício por outros órgãos de soberania dos seus poderes constitucionais e aos órgãos institucionais de fiscalização e garantia da legalidade, Cavaco Silva e o PSD comungam de concepções autoritárias e antidemocráticas e protagonizam um projecto de poder absoluto que é radicalmente incompatível com o regime democrático consagrado na Constituição e que ameaça afectar gravemente o normal funcionamento das instituições democráticas;

- de que se impõe travar a nova ofensiva do PSD contra os princípios democráticos que actualmente regem as leis eleitorais para a Assembleia da República e para as Autar-



quias Locais, que marcou para o próximo dia 17 de Dezembro a discussão no Parlamento de projectos de alteração àquelas leis, visando distorcer a proporcionalidade e assim fabricar artificialmente maioria absolutas que permitam a perpetuação do PSD no poder, tudo em violação da Constituição (facto que levou o Grupo Parlamentar do PCP a impugnar a admissibilidade desses projectos do PSD).

Os factos confirmam insofismavelmente que Portugal tem um Primeiro-Ministro que falta sistematicamente à verdade. Menospreza e ofende a inteligência dos cidadãos; mistifica as questões; elude os problemas, escamoteia as realidades e foge às responsabilidades. Diz e desdiz e contradiz e, depois, ainda se reclama de uma grande coerência; fala de "desperdício" e "extravagâncias" na gestão dos dinheiros públicos mas não responde, por exemplo, à denúncia de que a Companhia de Seguros Império foi privatizada na base de um património deliberadamente subavaliado em 15 milhões de contos. Descobriu agora os constrangimentos e reflexos de uma conjuntura externa desfavorável mas esquece-se dos muitos anos de conjuntura externa favorável em que os alegados "sucessos" do Governo eram sempre seu exclusivo mérito próprio sem nenhuma relação com essa conjuntura; que enche a boca de justiça social exactamente para justificar políticas e medidas de deliberado agravamento das injustiças sociais e para prosseguir a generosa distribuição de benesses, privilégios e poder económico às extensas e vorazes clientelas do PSD.

O Comité Central reafirma a frontal oposição do PCP à revisão extraordinária da Constituição visando, sem qualquer debate nacional e sem a realização de um referendo, subordinar a Lei Fundamental do país às imposições do Tratado de Maastricht, e condena vivamente a servil aliança do PS com o PSD que a aprovou.

Salienta que a declaração feita por Almeida Santos, presidente do PS e seu líder parlamentar, de que o conteúdo daquela revisão da Constituição é "uma autêntica revolução político-constitucional" representa uma autorizada confissão e reconhecimento da gravidade dos acordos estabelecidos pelo PS com o PSD e da falsidade dos argumentos tranquilizadores, até aqui frequentemente usados pelo PS e pelo PSD com o objectivo de inculcar a ideia de que o Tratado de Maastricht significaria apenas um pequeno passo em mera e inocente continuidade do Tratado de Roma e do Acto Único.

Tal afirmação deve sobretudo favorecer uma ainda mais ampla compreensão de que Maastricht representa de facto uma grave, profunda e perigosa alteração qualitativa no processo de integração europeia, com importantes consequências para a soberania nacional, deve reforçar a justa indignação contra uma "autêntica revolução político-constitucional" feita nas costas do povo e com um intolerável desprezo pela sua opinião e pelo apuramento da sua vontade, e deve sobretudo reforçar a exigência de que o PS e PSD não levem por diante a insensata, irresponsável e injustificada intenção de procederem à aprovação parlamentar, já nos dias 9 e 10 de Dezembro, de um Tratado da União Europeia, cuja entrada em vigor em 1 de Janeiro de 1993 se encontra, aliás, completamente comprometida.

Realizando-se numa conjuntura marcada pelos graves problemas e sérias ameaças que a política de direita projecta sobre a vida e os interesses do povo e do país mas também pela esperançosa afirmação de forças, energias e capacidades de resistência e luta, o XIV Congresso do PCP constituirá seguramente um importante momento para a apresentação das propostas do PCP, das suas alternativas, do seu projecto de sociedade. Será também uma importante tribuna de denúncia corajosa da política do PSD e de reclamação de uma nova política democrática de progresso, liberdade, bem estar, justiça social e independência nacional, conforme aos interesses populares e às necessidades de Portugal.

A tarefa das tarefas

Sete anos depois do PSD ter assumido sozinho o poder (treze anos de permanência no Governo se se considerar também o período em que governou em coligação, primeiro com o CDS e depois com o PS) e face aos propósitos da direita consumir alterações do regime num sentido autoritário e que eternizem o seu domínio, a questão do afastamento da direita do poder e a criação de condições para a concretização de uma alternativa democrática, constitui sem dúvida o problema central da vida política portuguesa e a tarefa das tarefas para a qual importa ganhar a compreensão, o apoio e a convergência de sectores muito vastos e diversificados da sociedade portuguesa.

A questão com que amiúde se depara, seja em debates de âmbito partidário, seja no quadro da relação e do diálogo com outros sectores democráticos, não respeita tanto à compreensão da necessidade e da importância política do afastamento da direita do poder, quanto à possibilidade de concretizar tal objectivo e às condições e vias para o alcançar.

O PCP não poderia, pois, deixar de colocar estas questões entre as fundamentais em debate no seu XIV Congresso. E de procurar definir com clareza as correspondentes orientações em relação à sua actividade futura.

É possível afastar a direita

A possibilidade de afastamento da direita do poder, num quadro que surge (até psicologicamente) muito marcado pelas expressivas maiorias absolutas alcançadas pelo PSD nas legislativas de 87 e de 91 e pela falta de credibilidade da postura do PS que, contra toda a razoabilidade, insiste em proclamar-se sozinho como alternativa à direita, não constitui uma questão cuja complexidade e dificuldade possam ser eludidas.

A possibilidade de afastar a direita radical, em primeiro lugar e em termos objectivos, na falta de correspondência e no conflito, em muitos casos, entre a política que o Governo leva efectivamente à prática e as aspirações e os interesses de sectores muito vastos da população, entre os quais se incluem aqueles cuja deslocação eleitoral, nas legislativas realizadas depois de 1985, permitiu ao PSD instalar-se no poder.

É conhecido que o PSD beneficiou do ponto de vista eleitoral do período de expansão vivido na economia internacional até há pouco mais de um ano, da baixa do preço do petróleo e da entrada no País de avultados recursos financeiros provindos dos fundos estruturais da CEE (que atingiram no final da década de 80 o significativo montante anual de 2% do PIB), que conduziram ao crescimento da economia portuguesa nos últimos quatro anos e possibilitaram a concretização de um conjunto de infra-estruturas.

E é conhecido, também, o intenso esforço propagandístico do Governo no sentido de chamar a si os louros pelas expressões de dinamismo económico e social registados no país depois do 25 de Abril, e que resultam em primeiro lugar da actividade e da própria luta dos trabalhadores, do dinamismo de outros sectores laboriosos, das realizações do poder local democrático, etc., que tiveram lugar apesar da política de direita e, em muitos casos, impondo-se activamente contra ela.

A situação objectiva apresenta neste momento uma perspectiva diferente.

A economia internacional entrou numa fase recessiva e a instabilidade financeira associada à "economia de casino" está a gerar uma pesada incerteza sobre o conjunto do sistema. O montante dos fundos comunitários - utilizado pelo Governo como principal "argumento" para a política de abdicação nacional que vem conduzindo - apresenta-se cada vez mais problemático, isto num quadro comunitário que atravessa a sua mais profunda crise.

Avançou o processo de reconstituição e restauração do capitalismo monopolista, objectivo estratégico da direita, e os grupos económicos já consolidados e o capital multinacional (atraído pelos fenómenos especulativos e pela mão-de-obra barata), em muitos casos estreitamente associados, impõem cada vez mais o seu domínio económico e político.

Este domínio, por um lado, está a bloquear a modernização de uma economia com as características da portuguesa, pondo em causa a melhoria do seu perfil, da sua

especialização produtiva e a sua inserção activa (e valorizada) numa divisão internacional do trabalho cada vez mais exigente e complexa. Por outro lado, o grande capital procura "transferir" rapidamente para os trabalhadores o custo da "crise" (política de contenção e redução salarial, precarização do emprego e "reestruturações" que se tornaram para muitos trabalhadores sinónimos de despedimento e de desclassificação social) e "comprime" também outros sectores laboriosos (pequenos e médios agricultores, industriais, comerciantes). E por último, e não menos grave, o Governo aparece a sacrificar actividades de interesse público e funções sociais fundamentais que ao Estado incumbe garantir (saúde, educação, segurança social, cultura) para disponibilizar em favor do grande capital (quer através de isenções fiscais, quer de dotações orçamentais) uma parcela cada vez mais significativa dos recursos do país.

Quando já se perfilam no horizonte os actos eleitorais dos próximos anos (autárquicas em 93, parlamento europeu em 94, legislativas em 95 e presidenciais em 96), são significativas e cada vez mais diversificadas as expressões de descontentamento na sociedade portuguesa, o crescente número de cidadãos que lutam contra um quotidiano dia a dia mais difícil, o alastramento de fenómenos de exclusão social e as dificuldades que estão a atingir as próprias camadas médias. As expressões de descontentamento que traduzem fragilidades e descontinuidades na base eleitoral do PSD assumem, neste contexto, um particular significado. E impõem um persistente esforço para o seu alargamento e aprofundamento e, sobretudo, para que venham a traduzir-se numa efectiva deslocação política e eleitoral no sentido da esquerda.



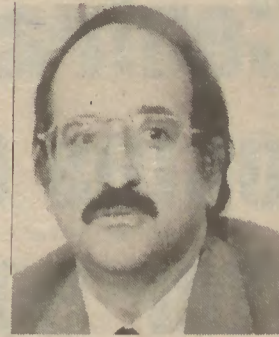
É certo que a influência política dos grupos económicos e a utilização do aparelho do Estado de acordo com os interesses do partido governante (o "Estado laranja" com os seus múltiplos tentáculos e clientelas, o domínio de grandes meios de comunicação social - quer os públicos, quer os privatizados que foram entregues em "boas mãos") constituem um condicionamento real à vida democrática e um obstáculo ao afastamento da direita do poder.

Mas não é menos verdade, também, que por mais difícil ou complexo que seja o caminho, é a vontade popular que acabará por determinar o rumo dos acontecimentos.

Assumir a mudança

Para afastar a direita do poder e criar condições para uma alternativa democrática, como é apontado no projecto de resolução política apresentado ao XIV Congresso, é fundamental responder com orientações e linhas de intervenção claras, válidas não só para a acção dos comunistas, mas para toda a movimentação e luta popular e para o diálogo com as outras forças democráticas.

É a resposta e a iniciativa no plano social. A multiplicação das lutas pelos mais diversos objectivos concretos e imediatos. A construção da unidade das massas e o carácter participativo e não rotineiro das formas de luta. A convergência de lutas parciais, em movimentos mais



EDGAR CORREIA
membro da Comissão Política

largos de reivindicação e resistência. A solidariedade que nasce da luta e se projecta na própria luta.

É a resposta e a iniciativa no plano político. Acompanhando a luta social e fundindo-se por vezes com ela. Assumindo no seio das instituições democráticas e da sociedade em geral a resistência política à direita, o debate vivo dos problemas e das soluções, os valores e a influência da participação popular na construção democrática do país. E acumulando condições para uma viragem democrática na situação nacional.

É a intervenção política directa do Partido, componente fundamental do papel desempenhado pelos comunistas na sociedade portuguesa. Estreitamente ligada às movimentações sociais e à acção nas instituições. Ligando e levando às massas as análises e as orientações políticas democráticas que os comunistas, em contraposição às políticas de direita, têm elaborado, proposto e defendido para o País. É a defesa da convergência com

outras forças democráticas, designadamente com o PS, para a viabilização da alternativa democrática. Convergência que não só não dispensa como exige o reforço da afirmação política própria e da influência do PCP. Que não dispensa antes torna indispensável o combate às alianças do PS com o PSD em questões capitais, e a crítica aos preconceitos, pretensões hegemónicas e concepções bipolarizadoras, que têm retirado credibilidade ao objectivo de alcançar uma maioria parlamentar das forças à

esquerda do PSD que suporte a constituição de um Governo democrático que conduza uma política democrática. Perante uma sociedade bloqueada pela política de direita no que respeita ao seu efectivo desenvolvimento económico, social e cultural. Face ao crescente descontentamento e ao desencanto que atinge sectores muito vastos da população. No contexto de uma internacionalização económica cada vez mais agressiva e de um crescente fosso que separa Portugal dos países mais desenvolvidos. Num quadro comunitário cada vez mais dominado pelos países mais poderosos e pelo capital transnacional, que torna imperativa pela parte de Portugal a defesa firme e permanente dos interesses nacionais. A necessidade e os objectivos de uma **mudança democrática** na vida nacional constituem uma proposta fundamental que o PCP, como grande partido dos trabalhadores, como consequente e influente força democrática e de esquerda, dirige do seu XIV Congresso à sociedade portuguesa.

Uma proposta fundamental que, com confiança, luta, diálogo e convergência, está ao alcance do povo português concretizar.

Eleitos os delegados dos Açores

Realizou-se no passado dia 28 de Novembro, na Casa do Povo das Lajes das Flores, a 5.ª Assembleia da Organização do PCP daquela Ilha dos Açores. A Assembleia procedeu ao exame da situação específica da Ilha e da actividade do Partido, tendo dado especial atenção à preparação das eleições autárquicas de 1993, em relação às quais deliberou deverem ser enviados esforços para que a CDU concorra a todos os órgãos autárquicos. A recente reeleição do deputado regional do Partido e a ligação do trabalho parlamentar ao trabalho geral também mereceram a atenção da Assembleia.

Os camaradas elegeram a Comissão de Ilha do PCP e a assembleia funcionou como

plenário para a eleição dos dois delegados das Flores ao XIV Congresso. Encerrou os trabalhos o camarada Paulo Valadão, do Secretariado da DORAA e deputado regional.

Entretanto, após a realização de oito assembleias plenárias, estão já eleitos os 11 delegados que representam os comunistas dos Açores no Congresso. Quatro delegados são de S. Miguel, dois das Flores, dois do Faial, tendo a Terceira, Pico e S. Jorge eleito um delegado cada.

No processo de eleição de delegados e de discussão dos documentos intervieram algumas centenas de camaradas em toda a Região.

Renault e Timor nas preocupações dos comunistas de Setúbal

Reunido no passado fim-de-semana, o Secretariado da Comissão Concelhia de Setúbal do PCP saudou a determinação dos trabalhadores da Renault, que na quinta-feira forçaram a Guarda Fiscal a permitir a entrada de dois dirigentes sindicais que ali se deslocaram para realizar um plenário.

Por ordem da Administração da empresa, aqueles agentes tentaram impossibilitar que os trabalhadores discutissem as medidas a tomar face ao anunciado despedimento de duzentos contratados a prazo.

O Secretariado da Comissão Concelhia repudiou a detenção dentro das instalações da fábrica dos dois dirigentes sindicais e de um membro da Subcomissão de Trabalhadores.

Reunido para apreciar a preparação, ao nível do concelho de Setúbal, do XIV Congresso do Partido, o Secretariado da Comissão Concelhia entendeu ainda não deixar de denunciar a ausência de uma representação da Câmara Municipal de Setúbal na Vigília por Timor-Leste e pela libertação de Xanana Gusmão, promovida na noite de sexta-feira, no Largo da Misericórdia, por associações juvenis, enquanto nela participaram eleitos do PCP e da CDU.

São Simão

O encerramento ou ameaça de encerramento de empresas da freguesia de São Simão, no concelho de Setúbal, foi um dos aspectos mais debatidos na Assembleia de Militantes do PCP que se realizou este fim-de-semana em Vendas de Azeitão.

A empresa Cosider, lançando no desemprego 70 trabalhadores, é o exemplo mais significativo desta situação, à qual não são alheias, segundo informações, operações financeiras em que apostam capitais estrangeiros. A estrutura sindical implantada na Cosider, o

SIMA - sindicato metalúrgico da UGT - não tem demonstrado qualquer capacidade de orientar a resistência dos trabalhadores na salvaguarda dos seus interesses.

Também a empresa de confecções Rosalinda, com cerca de 30 trabalhadores, e a Novadata, do sector de computadores, vêem encerradas as suas portas ou procedem a despedimentos, elegendo como principais vítimas as mulheres e as camadas mais jovens.

A realidade de São Simão confirma assim as Teses em discussão entre os militantes comunistas que preparam o XIV Congresso do PCP, a realizar em Almada nos dias 4, 5 e 6 de Dezembro: para os trabalhadores portugueses a incerteza quanto ao futuro domina as suas preocupações, e a política dita de sucesso do PSD e de Cavaco Silva, levando por diante a restauração capitalista a favor de meia dúzia de famílias e dos seus protectores internacionais, é a política da falência quando estão em causa o bem-estar dos trabalhadores e da população e o desenvolvimento do país e da região.

A reunião dos militantes comunistas, manifestando solidariedade com estes trabalhadores, constatou que a par destes problemas muitos outros se levantam, designadamente na esfera das autarquias onde o PS, a nível da Câmara e da Junta de Freguesia, está longe de satisfazer as aspirações mais prementes dos residentes locais.

Reconhecendo não ter sabido ser o catalisador de acções de denúncia e mobilização que conduzam a uma intervenção imprescindível dos mais afectados por estas políticas, a organização local do PCP debateu as melhores formas de ultrapassar atrasos, deficiências e insuficiências e cumprir com as responsabilidades que lhe cabem como vanguarda política dos trabalhadores e das populações.

A Assembleia registou a adesão de três jovens raparigas ao PCP, confirmando que, conforme afirmam os documentos do XIV Congresso, «o PCP é o Partido de que Portugal precisa».

PCP

A DORL acusa: O Governo mentiu

Continuam a chegar à nossa redacção apreciações sobre o Orçamento do Estado para 1993, por parte das Direcções das Organizações Regionais do Partido. Apreciações sempre negativas, com o é mais um exemplo a que a DORL e os deputados do PCP eleitos por Lisboa fazem em comunicado divulgado há dias. Nesse documento, a DORL recorda que em Março de 1992, o PCP levou à AR, através de interpelação ao Governo, a situação, os problemas e as dificuldades da Área Metropolitana de Lisboa e dos cerca de dois milhões e meio de portugueses que aí vivem e trabalham.

Depois de recordar que, na altura, o Governo havia reconhecido a gravidade da situação e avançado mesmo com o compromisso de se empenhar e concentrar esforços na Área Metropolitana da capital, o documento sublinha:

«Ao assumir tal compromisso, o Governo mentiu, sabendo já estar a mentir. Com efeito, até agora, da parte do Governo assistiu-se ao avolumar de promessas e ao adiamento sucessivo da resposta aos problemas.

«E esta proposta de Orçamento de Estado não cumpre, mais uma vez, as afirmações feitas pelo Governo na altura da referida interpelação.»

Críticas e propostas

E o documento continua, mais adiante:

«O Orçamento de Estado e o respectivo Plano de Investimentos não correspondem nem satisfazem as necessidades e carências

mais sentidas no Distrito de Lisboa. Além disso, esta ausência de resposta é agravada pela decisão do Governo de voltar a não cumprir a Lei das Finanças Locais, penalizando duplamente as populações. Na verdade, em 1992, a verba retirada às autarquias do distrito de Lisboa ultrapassou os 4 milhões de contos; e para 1993, se a proposta do Governo for aprovada, o roubo às autarquias do distrito será de 5,7 milhões de contos. Com um crescimento médio do FEF abaixo dos 5%, o distrito e sete dos seus concelhos apresentam uma evolução do valor normal abaixo da taxa de inflação prevista o que significa uma redução real da capacidade financeira e de investimento das autarquias em claro prejuízo das populações que aqui, residem.»

Depois de sublinhar que não são considerados investimentos indispensáveis em áreas como a Habitação, a Saúde e a Segurança das populações, o documento da DORL avança:

«No sentido de atenuar e corrigir o Orçamento de Estado e o PIDDAC para 1993 em domínios essenciais à qualidade de vida das populações, os deputados do PCP eleitos pelo círculo de Lisboa irão apresentar um conjunto de propostas no valor de 3 milhões 625 mil contos distribuídos pelas seguintes áreas:

— Segurança, Saúde, Habitação, Justiça, Educação, Transportes, Infra-estruturas Rodoviárias, Desporto e Ocupação de Tempos Livres, Segurança Social, Defesa e Protecção do Ambiente.»

Engarrafamentos na Ponte

Nota do Gabinete de Imprensa do PCP

Entrou hoje em funcionamento a portagem da Ponte 25 de Abril após a mudança da sua localização do sentido Norte/Sul para o sentido Sul/Norte.

Não tendo em conta a posição do PCP e não ouvindo a opinião repetidamente afirmada pelas autarquias e pelas populações da região, o Governo do PSD gastou mais de 1 milhão de contos na transferência da portagem.

Os colossais engarrafamentos hoje (sábado) verificados com a entrada em funcionamento da portagem na nova localização, fazendo prever problemas mais graves nos dias úteis, mostram que não só não resolveu como agravou consideravelmente os engarrafamentos com as suas consequências de horas perdidas, gasto de combustível e desgaste nervoso dos utentes.

O PCP há muito que reclama soluções que permitam a melhoria dos transportes e da circulação na Área Metropolitana de Lisboa, nomeadamente das ligações da margem Sul à cidade de Lisboa, problema que afecta o quotidiano de dezenas de milhar de pessoas na deslocação casa/emprego.

O PCP propôs e reclama como principais medidas de fundo a construção de novas travessias do Tejo e a criação de meios de transporte rápido sobre carril e como medida imediata a eliminação da portagem da ponte que constitui mais um funil no grande estrangulamento que a ponte já representa. Com o objectivo expresso da eliminação desta portagem,

tal como da portagem de Sacavém, o PCP apresentou um projecto de lei na Assembleia da República.

Reafirmando as posições tomadas, o PCP condena o gasto de dinheiros públicos em operações que nada resolvem, exige a eliminação da portagem da ponte e apela às populações para manifestarem a sua oposição a tão grave situação.

O fecho de Cruz da Pedra

Reagindo de imediato ao anúncio do encerramento da Estação de Cruz da Pedra por parte da CP, a Comissão de Freguesia de S. Domingos de Benfica do PCP tornou pública uma nota aos órgãos de Comunicação Social, que divulgamos na íntegra:

«Os utentes da Estação da Cruz da Pedra, em S. Domingos de Benfica, foram surpreendidos pelo anúncio, através de edital afixado na Estação, do seu fecho a partir de 1 de Dezembro.

«Esta medida da CP foi tomada administrativamente, sem auscultação aos utentes, sem informação atempada, sem o mínimo de respeito e consideração para com os trabalhadores que utilizam diariamente aquela estação na sua deslocação casa/emprego.

«A Comissão de Freguesia de Benfica do PCP considera que a CP deve suspender, de imediato, esta medida e estabelecer o necessário diálogo com os utentes de forma a encontrar as soluções adequadas a uma decisão deste tipo.»

Camaradas falecidos

FERNANDO DOS SANTOS

Com 64 anos de idade, faleceu o camarada Fernando Alves dos Santos. Natural de Lisboa, organizado na célula da Ouressa, Algés-Mem Martins, o camarada pertenceu à Comissão de Freguesia do PCP. Foi membro da Direcção dos Bombeiros Voluntários de Algés-Mem Martins e era eleito da Assembleia de Freguesia.

SEBASTIÃO MARREIROS

O camarada Sebastião Marreiros faleceu, com 82 anos de idade. Pertencia à Comissão de Moradores do Bairro das Palmeiras, Barreiro, e era membro do respectivo Secretariado de Célula do Partido.

ERNESTO ROSÁRIO

Ernesto Joel Rosário, de 68 anos de idade, que recentemente faleceu, estava organizado na Célula do Bairro 3 - Alto do Seixalinho, Barreiro.

JOSÉ DE ALMEIDA

José Francisco de Almeida, reformado, com 62 anos de idade, este camarada falecido estava organizado na Freguesia de Palhais. Participou activamente na Banca do Centro de Trabalho e na divulgação da imprensa do Partido.

JOSÉ VICENTE LABAREDDAS

Reformado da Quimigal, faleceu, com 65 anos de idade, o camarada José Vicente Labaredas. Estava organizado na Freguesia do Alto do Seixalinho e foi grande activista da CRA no concelho do Barreiro.

FERNANDO NOGUEIRA

Ao fim de prolongada doença, faleceu, no passado dia 11 de Novembro, o camarada Fernando Nogueira. Contava 57 anos de idade e foi membro da Comissão de Freguesia de Cascais do PCP.

JOSÉ PAULINO

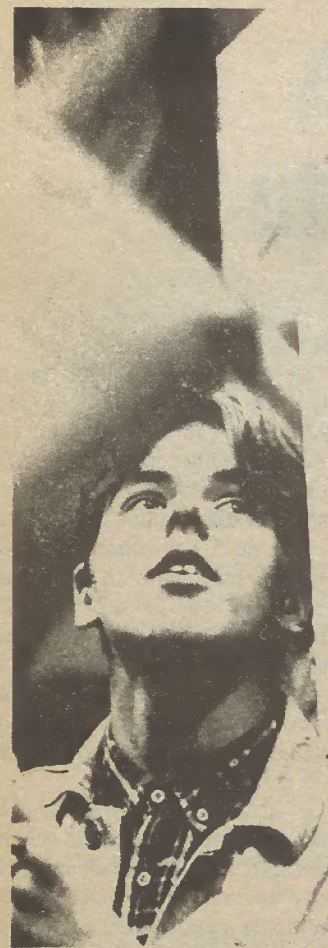
Faleceu no passado dia 29 de Outubro o camarada José Paulino. Contava 77 anos de idade, foi ferroviário, e estava organizado em Faro, na célula dos Reformados, onde gozava de grande prestígio.

MANUEL GUILHERME DE ALMEIDA

Nascido no Fundão em 10 de Setembro de 1898, o camarada Guilherme de Almeida veio a falecer no passado dia 11 de Novembro. Vieram para Lisboa em 1908, iniciando-se dois anos depois, como aprendiz na pro-

fissão de alfaiate. Com 20 anos, foi eleito membro da Comissão Sindical da Assembleia Fraternal da Classe dos Operários de Alfaiataria de Lisboa. Pertenceu às Juventudes Socialistas e mais tarde às Juventudes Comunistas. Em 1934, foi Secretário-Geral do Socorro Vermelho Internacional. Preso e condenado a 20 meses, só foi libertado 47 meses depois, tendo chegado a ser levado para Angra do Heroísmo, 38 dias antes de terminada a pena. Profissional de prestígio, só abandona o ofício com 91 anos, na sequência de um acidente cardiovascular ocorrido em 1989. Em 1983 foi agraciado com a Comenda da Ordem de Mérito Industrial e, no XX Congresso Mundial de Mestres Alfaiates, em Roma, foi-lhe concedida a Medalha de Grande Mérito. Nunca tendo abandonado a actividade política, sofreu várias prisões - em 1956 passa 6 meses em Caxias; em 1965 é condenado a 18 meses, que cumpre em Caxias e em Peniche. Sofreu ao todo 93 meses de prisão. Pertenceu ao MUD e participou activamente nas campanhas eleitorais de Norton de Matos, Arlindo Vicente e Humberto Delgado.

Às famílias e amigos dos camaradas falecidos, o «Avante!» apresenta sinceras condolências.



congresso
PCP

APOIO AOS DELEGADOS

Como chegar ao congresso
Apoio aos delegados
Serviços de alojamento
Depósito de bagagens
Restaurante • Bares
Portas de acesso • Lembranças
Livraria • Teatro

Serviço de alojamentos

Para todos os delegados, à excepção dos que vêm da Organização Regional do Porto, os Serviços de Apoio funcionam até à véspera do Congresso (dia 3/12 inclusive), no Centro de Trabalho Concelhio de Almada, situado na Praça Prof. Egas Moniz, nº 48, Almada, tal como consta no mapa que publicamos página 4 deste suplemento.

Para os camaradas da OR do Porto, estes Serviços funcionam no Centro de Trabalho Vitória, na Av. da Liberdade, em Lisboa.

Nos dias do Congresso os Serviços de Apoio funcionarão para todos os delegados num edifício situado em frente da porta de entrada dos convidados (ver letra J no mapa)

Horário de funcionamento dos serviços de apoio

Quinta-feira
das 18 às 24 horas
Sexta-feira
das 8.30 às 21 horas
Sábado
das 8.30 às 23.30 horas
Domingo
das 8.30 às 14.00 horas

Depósito de Bagagens

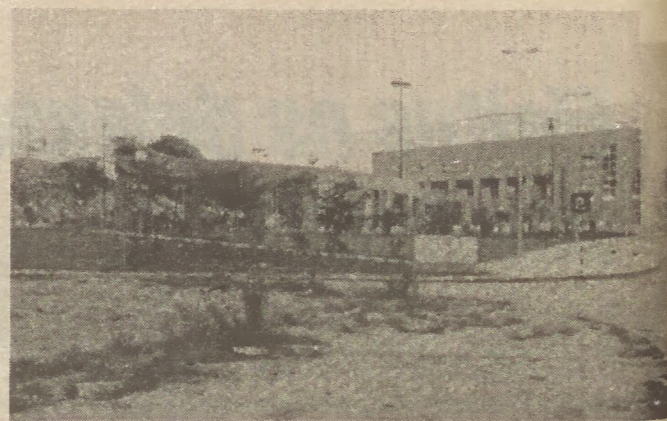
O depósito de bagagens funciona junto dos Serviços de Apoio a Delegados/Alojamentos e aceita volumes apenas de delegados. O horário é igual do Serviços de Alojamentos e está assinalado no mapa com a letra I.



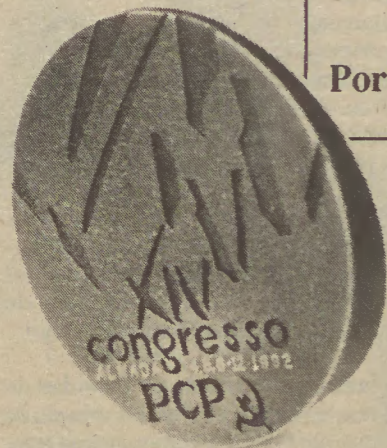
Portas de acesso ao Congresso

Para ter acesso ao recinto do Congresso, os delegados devem utilizar a porta nº 1; os convidados com cartão verde a porta nº 3; a comunicação social a porta nº 4 e os convidados com cartão lilás a porta nº 6 (todas as portas atrás referidas encontram-se referidas no mapa que publicamos).

- A** - Informação
- B** - Cafés
- C** - Lembranças
- D** - Telefones
- E** - Correios
- F** - Bares
- G** - Livraria
- H** - Sanitários
- I** - Bagagens
- J** - Alojamentos para delegados



- Porta **1** - Delegados
- Porta **3** - Convidados com cartão verde
- Porta **4** - Comunicação Social
- Porta **6** - Convidados com cartão lilás



Lembranças

Nos quiosques de venda de lembranças os participantes podem adquirir vinho moscatel da região de Setúbal e a Medalha Comemorativa do 14º Congresso, concebida pelo escultor António Trindade e cuja tiragem é limitada a 500 exemplares numerados. O preço por unidade é de 1500 escudos. (Estes locais estão assinalados no mapa com a letra C).

Livraria

Funciona no Congresso um local de venda de livros que se encontra sinalizado no mapa com a letra G.

Teatro

A Companhia de Teatro de Almada oferece aos participantes do Congresso uma representação da peça em cena «D. Quixote», de António José da Silva, no Teatro Municipal de Almada, sexta-feira, às 21.30 horas. Os delegados devem receber as senhas para levantar os bilhetes durante o dia de sexta-feira.

Restaurante

O serviço de restaurante funciona nos Salões do Clube Recreativo do Feijó, que fica perto do local do Congresso, na Rua do Clube Recreativo (ver nº 3 no mapa publicado na página 4) As refeições serão servidas em dois turnos, nos horários e com as ementas que se seguem:

Sexta-feira

(às 13.15h e às 13.45 horas)

Almoço:

Sopa ... caldo verde
Prato ... carne de porco à portuguesa
Pão ... 2 pães
Bebidas ... vinho, cerveja, sumo e água
Fruta ... fruta da época

Sábado

(às 13.15 e às 13.45 horas)

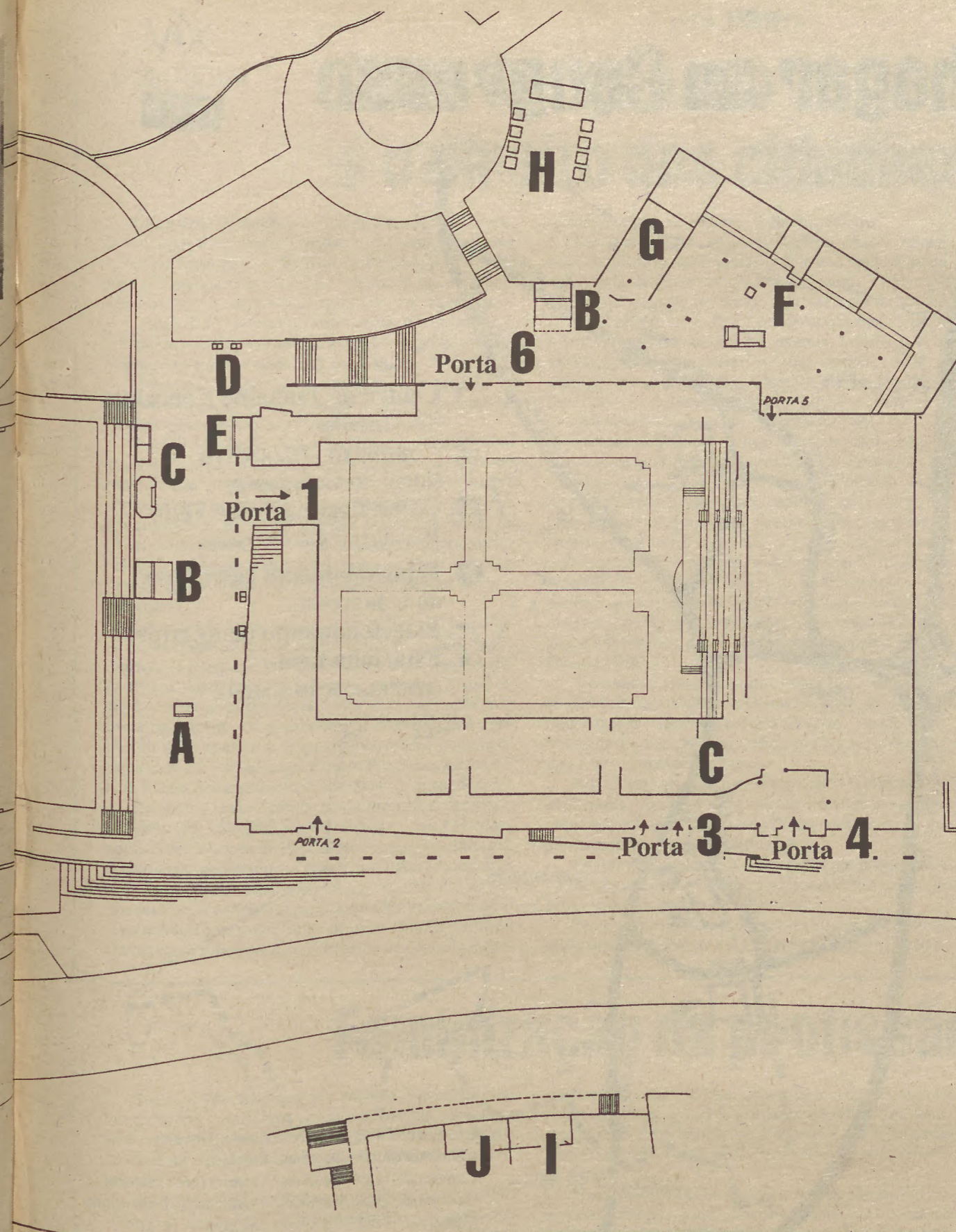
Almoço

Sopa ... puré de legumes
Prato ... bacalhau com batatas e grão
Pão ... 2 pães
Fruta ... fruta da época

(às 19.15 e às 20.15 horas)

Jantar

Sopa ... Puré de legumes
prato ... carne assada com esparguete
Prato ... 2 pães
Bebida ... vinho, cerveja, sumo



congresso
ALMADA 3-5 DEZEMBRO 1992
PCP

Horário do Congresso

(Sexta-feira)

1.ª Sessão

Abertura do Congresso ... 10.30 horas
Intervalo para almoço ... 13.30 horas

2.ª Sessão

Início ... 15 horas
Intervalo ... 17 horas
Recomeço da sessão ... 17.45 horas
Fim da sessão ... 20 horas

(Sábado)

3.ª Sessão

Início ... 9.30 horas
Intervalo ... 11 horas
Recomeço da sessão ... 11.45 horas
Intervalo para almoço ... 13 horas

4.ª Sessão

Início ... 15 horas
Intervalo ... 17 horas
Recomeço da sessão ... 17.45 horas
Fim da sessão ... 19.30 horas

5.ª Sessão

Início ... 21 horas
Fim da sessão ... 23 horas

(Domingo)

6.ª Sessão

Início ... 9.30 horas
Intervalo ... 11 horas
Recomeço da sessão ... 11.45 horas
Fim do Congresso ... 13 horas

Bares

Os bares de apoio funcionam durante os três dias do Congresso e servem os delegados e convidados. São cinco e ficam situados nas traseiras do Complexo Municipal dos Desportos (designado no mapa com a letra F).

Horários de funcionamento

Sexta-feira • das 9 às 21 horas

Sábado • das 9 às 20.45 horas

Domingo • das 8.30 às 13 horas

Ementas

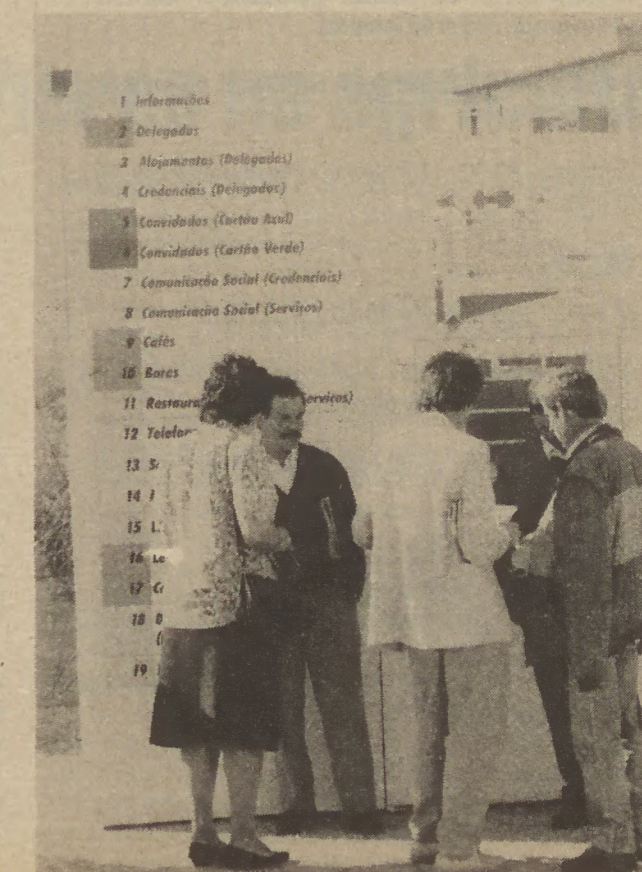
Bar 1
Sandes especiais
sandres normais diversas
Caldo verde
Bebidas

Bar 2
Bifanas e cachorros
sandres diversas
Caldo verde
Bebidas

Bar 3
Salgadinhos (rissóis,
croquetes, pastéis)
Sandres diversas
Caldo verde
Bebidas

Bar 4
Pastelaria

Bar 5
Café, águas, sumos



PCP

Como chegar ao Congresso



Em transportes particulares

Quem vem do sul tem duas possibilidades:

1. Pela auto-estrada, antes da Ponte 25 de Abril vira no desvio de Almada, contorna a placa circular no Centro Sul e segue junto ao Pão de Açúcar (à esquerda do condutor). No primeiro cruzamento que encontra vira à direita para o Laranjeiro. A partir daí segue as placas que identificam o Complexo Municipal dos Desportos «CIDADE DE ALMADA»;

2. Pela Estrada Nacional 10, entrando pelo Fogueteiro segue sempre pela via principal até chegar ao Laranjeiro, continua pela E.N. 10 (aqui chamada Av. 23 de Julho) até encontrar o cruzamento junto à Escola Secundária da Cova da Piedade, onde vira à esquerda e, a partir daí, segue as placas identificativas do Complexo Municipal dos Desportos.

Quem vem do norte:

Atravessa a Ponte 25 de Abril, depois de passar a portagem sai no segundo desvio à direita, que diz Almada, e segue o mesmo caminho indicado em cima para quem vem do sul pela auto-estrada;

ou atravessa o Tejo nos barcos Cacilheiros. Chega a Cacilhas e segue sempre a E.N. 10 (aqui chamada Av. Aliança Povo-MFA e, depois do Largo 5 de Outubro, Av. 23 de Julho). Quando chega à Escola Secundária da Cova da Piedade vira à direita e segue as placas que identificam o Complexo Municipal dos Desportos.

Em transportes públicos

Quem vem do norte

tem duas possibilidades (R.N. e Transtejo):

1. Na R.N., a partir da Praça de Espanha. Se vier na carreira para Almada sai na Cova da Piedade, antes do Largo 5 de Outubro, e apanha em sentido contrário uma qualquer das carreiras vindas de Cacilhas; se vier na carreira para o Miratejo ou para Paio Pires, sai na paragem junto à Escola Secundária da Cova da Piedade; a partir da Praça do Areiro, também pode vir na carreira para Almada, saindo também na Cova da Piedade (ver o seguinte quadro de horários).

A partir da Praça de Espanha:

Carreira nº. 7152 - Praça de Espanha / Almada:

Ida:

6ª. feira - das 07.00 / 16.00 horas - partidas de 15 em 15 minutos;
Sábado - das 07.00 / 16.00 horas - partidas de 20 em 20 minutos;
Domingo - das 07.00 / 11.00 horas - partidas de 20 em 20 minutos.

Regresso:

6ª. feira - das 20.00 / 21.00 horas - partidas de 15 em 15 minutos; das 21.00 / 23.00 - de 30 em 30 minutos;
Sábado - das 23.00 / 01.00 horas - partidas às 23.00, 23.45 e 00.15 horas
Domingo - das 13.00 / 20.00 horas - partidas de 20 em 20 minutos.

Carreira nº. 7162 - Praça de Espanha / Miratejo:

Ida:

6ª. feira - das 07.00 / 16.00 horas - partidas de 30 em 30 minutos (excepto das 12.00 / 13.00 = 60 minutos);
Sábado - das 07.00 / 16.00 horas - partidas de 30 em 30 minutos ou de 60 em 60 minutos;
Domingo - das 07.00 / 11.00 horas - partidas de 30 em 30 minutos ou de 60 em 60 minutos.

Regresso:

6ª. feira - das 20.00 / 22.00 horas - partidas de 60 em 60 minutos;
Sábado - a última carreira é às 22.30 horas;
Domingo - das 13.00 / 20.00 horas - partidas de 30 em 30 min. ou de 60 em 60 min. (últ. carreira: 21.10 horas)

Carreira nº. 7157 - Praça de Espanha / Paio Pires

Ida:

6ª. feira - única partida: 08.20 horas
Sábado e Domingo - não se efectua

Regresso:

6ª. feira - única partida: 18.20 horas
Sábado e Domingo - não se efectua

Carreira nº. 7160 - Areiro / Almada

Ida:

6ª. feira - 07.00 / 16.00 horas - partidas de 15 em 15 minutos e de 30 em 30 minutos;

Sábado - 07.00 / 16.00 horas - partidas de 60 em 60 minutos;

Domingo - 07.00 / 11.00 horas - partidas de 60 em 60 minutos.

Regresso:

6ª. feira - duas partidas: 20.10 e 20.55 horas;

Sábado - não há carreira a partir das 20.30 horas (antes das 20.30 = partidas de 60 em 60 minutos);

Domingo - 13.00 / 20.00 horas - partidas de 60 em 60 minutos.

2. Na Transtejo (Cacilheiros), a partir da Praça do Comércio ou do Cais do Sodré (cuja frequência das carreiras é aproximadamente de 15 em 15 minutos); em Cacilhas apanha uma das seguintes carreiras, descendo na paragem junto à Escola Secundária da Cova da Piedade:

Carreira nº. 7109 - Cacilhas / Feijó
Carreira nº. 7110 - Cacilhas / S. Nicolau
Carreira nº. 7112 - Cacilhas / Paio Pires
Carreira nº. 7113 - Cacilhas / Paio Pires (via Seixal)



1. Centro de Trabalho Concelhio de Almada
2. Complexo Desportivo (local do Congresso)
3. Clube Recreativo do Feijó
Restaurante dos delegados
- ★ Estacionamento reservado ao Congresso
- ★ Estacionamento (autocarros)
- ★ Estacionamento (comunicação social).

Carreira nº. 7114 - Cacilhas / Seixal (Directo)
Carreira nº. 7115 - Cacilhas / Belavista
Carreira nº. 7120 - Cacilhas / Lazarim (por Corroios)
Carreira nº. 7121 - Cacilhas / V. Milhaços - Pinheirinho
Carreira nº. 7122 - Cacilhas / Lazarim (V. Feijó)
Carreira nº. 7123 - Cacilhas / Charneca (por Feijó)
Carreira nº. 7133 - Cacilhas / Alto do Índio
Carreira nº. 7134 - Cacilhas / Corroios
Carreira nº. 7136 - Cacilhas / Paio Pires
Carreira nº. 7149 - Cacilhas / Quinta da Princesa
Carreira nº. 7187 - Cacilhas / Quinta do Brasileiro
Carreira nº. 7202 - Cacilhas / Quinta do Conde

Transporte de Almada para Lisboa (Marquês de Pombal) e vice-versa

Está assegurado um autocarro com a lotação de 73 lugares para fazer aquele transporte no seguinte horário:

6ª. feira, 4/12 — Partida de Almada (Pavilhão) às 20,30 horas

Sábado, 5/12 — Partida do Marquês de Pombal às 8,30 horas
— Partida de Almada (Pavilhão) meia hora depois do final da última sessão (± 23,30 horas)

Domingo, 6/12 — Partida do Marquês de Pombal às 8,30 horas
— Partida de Almada (Pavilhão) às 13,30 horas

É garantida prioridade na utilização deste transporte a:

- 1.º - Camaradas delegados da Organização Regional do Porto alojados no distrito de Lisboa;
- 2.º - Camaradas delegados do distrito de Lisboa;
- 3.º - Camaradas dos diversos serviços de apoio.

Nota: O acesso a este transporte só é possível contra a apresentação de um bilhete de ingresso a adquirir no Pavilhão, nos serviços de apoio aos delegados. Este bilhete de ingresso é válido para as 5 viagens e custa 1000\$00.

EM FOCO

O XIV Congresso e o direito dos cidadãos

Neste final de milénio de tantas interrogações, compete à reflexão colectiva do nosso XIV Congresso manter o Partido firme na sua identidade, atento aos novos fenómenos e realidades e seguro na vanguarda da compreensão e transformação revolucionária da nossa sociedade.

Vem isto a propósito da forma como são tratados nos documentos preparatórios do Congresso os problemas da segurança e tranquilidade públicas.

Desde o XII Congresso, no espaço de 4 anos, este aspecto da vida da nossa sociedade registou um conjunto de alterações bastante significativas.

Em primeiro lugar, porque os Governos do PSD, procurando o reforço das superestruturas do capitalismo monopolista de Estado em reconstituição, têm vindo a condicionar e cercear os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e a reforçar o aparelho especial de repressão, de tal maneira que se pode considerar que o regime democrático, instaurado com a Revolução de Abril, sofreu já uma alteração qualitativa, tornando-se um regime de cariz autoritário.

Em segundo lugar, porque, em resultado duma política de marginalização de largos estratos sociais, sob o impacto da integração europeia e da crescente importação da criminalidade organizada e com a cobertura da ideologia oficial do neoliberalismo cavaquista., agravaram-se quantitativamente todos os índices de marginalidade e criminalidade e deteriorou-se qualitativamente a situação de segurança dos portugueses. É justo afirmar que estamos hoje à beira duma situação de insegurança generalizada.

Em terceiro lugar, porque na decorréncia do processo de integração europeia e aproveitando a sua cobertura política, os Governos do PSD, nestes 4 anos, à medida que constroem o seu Estado governamentalizado e autoritário, têm vindo a dar passos importantes no sentido da integração das Forças de Segurança nacionais em estruturas policiais federais europeias. Daqui resultou uma significativa alienação da soberania no que respeita ao controlo nacio-

nal das medidas de polícia e segurança interna.

Em quarto lugar, um outro aspecto absolutamente novo da situação nesta área, e que se tem vindo a desenvolver progressivamente nos últimos 4 anos, é a luta das populações pela sua segurança. Um pouco por todo o país através das formas de luta mais diversificadas: abaixo-assinados, tomadas de posição junto do Poder Local ou órgãos de soberania, manifestações, greves, cortes de estrada, etc., as populações criaram uma nova frente de luta pela sua segurança e tranquilidade e mantêm-na muito activa na contestação à política do MAI.

Finalmente, em quinto lugar, um outro aspecto qualitativamente novo da situação nesta área é a abrangência e relevância da luta dos profissionais das Forças de Segurança pelos seus direitos. Recordemos a manifestação dos polícias de 21 de Abril de 89, que pôs a nu o carácter reaccionário dos Governos do PSD e conseguiu a legalização do Associativismo policial, as lutas e manifestações da ASPPSP em 91 e 92 pelo direito ao sindicato e outras reivindicações, as greves da Polícia Judiciária e a criação de estruturas sindicais ou associativas no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, na Guarda Nacional Republicana e na Guarda Fiscal.

Estes são os cinco aspectos essenciais e efectivamente novos, no que respeita à evolução da situação na área da segurança e tranquilidade dos cidadãos, que são caracterizados nos textos preparatórios do Congresso do Partido - essencialmente nas Teses.

É do estudo que fazemos destes cinco aspectos, à luz dos nossos princípios e em estreita interligação com os outros aspectos da política e do Programa do Partido, que resultam as nossas propostas de política.

Em primeiro lugar uma **nova definição programática da Segurança e Ordem Pública.** (Ponto 2.1.30 do projecto de Alterações ao Programa).

Essencialmente de novo neste texto, relativamente ao programa aprovado no XII Congresso, temos a noção de

que as Forças e serviços de Segurança devem ser **devidamente coordenados, inteiramente controlados por autoridades nacionais, judicializados**, isto é, dependentes da Justiça, e **civilistas**, ou seja, desmilitarizados.

De novo também a **importância dada ao combate ao tráfico de drogas.**

Em segundo lugar, a definição programática dum novo direito entre os que caracterizam uma autêntica política social que garanta a melhoria das condições de vida do povo - **o direito à tranquilidade e segurança das populações.** (Ponto 4.13 do Projecto de Alterações ao Programa)

Tudo é novo neste conceito, embora integre ideias antigas que são caras ao PCP. Mas, porque não foram ainda falados, devemos citar a **importância da relação entre as Forças de Segurança e a sociedade**, que explica a nossa proposta de Conselhos Municipais de Segurança dos Cidadãos, a **concepção de reorganização das Forças de Segurança e sua operatividade e a garantia do direito à protecção civil.**

Finalmente, é novo nos textos do Partido e deve merecer a conveniente atenção, a ideia de que a **definição nacional das medidas de polícia e segurança interna, não permitindo o comando de forças nacionais a partir de instâncias federais estrangeiras, nem a operação de forças ou serviços de segurança estrangeiros ou federais em território nacional, é uma questão de salvaguarda da soberania e independência nacionais.**

Tais são as ideias em discussão no XIV Congresso do Partido, as linhas fundamentais da nossa proposta política ao povo português, as bases do nosso empenhamento colectivo na luta para assegurar aos portugueses segurança e tranquilidade, numa **Democracia Avançada no limiar do Século XXI.**

CG

Feminização da profissão docente

Nos finais da década de 60, início de 70, assistiu-se a um crescimento massivo do corpo docente, sobretudo com a entrada de muitas mulheres para a profissão, e que resultou da difusão e alargamento da escolaridade obrigatória.

Em 1967, 50% dos professores dos Liceus, Ensino Industrial, Comercial e Ciclo Preparatório eram mulheres. Mas, no ano lectivo de 1969/70, essa percentagem já atingia os 55%. Tratava-se de professores (as) na situação de eventuais, ou provisórios, trabalhando 10 meses por ano, sem garantia de renovação do contrato e sem férias pagas.

Já então a consciência da desvalorização da função docente, devido à sua progressiva feminização, era um dado adquirido. Agostinho Lopes, no livro «Política de mão-de-obra barata do Ministério da Educação Nacional», em 1971, referia que a profissão «professor» passou a ser «sexo» e acrescentava: «Não se degradará o ensino por a maior parte dos seus agentes serem mulheres. Mas degrada-se na medida em que isso é motivo para uma má remuneração.»

Duas décadas volvidas, a percentagem de mulheres na docência continua a ser maioritária. Em 1988/89 a feminização do ensino pré-escolar é de 98,5%, no 1.º ciclo de 92,03%, no 2.º ciclo de 68,05%, no 3.º ciclo e secundário de 64,3%.

Num estudo «Análise Social - A Situação do Professor em Portugal», publicado em separata da revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, em 1988, a composição sexual do pessoal docente é considerada também como um dos factores determinantes do seu estatuto social e remuneratório.

No que respeita ao exercício da função docente se algo fosse necessário referir para contrariar a desvalorização que lhe é atribuída, bastaria indicar alguns dados retirados do estudo atrás referido. Este estudo revela serem as professoras quem mais manifesta a vocação como principal razão de escolha da profissão docente. Também o absentismo chamado «normal», uma a duas faltas por mês, é menor entre as mulheres. 51,9% de homens faltosos, para 33,2% de mulheres. Por outro lado,

66,3% das professoras não dão quaisquer faltas, enquanto a percentagem dos professores não faltosos atinge somente os 46,5%. Como continuar pois a sustentar o velho preconceito de que as professoras faltam muito e não gostam de trabalhar?

Por outro lado, a atestar a sua consciência profissional e empenhamento em contribuir para alterar o seu estatuto profissional e remuneratório, está a sua grande participação nas lutas dos professores e a sua alta sindicalização. São 50% as professoras sindicalizadas para somente 38,5% de professores.

Não há pois quaisquer motivos que justifiquem a desvalorização da profissão, muito menos quando esses motivos são de natureza discriminatória do trabalho realizado por mulheres.

Trabalho feminino, há que valorizá-lo e exigir o seu reconhecimento nas leis e na vida.

Aveiro, 16 de Novembro de 1992
Maria Manuela Antunes da Silva

As mulheres na agricultura

Nos concelhos essencialmente agrícolas do distrito de Lisboa, conhecidos por região do Oeste, temos uma situação agrícola em fase de transformação, que vem alterando as condições de vida das populações rurais.

Analisando a evolução da população activa na região entre 1970 e 1980, vimos o sector primário descer 30%, aumentando o terciário e secundário 44% e 49,8%, respectivamente. Se analisarmos em função dos sexos a taxa de actividade feminina reforça-se em todos os sectores, sendo os maiores acréscimos no terciário e primário. Justifica-se este aumento no sector primário, por ser o sector que apresentou uma regressão na taxa de actividade global, com um decréscimo de cerca de 50% na população activa masculina.

De facto, políticas agrícolas incorrectas dos últimos anos levou ao êxodo dos homens na agricultura, deixando às mulheres disponibilidades de trabalho, com salários inferiores. Assim trabalhos agrícolas que eram normalmente feitos por homens são hoje executados por mulheres, havendo um acréscimo na população activa feminina assalariada de 29,5%.

Na situação de trabalhador familiar não remunerado há um acréscimo significativo nas mulheres de 119,3%,

este número tem tendência a aumentar com o aumento das explorações agrícolas a título parcial, como exemplo no concelho de Alenquer 93% das empresas familiares existentes, 63% já são a título parcial. Estas explorações imperfeitas, em que o homem só faz agricultura ao fim-de-semana, e os rendimentos são inferiores a 50% do rendimento familiar, faz-nos ver o grau de exploração da mulher rural.

Não podemos esquecer que muitas das alterações que se têm dado na agricultura, especialmente no que se refere à diminuição dos rendimentos dos agricultores e ao conseqüente abandono das explorações agrícolas imperfeitas, tem a haver com a nossa entrada na CEE. Assim, em relação ao regulamento 797 da CE, que tem como finalidade a melhoria das estruturas das explorações agrícolas, foi aproveitado por um número reduzido de pequenas e médias explorações, como as 1.ª instalações de jovens também foram diminutas.

Na formação profissional específica para agricultura, com relevo para a formação de jovens empresárias agrícolas, que funciona para jovens com menos de 40 anos, tem tido uma pequena participação feminina (2% a 3%).

Uma alteração da política agrícola iria alterar estes

números, e entusiasmar mais as mulheres a serem empresárias agrícolas.

Esta região que tem um movimento cooperativo e associativo significativo, mas não se conhece nenhuma mulher nos seus corpos gerentes.

Justificando um pouco as dificuldades que as mulheres têm em vir a estes postos, pode estar o grau de instrução que é nas mulheres ligeiramente inferior aos homens, com um número de analfabetos de 28,3% para homens e 32,2% para mulheres, com a gravidade destes números, porque as mulheres que trabalham na agricultura são mais jovens (homens < 40 anos 34,9%, mulheres 45,3%).

A concluir, digamos que a fraca participação das mulheres nestes concelhos rurais se deve a uma forte tradição de as mulheres terem sido remetidas para os seus trabalhos domésticos.

Só uma política alternativa poderá alterar estas condições e fazer aumentar a participação da Mulher.

Isabel Maria Graça
Engenheira Sivilcultora
Alenquer

Solidariedade internacionalista

No âmbito do XIV Congresso, e como já é tradicional, vão realizar-se várias iniciativas em que participarão delegações estrangeiras, de partidos irmãos e outras organizações revolucionárias e progressistas que estarão entre nós.

Ainda não é possível — no fecho da nossa edição — dar notícia das delegações que vão estar presentes, embora se saiba já que muitos partidos aceitaram os convites endereçados pelo PCP, contribuindo desse modo para dar ao nosso Congresso a dimensão internacionalista que caracteriza a vida do Partido e para o desenvolvimento dos laços de solidariedade entre o PCP e outros partidos e organizações que pelo mundo fora perseguem os mesmos objectivos de liberdade, justiça social e de paz.

É assim que já podemos anunciar algumas destas iniciativas entre as mais importantes:

Encontros de Solidariedade/Jantares-convívio Sexta-feira, 4 de Dezembro:

- Em Santa Iria de Azóia, no Centro de Trabalho do PCP, às 20.30 horas;
- Na Amadora, no Refeitório Municipal - Moinhos da Funcheira, às 20.30 horas;
- Em Vila Franca de Xira, no Refeitório Municipal, às 20.30 horas;
- Em Lisboa, no refeitório da «Voz do Operário», às 20.30 horas.

Sessões de Solidariedade Sábado, 5 de Dezembro:

- Em Setúbal, na «Sociedade Musical Capricho Setubalense», às 21.30 horas;
- Na Baixa da Banheira, na Colectividade «Os Alentejanos», às 21.30 horas;
- Em Montemor-o-Novo, no Auditório Municipal, às 21 horas.

Cartas dos leitores

Ainda sobre os Estatutos

No «Avante!» de 22/10/92, desenvolveu o camarada Ernesto Rodrigues um estranho conceito, sobre o que é ser **Proletário** - Cap. I, artº 1º - que, além de confuso revela-se limitativo. Diz ele que proletário «é o cidadão pobre que vive do trabalho mal pago», e que «contribui com parte do seu trabalho não recebido (mais-valia) para a formação do capital explorador». É evidente que o tipo de cidadão referido é, realmente, **Proletário**. Mas, nem só.

O conceito exposto pelo camarada parece-me demasiado simplista; até, porque um cidadão pode viver do aluguer da sua força de trabalho e não ser **pobre**, posto que o conceito de **pobre**, além de genérico, é bastante relativo. - Existe, até, o **pobre** de espírito que quase nunca, é pobre financeiramente. - Mas, retomando a seriedade do assunto direi, ainda, que um cidadão pode ser bem pago pela sua força de trabalho e nem por isso, deixa de ser um **Proletário**, se considerarmos que proletário é todo aquele que tem na sua força de trabalho o seu único meio de subsistência.

Mas, o aspecto mais restritivo dos conceitos do nosso camarada manifesta-se no rigor selectivo que o camarada sugere para o ingresso nas fileiras do Partido. Por uma comple-



xa concepção do que seja Campesinato, o camarada vai ao ponto de dividir os camponeses em camponeses com terra; camponeses com alguma terra mas que trabalham por conta de outrem; e, por fim, os camponeses sem nenhuma terra. - Sugiro ao camarada que poupemos o nosso camarada João Manuel, de Coimbra, ainda que nos privemos da justeza das suas ponderações inteligentes, conforme nos mostrou no mesmo «Avante!».

Ainda sobre o art. 1º ponto 2, refere-se o camarada Ernesto aos «Quadros técnicos» e «Intelectuais» como «sustentáculos do capitalismo» pela sua importância etc., etc. Seria bom que o camarada reconhecesse que os quadros técnicos e os Intelectuais são tão «sustentáculos» do sistema capitalista como o são a classe trabalhadora menos qualificada; posto que uns e outros vivem do aluguer da sua força de trabalho ao mesmo sistema. E é exactamente por isso que todos fazem parte do proletariado que, estou certo, todos nós desejamos cada vez mais consciente do seu papel histórico, e unido.

Manuel Lourenço Neto
Niteroi (Brasil)

Proletários de todo o mundo, unidei-vos!

O Militante

ELEIÇÕES REGIONAIS

Neste número
CADERNO ECONOMIA

Mobilizar todo o Partido na preparação do Congresso

ANGOLA entre a paz e a guerra

Novembro - Dezembro 1992 • Nº 201 • Preço 176500 (IVA incluído)

ESPECIAL CONGRESSO

congresso

ALMADA 4, 5, 6 DEZEMBRO 1992

PCP

4 ESPECIAL CONGRESSO

Teses — serenidade, determinação, confiança
Alterações ao Programa
Alterações aos Estatutos

13 ELEIÇÕES

As eleições nos Açores
Bons resultados na Madeira

25 PARTIDO

Por uma maior divulgação da imprensa no Partido

27 CADERNO ECONOMIA

1993: Por onde vai a economia portuguesa?

39 CULTURA

Antero de Quental

43 INTERNACIONAL

Angola entre a paz e a guerra

46 O QUE É

O acordo de Schengen

51 NOTAS E COMENTÁRIOS

Maastricht. • Jovens falam de Maastricht.
• Os poderosos... • Algumas frases... e título. • Uma vitória democrática

57 DOCUMENTOS

Preparar o XIV Congresso, desenvolver a luta
Comunicado do CC do PCP

EM FOCO

Um partido coeso e aberto a novas perspectivas

No âmbito do debate preparatório do XIV Congresso realizaram-se no distrito de Setúbal 179 reuniões, plenários e assembleias com a presença de 5237 camaradas e foram eleitos os 306 delegados que cabem à Organização Regional de Setúbal.

É normal a tendência para comparar a fase preparatória deste Congresso com as do XII e XIII Congressos.

Nos XII e XIII Congressos a fase preparatória foi marcada por uma extraordinária sede de informação, de esclarecimento e de debate de opiniões, resultante da evolução da situação dos países do Leste Europeu. Os comunistas queriam resposta para si próprios e para o Partido.

Nesse momento particularmente difícil, o Partido manteve-se coeso e, com a serenidade que se impunha, os comunistas procuraram as respostas para as grandes interrogações que se colocavam.

Aberto à vida, à colocação de novas perspectivas, mas recusando tentações oportunistas o Partido resistiu e prosseguiu consciente do importante papel que desempenha e tem a desempenhar no nosso país.

Penso que, a par do generalizado apoio às análises pelo Comité Central o que caracteriza sobretudo o debate preparatório que está a decorrer é o sentimento da necessidade e da vontade de o Partido intervir e se afirmar mais na vida política.

Debate em que a abordagem das questões se faz a partir da intervenção inicial do responsável por essa tarefa. Tarefa, aliás, indispensável porque grande parte dos participantes não leram os documentos em discussão.

A par das opiniões de camaradas que se debruçaram sobre os temas centrais houve outras intervenções que, resultando da própria discussão, se situaram em questões mais particulares da experiência individual e da intervenção política do dia-a-dia e que parecendo até menos importantes não deixam de estar ligados àquilo que de mais importante consta dos documentos em debate.

Seria possível que na discussão dos Estatutos, do Programa e das Teses apenas nos atívéssemos às grandes

questões aí levantadas? Que nessas reuniões não transbordasse a vida do Partido no distrito, naquilo que de mais vivo e concreto ela comporta?

Não é natural que, num distrito onde a CDU tem a maioria em 12 do 13 municípios, em muitos casos uma boa parte do debate se processe em torno do trabalho autárquico? E que a par do reconhecimento que há da boa gestão da CDU e da dedicação e isenção que marca a actuação dos eleitos comunistas; tivessem surgido as intervenções de camaradas preocupados e mesmo a insurgirem-se com as demoras na resolução dos chamados pequenos problemas aparentemente de tão fácil resolução? Não foi apenas o cidadão interessado que se pronunciou nessas intervenções. Foi também o camarada que se preocupa com a manutenção do prestígio do seu Partido e deseja que nas próximas eleições autárquicas, os comunistas continuem à frente das Câmaras e das Juntas de Freguesia.

Não conduzem estas opiniões a um dos temas principais das Teses? Penso que sim.

Existem no distrito 1300 dirigentes e delegados sindicais, sendo cerca de 70% membros do PCP, o que só por si traduz o importante papel dos comunistas na luta dos trabalhadores e na defesa dos seus interesses e direitos e o prestígio que a sua acção lhes confere.

Daí que tivessem surgido no debate com grande peso os problemas do movimento sindical e uma grande concordância em relação àquilo que é defendido particularmente nas Teses mas também nos Estatutos sobre o movimento sindical, a CGTP e o papel e os deveres dos dirigentes sindicais comunistas.

Numa organização com 30 000 membros como é a ORS, naturalmente que a complexidade da estru-

tura e formas de organização e da ligação dos militantes ao Partido, do trabalho de direcção e da observância da democracia interna tenham sido focados por muitos camaradas.

A actividade do Partido no distrito não se tem circunscrito neste período apenas ao Congresso. O Partido tem estado intensamente envolvido na luta social e política e a realizar importantes iniciativas em diversas frentes, como por exemplo a reunião distrital de Presidentes de Juntas de Freguesia tendo em vista o congresso da Anafre, uma reunião distrital de quadros do Movimento Associativo, o Encontro Distrital da JCP no qual participaram 200 jovens e uma sessão de solidariedade para com o MPLA e o povo de Angola, organizada pela Comissão Concelhia de Setúbal, na qual participaram cerca de 100 pessoas.

Setúbal, 30/11/92

■ **Manuel Sobral**
Membro da CEN



Em luta preparando o Congresso com confiança

Paralelamente à concretização da restauração monopolista, ministros e deputados do PSD multiplicam discursos recheados de «slogans» mistificatórios e ofensivos à inteligência dos portugueses.

A operação insere-se na lógica de tentar suavizar as desastrosas consequências da política cavaquista e vender uma imagem de governantes «eficazes», «modernos», «conscientes» do muito que há a fazer. Promovem a indiferença e a resignação na sociedade.

Os milhares de trabalhadores sem emprego e com salários em atraso, a repressão nos locais de trabalho e outras violações aos direitos os trabalhadores; o encerramento e falência de empresas, a redução de postos de trabalho; os salários de miséria, a pobreza ou são ocultados ou justificados como um inevitável reflexo do «pragmatismo» «supraclassista» do governo.

Mas os trabalhadores não se deixam enganar. Resistem e lutam. A necessária dinamização da luta, exige das organizações do Partido, o reforço da sua ligação às massas, uma atenção permanente aos problemas sociais, uma intervenção combativa dos comunistas que actuam nos Sindicatos, CT's e em outras ORT's.

Pode então dizer-se que a preparação do nosso XIV Congresso na ORL foi marcada pela indissociabilidade, do papel do Partido na acção contra a política de classe do Governo Cavaco/PSD e na mobilização da luta das populações por objectivos concretos; na preparação das eleições autárquicas e da discussão dos documentos em debate e outros aspectos preparatórios da realização do Congresso.

Para organizar o debate dos documentos em discussão foi realizado um esforço notável de contactos com militantes do Partido assumindo formas diversificadas (envio de convocatórias pelo correio, porta-a-porta, telefonemas, etc.) O objectivo foi o de fazer chegar ao máximo número de camaradas os documentos do congresso e estimular a sua contribuição individual e participação colectiva na discussão.

Este empenhamento evidenciou, uma vez mais, características de trabalho do PCP ímpares no panorama parti-

dário português, de resultados significativos com informação que dispomos até ao momento) realizaram-se mais de 500 reuniões e assembleias para discussão dos documentos e eleição de delegados com cerca de 8000 presenças.

Algumas das iniciativas foram simultaneamente formas de encontro, convívio e festa.

O acordo geral com os documentos foi a tónica dominante do debate, das propostas de alterações aos Estatutos, ao Programa e das Teses e muitos camaradas apresentaram propostas de alteração.

As questões mais debatidas relacionaram-se muitas vezes com as áreas de intervenção específicas de actividade dos camaradas. Entretanto, houve questões que de um modo geral percorreram a nossa discussão, salientando-se:

- Política de alianças e convergência democrática;
- Noção de camadas intermédias;
- Estrutura de direcção central;
- Situação internacional;
- Natureza de classe do Partido;
- Alianças sociais básicas;
- Reconstituição do capitalismo monopolista/privatizações;
- Relações Internacionais do PCP.

Questão que merece relevo é que, na dinâmica da preparação do nosso XIV Congresso, nos contactos realizados independentemente da participação em reuniões, foi possível regularizar situações orgânicas, recuperar quotização atrasada, fazer actualização do ficheiro. A participação no debate de camaradas que se encontravam desligados ou que há muito não participavam na actividade do Partido, constituíram também elementos de interesse e experiência a reter, bem como, a entrada para o Partido de novos camaradas, com destaque para os jovens.

Não fechámos para o Congresso. A par da intervenção do Partido na dinamização de acções de massas contra a política do Governo, a campanha pelo NÃO A MAASTRICHT que temos de continuar, de iniciativas de soli-

dariedade com CUBA, TIMOR e ANGOLA, divulgámos junto dos trabalhadores e populações a mensagem fundamental do Congresso, com várias acções de propaganda (distribuição de jornal, colocação de pendões e cartazes) em todo o distrito, com particular realce para uma exposição que durante 5 dias permaneceu no coração de Lisboa (Rossio) e uma acção de esclarecimento promovida pela DORL, orientada para o contacto com os trabalhadores, mobilizadora da acção de protesto e luta contra a política do Governo promovida pela USL a 19 de Novembro e que levou milhares de trabalhadores do Rossio até à Assembleia da República.

Dois encontros com independentes e outros democratas permitiu-nos ouvir opiniões e receber sugestões, realizar um debate muito útil.

A realização de algumas iniciativas distritais geraram um espaço de aprofundamento de algumas matérias específicas como:

- um encontro de quadros com camaradas das células de empresa, dirigentes sindicais e membros de CT's;
- um ciclo de debates subordinado ao tema «A batalha ideológica e a luta de massas» que debateram questões da situação internacional, situação económica do capitalismo e dos valores e propostas do PCP;
- um encontro de Quadros Técnicos;
- um Plenário de Mulheres Comunistas.

Ao aproximarmo-nos da data deste nosso Congresso, sentimos na ORL ter feito um percurso preparatório onde predominaram as características dum Partido coeso, consciente dos obstáculos com que se confronta, disposto a intensificar a sua ligação com as massas e combater a política de direita. Com coragem revolucionária, para vencer as teses capitulacionistas. Um Partido convicto dos seus ideais e vocacionado para por eles lutar. Em suma, em condições para levar por diante as resoluções do XIV Congresso vier a traçar.

■ **Carlos Grilo**
Membro do CC e do executivo da DORL

TRABALHADORES

Aumento dos governadores civis provoca protestos

O estatuto dos governadores civis, publicado em 19 de Novembro, atribui-lhes um vencimento mensal correspondente a 70 por cento do que auferem um ministro. Anteriormente essa percentagem incidia sobre o vencimento de secretário de Estado. O aumento da remuneração dos governadores civis é alvo de um protesto do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores. Numa «declaração pública» de 24 de Novembro, o STFPSA faz notar que «a contenção orçamental não se aplica aos governadores civis». Para eles, «está, de facto, resolvido o problema da actualização salarial».

Para o STFPSA, «numa

altura em que o Governo arvora a bandeira da contenção salarial para os trabalhadores em geral e para os da Função Pública em particular», criam-se «subsídios de reintegração, com efeitos retroactivos, para todos os governadores civis e vice-governadores civis que tenham exercido funções depois de 1974».

O Decreto-Lei 252/92, que põe em vigor o estatuto, atribui aos governadores civis outros benefícios de vulto. O seu tempo de serviço «passa a contar a dobrar»; quem exercer o cargo durante 10 anos tem direito à reforma por inteiro; prevêem-se «bonificações para os que optem pela reforma do

regime geral da segurança social».

Enquanto são despedidos trabalhadores na Função Pública, sublinha o STFPSA, o Governo atribui «benesses e estatutos de privilégio aos seus comissários políticos». Para o Sindicato, «são de novo as mordomias do poder».

Depois de acentuar que «o diploma em causa contraria todo o discurso governamental sobre contenção e rigor das despesas públicas», a direcção do STFPSA acusa o Governo de reforçar, «ao arripio do texto constitucional», a figura do governador civil, «visando uma «ocupação de terreno» que neutralize a necessária cria-

ção das regiões administrativas».

Ao considerar «prepotente» a forma como o Governo pôs o Decreto em vigor, o STFPSA assinala que se dão «aos governadores civis poderes de tutela relativamente às autarquias locais e associações de municípios».

Ao contrário da descentralização, «o Governo opta claramente pela centralização e pela limitação do poder local». O Sindicato conclui afirmando que «não pode deixar de denunciar e condenar publicamente mais uma ousadia governamental, inserida na sua política de governamentalização e partidização do aparelho de Estado».

Protesto de professores contra candidaturas

Numa concentração simbólica efectuada quinta-feira junto da Direcção Regional de Ensino de Lisboa (DREL), cerca de uma centena de professores protestaram contra a obrigatoriedade da candidatura para a progressão na carreira. Os manifestantes simularam a entrega dos seus currículos, preenchendo para o efeito uma minuta onde aludiram ao número de acções de formação que o Ministério da Educação lhes proporcionou e que, segundo garantiram, foi na maioria zero.

As minutas com os currículos foram depositadas numa grande caixa, posteriormente entregue na DREL.

Procedimento absurdo

Para o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL), que organizou a concentração, o Ministério está a estrangular a progressão dos professores na respectiva carreira apenas por motivos económicos. É um «absurdo» — considera o SPGL — «ser promovido para fazer o mesmo», ou ser «candidato a professor, quando se exerce a profissão há pelo menos 21 anos». Esse «absurdo» deriva da aplicação do novo estatuto da carreira docente.

O prazo para a entrega de candidaturas teria terminado segunda-feira passada.

Uma dirigente do SPGL disse à Lusa que esse processo de candidatura é «absurdo», porque um professor que passa do sétimo para o oitavo escalão «tem rigorosamente as mesmas funções», tanto docentes como de direcção de turma.

A única alteração é a do vencimento. Por isso, por «motivos meramente económicos», é que o Ministério da Educação quer «pôr obstáculos» à progressão dos professores na carreira.

Trata-se de «poupar verbas». Até ao sétimo escalão, o professor do ensino básico e secundário é promovido por avaliação de desempenho, mas, para passar ao oitavo, tem de apresentar, obrigatoriamente, o seu «currículo» e um «trabalho profissional» — o «processo de candidatura».

«Candidatura a quê, se as funções são as mesmas?» — pergunta o SPGL.

Comissão liquidatária na CP

Ao anunciar uma conferência de imprensa marcada para ontem a comissão executiva da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses, segundo nota às agendas, adiantou que forneceria «informações sobre a actual prática política do Governo e conselho de administração na CP, quer ao nível das condições do transporte ferroviário, quer a nível da política de pessoal, sendo de destacar a recente criação pelo Governo de uma comissão liquidatária para a CP, que irá aprofundar o desmembramento da empresa e trará, certamente, mais consequências negativas para os utentes e para os ferroviários».



Santa Apolónia em dia de greve

Pessoal da Câmara do Porto concentra-se hoje em Lisboa

Concentram-se hoje em Lisboa, junto a sede do Conselho de Ministros, os trabalhadores da limpeza da Câmara Municipal do Porto. O Sindicato Nacional de Trabalhadores da Administração Local (STAL), que anunciou a concentração na Gomes Teixeira, acrescentou a semana passada que os trabalhadores decidiram também suspender a greve as horas extraordinárias e manter a greve de zelo por tempo indeterminado.

Os capatazes, encarregados e chefes de serviço do sector de higiene e limpeza do município do Porto reclamam contra as injustiças derivadas da aplicação do novo sistema retributivo e reivindicam a revalorização das carreiras.

Num comunicado de 25 de Novembro, os trabalhadores da limpeza reconhecem a vontade negociada da Câmara e acusam o Governo de não tomar medidas para alterar o sistema retributivo.

CGTP condena bloqueio a Cuba

Numa carta enviada a semana passada ao secretário-geral da ONU, a CGTP-IN condena o bloqueio a Cuba.

A central, que acaba de aderir à CES, apela a Butros Ghali e por seu intermédio «a todos os Estados-membros da Organização das Nações Unidas» para que se associem ao projecto de repúdio pelo bloqueio que poderá «agora ser agravado na sequência da aprovação da chamada Lei Torricelli pela administração norte-americana».

A CGTP reafirma que o bloqueio a Cuba «viola as mais elementares normas do direito internacional» e sublinha o facto de em 24 de Novembro findo ter sido discutido e aprovado na Assembleia Geral da ONU um projecto de condenação desse bloqueio «sem precedentes na história das relações internacionais».

Jornada no Porto

Por recusarem a contenção salarial e preconizarem melhor nível de vida, os participantes no plenário distrital de dirigentes e delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores do Porto decidiram marcar a semana passada uma «jornada de protesto e luta» para 11 do corrente naquela cidade. Promovido pela União dos Sindicatos

Solidariedade da Madeira

Os sindicatos da Função Pública do Continente, que organizam hoje uma manifestação em Lisboa, contam com a solidariedade do Sindicato dos Professores da Madeira. Durante uma conferência de imprensa no Funchal, o SPM apoiou expressamente a manifestação prevista para decorrer em frente à Assembleia da República. Os responsáveis pelo SPM explicaram, segundo a Lusa, que os professores madeirenses «não podem fretar um avião» e também não farão greve, mas solidarizam-se com a acção daqueles sindicatos no Continente, promovendo reuniões de professores na Região.

Entretanto, em Ponta Delgada, o secretário açoriano da Educação e Cultura, Aurélio Fonseca, prometia pagar atempadamente os salários dos professores nas Ilhas. Contrariando afirmações sindicais, aquele governante disse à Lusa que o Governo Regional proporá o reforço de verbas.

do Porto, o plenário aprovou a resolução que refere as «sérias dificuldades» por que passa o sector produtivo do distrito, designadamente a indústria transformadora.

O documento regista o encerramento de muitas empresas e lamenta os despedimentos e os salários em atraso, nomeadamente nos têxteis, vestuário e metalurgia.

TRABALHADORES

Maastricht

Posição desfavorável a Maastricht assinala consenso no Conselho Nacional da CGTP

Aprovada por consenso sexta-feira passada, a «posição sobre o Tratado de Maastricht» assinala da parte do Conselho Nacional da CGTP-IN «a exigência de reponderação de todo o processo», justificada pela «dinâmica social, económica e política prevalente na Europa». Nesse quadro, a CGTP-IN, de forma semelhante à de numerosas estruturas sindicais, refere no documento aprovado «uma posição desfavorável à entrada em vigor do Tratado e à sua ratificação por parte de Portugal».

O quadro referido pelo Conselho Nacional é objecto de análise, que não se alterou, «acerca da natureza de classe que tem dominado a construção da CEE». Essa natureza corresponde, segundo o documento do CN, ao «desenvolvimento do sistema capitalista dos principais países da Europa ocidental e cujas orientações dominantes se subordinam aos interesses dos grupos monopolistas».

Numa posição crítica, claramente documentada, a posição da CGTP-IN acrescenta que o Tratado de União Europeia: • Não vem solucionar o defice democrático na construção e funcionamento da Comunidade;

• Lesa a soberania dos Estados, quer pela sua tendência federalista, quer ainda porque no âmbito da UEM (União Económica e Monetária) consagra decisões supranacionais nas definições das políticas monetária e cambial, emissão de moeda e definição das políticas orçamental e fiscal;

• Exige às economias mais frágeis, como a portuguesa, a aplicação das mesmas metas macro-económicas que exige para as economias mais poderosas e desenvolvidas, desprezando, assim, as realidades e assimetrias existentes, e aumentando o fosso que as separa agora, em vez de conduzir à sua progressiva aproximação;

• Retira capacidade aos governos de utilizarem instrumentos que lhes permitam delinear as políticas nacionais, transferindo competências de decisão sobre questões económicas dos Estados Membros para o Conselho Europeu e outros órgãos criados com vocação estritamente monetária (BCE);

• Torna mais frágil a nossa economia ao submetê-la à UEM, levando ao encerramento de muitas unidades fabris e à diminuição da capacidade produtiva de outras, com inevitáveis reflexos no plano do emprego;

• Com a sua lógica monetarista, sobrestimando os

factores de convergência nominal, compromete a convergência real e, por isso, os avanços em matéria de coesão económica e social e de dimensão social, com consequências negativas ao nível e condições de vida dos trabalhadores, fazendo recair sobre eles os custos da acrescida e desigual concorrência e competitividade económica;

• Continua a subalternizar a política social;

• Condiciona aos Estados Membros o direito de decidir autonomamente orientações de política internacional através dos mecanismos previstos na PESC (Política Externa e de Segurança Comum).

• Reforça o controlo policial sobre os cidadãos naturais ou residentes nos países comunitários com as disposições relativas à cooperação no domínio da justiça, da polícia e dos assuntos internos, a pretexto da justificada luta contra a droga e o terrorismo.

Nas conclusões finais, que não invalidam «alguns aspectos positivos» do Tratado de Maastricht, «influenciado pelo conteúdo internacional e europeu em que foi aprovado (Dezembro/91)»:

• A CGTP-IN reclama que sejam abandonadas as políticas restritivas e monetaristas que estão na base da degradação do emprego e das con-

dições de vida dos trabalhadores e da desilusão crescente da opinião pública na Comunidade;

• A CGTP-IN entende ser necessária uma estratégia de relançamento económico, designadamente através da redução coordenada das taxas de juro, a aprovação das propostas Delors II em matéria de coesão, com aumento significativo dos Fundos para Infraestruturas,

Educação, Formação e Ambiente, e ainda a implementação da Carta Social dos Direitos dos Trabalhadores;

• A CGTP-IN denuncia o facto de o Governo adoptar políticas, tomar medidas e também introduzir ritmos para além do que o próprio Tratado prevê, com consequências negativas no domínio social, de que é exemplo o Orçamento do Estado /93.

• A CGTP-IN, com base na defesa dos interesses nacionais e por um Portugal Democrático, Desenvolvido, Solidário e Soberano, continuará a lutar no plano da Europa, em cooperação e unidade com o movimento sindical europeu, pela construção de uma Europa Pacífica, Democrática e Solidária, independentemente do destino final do Tratado de Maastricht.

Maioria contra o Tratado

Posições contra Maastricht, inequívocas nos seus fundamentos, têm sido formuladas por sindicatos, organizações laborais em empresas, federações de sector e uniões sindicais.

Na semana passada, foi aprovada nesse sentido, por unanimidade, uma tomada de posição da União dos Sindicatos de Lisboa. Além da assembleia de delegados e dirigentes sindicais do Sindicato Têxtil

do Distrito do Porto, recusaram também o Tratado de União Europeia o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de bebidas do Sul e Ilhas e a Federação dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços (FEPACES). Nesta última organização intermédia da CGTP-IN, a resolução foi aprovada por larga maioria. Apenas votaram contra José Luís Judas e Emídio Martins.

Função Pública

Greve no SEF

Uma greve de zelo para ter início em 30 do corrente estava a ser preparada no final dos cinco dias de paralisação dos trabalhadores dos Serviços e Fronteiras. Em causa continua a defesa de uma nova carreira, como sucede aliás noutros serviços da Administração Pública. Era adiada entretanto terça-feira, 24 de Novembro, a reunião marcada para esse dia entre os sindicatos da Função Pública e a secretaria de Estado do Orçamento.

O adiamento da «reunião exploratória», que deve efectuar-se esta semana, não contempla a revisão salarial para 1993. Estava agendada apenas uma primeira análise sobre «o mandato de um eventual grupo de trabalho a criar» para discutir a reestruturação e a política de emprego na Administração Pública.

Continuava marcada, entretanto, a manifestação nacional da Função Pública para hoje em Lisboa.

No que respeita aos trabalhadores do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), o presidente do respectivo Sindicato (SINSEF) disse à Lusa que o saldo da greve foi «positivo». A adesão foi de 69 por cento, diz a mesma fonte.

Segundo aquele sindicalista, Oscar Gandra, a paralisação de cinco dias «atrasou bastante» o processo de legalização extraordinária dos estrangeiros em situação irregular, as autorizações de residência e a concessão de vistos.

Por já estarem integrado numa nova carreira, os funcionários do SEF que desempenham funções nos aeroportos não aderiram à greve.

Adiamento na Concertação

Adiada também, como sucedeu com a Secretaria de Estado do Orçamento, foi a reunião da Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS). Anunciada para 25 de Novembro, foi de novo marcada para 7 do corrente. Um eventual acordo de rendimentos e preços para 1993 é o objectivo da reunião adiada por «motivos de agenda», disse à Lusa o presidente do Conselho Económico e Social (CES), Nascimento Rodrigues.

«Necessidades fisiológicas com hora marcada»

Uma situação aberrante em Santegãos

Numa atitude que o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgica e Matelomecânica do Distrito do Porto considerou «inimaginável», a empresa Produtos Estrela, de Santegãos, com um quadro de pessoal de 300 unidades, enviou a cinco trabalhadores notas de culpa por terem utilizado as casas de banho «fora das horas marcadas pela empresa e ao mesmo tempo».

A situação que o STIMMDP caracteriza pela sua «gravidade» não é única, «só por vezes os trabalhadores se sentem coibidos de apresentá-los, com medo das represálias da empresa».

Numa nota aos órgãos da comunicação social, que inclui um apelo à divulgação da «insólita notícia», o Sindicato apelida de «ridícula» a argumentação utilizada pela empresa, para minorar talvez o efeito da afirmação taxativa que produz nas notas de culpa e segundo a qual, escondida por esse «fenómeno» fisiológico se encontra — como reproduz o STIMMDP — a «vontade determinada em produzir resultados prejudiciais à empresa».

A surpresa não fica, no entanto, por aqui. Como acrescenta o STIMMDP, «depois de terem recebido as tais notas de culpa, foi

sugerido aos trabalhadores que não havia necessidade de se deslocarem ao seu Sindicato, pois o serviço de pessoal podia responder às mesmas».

Uma boa vontade de espantar

Às «necessidades fisiológicas com horas marcadas» junta-se a espantosa boa vontade da administração, que pretende resolver o caso em família. Uma ameaça paternal...

Ao comentar essa «boa vontade», o Sindicato afirma:

«Todos temos assistido às mais variadas formas que os empregadores vem utilizando para despedir trabalhadores, mas convenhamos que utilizar uma situação destas é quase (e quase porque ela efectivamente aconteceu) impensável numa sociedade que se diz democrática.

«Qual o sentimento ou a estabilidade emocional destes trabalhadores que sempre que precisem de ir à "casinha", fora das horas marcadas, são obrigados a pedir a chave aos seus superiores?»

CGTP exige libertação de sindicalistas da Renault

Três sindicalistas foram recentemente detidos em Setúbal.

Em 26 de Novembro, sob o título «CGTP-IN exige libertação imediata de sindicalistas detidos na Renault», a Central emitiu esta nota:

«A CGTP-IN condena firmemente a detenção pela GNR de Setúbal de dois dirigentes sindicais do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul e de um elemento da subcomissão de trabalhadores da Renault/Setúbal que se encontravam nesta empresa para efectuarem um plenário devida e legalmente convocado.

«A convocação da reunião foi feita no estrito respeito pela Lei, como reconheceu a Inspeção-Geral do Trabalho que enviou um seu inspector à empresa no sentido de levar a

administração da Renault/Setúbal a cumprir a legalidade, ou seja, não se opor a que os trabalhadores levassem a efeito o plenário.

«A CGTP-IN considera que a GNR actuou discricionariamente ao proceder à detenção daqueles sindicalistas, por indicação da administração da empresa, exigindo por isso a libertação imediata de Luís Morgado, Américo Flor e António Pina.

«A administração da Renault, essa sim, não respeita as leis portuguesas e persiste em não cumprir o contrato colectivo de trabalho do sector. Pretende despedir mais de 300 trabalhadores, alegando que estão a contrato quando de facto são efectivos, e pratica a discriminação salarial, havendo, para o mesmo nível, trinta ou mais salários diferentes».

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Orçamento de Estado para 1993

Por colidir com os interesses nacionais ampliam-se as razões para a sua rejeição

Para o PCP, existem razões de sobra para rejeitar o Orçamento de Estado para 1993. Em conferência de imprensa, Octávio Teixeira explicou-as detalhadamente, chamando em particular a atenção para os recentes acontecimentos em torno da desvalorização do escudo, em sua opinião uma razão adicional que só confirma que esta proposta de Orçamento não serve os interesses do País e da economia nacional

O Grupo Parlamentar do PCP voltou a chamar a atenção para o facto de o Orçamento de Estado para o próximo ano não corresponder aos interesses do País e da economia nacional, razão pela qual do seu ponto de vista deve ser rejeitado no quadro do processo de votação final global. Como factor

adicional para esta posição da bancada comunista, dada a conhecer em conferência de imprensa realizada na passada semana, estão os últimos acontecimentos em torno da desvalorização do escudo, os quais, explicou Octávio Teixeira, vêm "acentuar a flutuação em que têm navegado as projecções

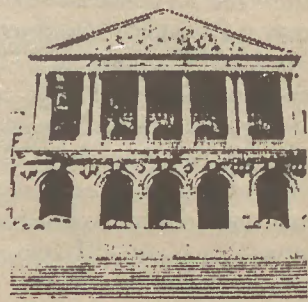
macroeconómicas do Orçamento de Estado".

Por outras palavras, o que está em causa é nada mais nada menos do que uma questão de credibilidade (neste caso, falta dela) relativamente a um documento-chave para a definição das grandes linhas de orientação da política económica e so-

cial. Disso são testemunho, como assinalou o líder parlamentar comunista, os valores propostos pelo Executivo para o crescimento do produto, do investimento, do consumo e das exportações. "O Governo do PSD, depois de negar a pés juntos o irrealismo das projecções, acabou por reconhecê-lo durante o debate na generalidade, admitindo a quebra de um ponto percentual, mas recusa-se a alterar, em correspondência, os valores do Orçamento", observou a propósito Octávio Teixeira, concluindo logicamente que

to das condições para a aceleração da recessão, na penalização das autarquias locais, no agravamento das injustiças sociais e na quebra dos rendimentos reais dos trabalhadores e, por último, na penalização das funções sociais do Estado.

Não deixa de ser revelador, neste último domínio, o facto de na Educação haver uma quebra nominal de 3,2 por cento (mais de 10 por cento em termos reais) no investimento do Estado na função educativa, enquanto que na Saúde está previsto um aumento das receitas



corte de despesas - "o combate aos desperdícios", como lhe chama o Governo - traduz-se apenas na redução das remunerações do trabalho e no lançamento de milhares de trabalhadores no quadro de excedentes, uma vez que em matéria de aquisição de bens e serviços a variação nas despesas prevista regista um aumento de mais de 25 por cento.

Inaceitável, na perspectiva do PCP, é ainda a penalização às autarquias locais que decorre da aplicação deste Orçamento. São disso exemplo, no concreto, para além da manutenção da suspensão da Lei das Finanças Locais, a previsão de um incremento de apenas 8 por cento para o Fundo de Equilíbrio Financeiro, valor que se situa manifestamente abaixo do aumento previsto para a receita do IVA (a partir do qual é calculado o FEF), cifrado na casa dos 10,6 por cento.

A política cambial de sobrevalorização do escudo e as altas taxas de juro praticadas - uma das causas para as dificuldades e recessão que atingem a indústria, a agricultura e as pescas - foram por último apontados por Octávio Teixeira como exemplos de uma acção governativa que aprofunda as condições para a aceleração da recessão que já atinge vários sectores da economia nacional, devendo por isso merecer a mais larga condenação e rejeição.

INDICADORES ECONÓMICOS		
Em %	Prev. apresentada no OE	Nova prev. admitida durante o debate na generalidade
PIB	3	2
FBCF (Investimento)	5	4
Exportações	5	4
Importações	6	5

DESPESAS DO ESTADO			
	1992 (Estimativa de execução)	(milhões de contos) 1993 variação (%)	
● Pessoal	1083,4	1088,3	0,45
● Aquisição de bens e serviços e outras despesas correntes	423,1	532,8	25,9

Melhorar a vida dos portugueses no cerne das propostas do PCP

A diminuição da carga do imposto sobre os rendimentos do trabalho, o reforço dos apoios em áreas sociais como a educação e a saúde e o aumento das dotações para as autarquias locais, constituem os três grandes vectores que têm norteado no essencial os deputados comunistas na apresentação das suas propostas de alteração na especialidade ao Orçamento de Estado para 1993.

No primeiro caso, com objectivos que não se dissociam da consagração do IRS como efectivo imposto único, o Grupo Parlamentar do PCP fez incidir as suas propostas de redução dos impostos sobre o trabalho na revogação do actual imposto de selo, na actualização em 10 por cento dos escalões do IRS e das deduções e abatimentos à matéria colectável, e na redução para 13 por cento da taxa do IRS para o primeiro escalão de rendimentos, situação que no caso dos rendimentos médios se traduz num desdobramento do respectivo escalão.

No capítulo dos apoios em áreas sociais, merecem destaque no quadro das propostas apresentadas pelo PCP em matéria de educação a revogação do artigo 55º que pretende impor automaticamente o processo de pagamento das novas propinas no ensino superior público, bem como o reforço em quatro milhões de contos das dotações para este ramo de ensino, e a dedução na totalidade das despesas com a educação para efeitos de IRS.

O reforço em seis milhões de contos do Programa "Promoção Directa" para a habitação social e o desagravamento fiscal de 16 por cento do IVA na aquisição de

materiais e serviços para a construção de habitação, constituem por seu lado duas importantes propostas no domínio da habitação, enquanto que no plano da saúde merece referência a consignação ao Ministério da Saúde da verba de um milhão de contos da dotação provisional para regularização das dívidas dos hospitais e Administrações Regionais de Saúde às Associações de Bombeiros.

No que se refere às dotações para as autarquias locais - outra das áreas fundamentais sobre a qual incidem as preocupações da formação comunista -, as propostas já elaboradas visam em primeiro lugar a cessação da aplicação do regime transitório de cálculo do FEF com a correcção da determinação do valor para o corrente ano com base na aplicação integral da Lei das Finanças Locais, havendo ainda a destacar o reforço de dois milhões de contos de verbas para financiamento de novas sedes de juntas de freguesia e a compensação às autarquias dos encargos extraordinários que assumiram em resultado da prolongada seca que atingiu o País.

Anunciadas por Octávio Teixeira no decorrer da conferência de imprensa, foram ainda as propostas para moralização dos benefícios fiscais, eliminação do aumento de indemnizações por nacionalizações, o reforço para 300 mil contos da verba para viabilização económica das cooperativas agrícolas, a consignação de verbas para a realização de acções de prevenção e combate ao alcoolismo e uma proposta de 400 mil contos para a criação de centros de atendimento de toxicodependentes e comunidades terapêuticas.

se o Governo mantém a sua recusa em alterar o Orçamento "é porque o próprio Governo não lhe atribui grande credibilidade e lhe nega qualquer réstea de rigor".

Mas para o dirigente comunista, que estava acompanhado pelos deputados Lino de Carvalho e José Calçado, não é apenas a falta de credibilidade do Orçamento que constitui motivo de apreensão e dá sentido às duras críticas que de vários quadrantes têm sido dirigidas ao Governo.

Entendidas como razões de peso para rejeitar o Orçamento, na perspectiva da bancada comunista, são ainda as orientações e medidas nele enunciadas que se traduzem no aprofundamen-

próprias do SNS de 54,5 milhões de contos para 74,5 milhões de contos (mais de 36,7 por cento) à custa evidentemente dos portugueses de menores recursos que recorrem ao Serviço Nacional de Saúde.

Quanto ao agravamento das injustiças sociais e dos rendimentos reais dos trabalhadores - dois traços marcantes deste Orçamento -, esta tendência é particularmente notória nas receitas do IRS e na estrutura da redução das despesas do Estado. No primeiro caso, recorde-se, o Governo prevê um aumento da receita do IRS em mais de 10,6 por cento, enquanto que a sua proposta para o tecto salarial não ultrapassa a casa dos 7 por cento; no que se refere ao

Leis eleitorais do PSD PCP impugna admissão

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou um recurso da decisão do Presidente do Parlamento de admitir os projectos de lei do PSD que introduzem alterações às leis eleitorais para a Assembleia da República e autarquias locais.

Na base desta iniciativa está a consideração da bancada comunista de que os diplomas apresentados pelo PSD "contêm graves inconstitucionalidades" não devendo por esse motivo "ser admitidos".

Em causa, no que se refere concretamente ao projecto de lei nº 25/VI, está o facto de este violar o "princípio da proporcionalidade" quando propõe "uma divisão dos círculos eleitorais que penaliza os partidos de menor dimensão". Na perspectiva do PCP, ao criar um "círculo

nacional que exige para a eleição de um deputado uma percentagem de votos de cerca de três por cento", o projecto da maioria governamental viola também a "proibição constitucional de exigência de uma percentagem de votos nacional mínima para a conversão dos votos em mandatos".

Quanto ao projecto de lei nº 227/VI, a fundamentação que levou a bancada comunista a recorrer para a sua não admissão reside no fundamental na circunstância de o diploma violar o "princípio constitucional da representação proporcional quando, através de distorções da regra da proporcionalidade, favorece a formação de executivos maioritários nas autarquias locais".

Propinas

Universitários marcam jornada de luta e querem reformar todo o Ensino Superior

Uma Jornada Nacional de sensibilização para a situação no Ensino Superior e contra o aumento das propinas e a formação de diversas comissões encarregadas de abordar e elaborar propostas sobre os diferentes aspectos de uma reforma global do Ensino Superior foram as duas principais decisões tomadas no fim-de-semana passado pela 43 associações de estudantes que se reuniram em Coimbra num Encontro Nacional que depois da manifestação dos estudantes universitários de há duas semanas frente à Assembleia da República

decidiu sobre a evolução futura desta luta estudantil.

A Jornada aprovada naquela reunião do Encontro Nacional de Direcções Associativas (ENDA) terá lugar a 11 e 12 de Dezembro, coincidindo com a data marcada para aprovação do Orçamento de Estado e contempla acções diversificadas a levar à acção mediante a opção de cada estabelecimento.

Greves, debates, concertos, animação de rua, reuniões gerais de alunos, assembleias gerais ou participação maciça nas aulas que demonstre a fragilidade das

estruturas existentes na maioria das faculdades, são algumas das opções de luta que os estudantes irão adoptar. Apesar deste carácter diferenciado, a jornada contempla a edição coordenada de materiais de divulgação das posições dos estudantes para sensibilizar a opinião pública.

A medida, que foi aprovada por unanimidade na reunião de Coimbra, é justificada pela necessidade de defender um «ensino superior digno, de qualidade, como factor de eliminação de assimetrias regionais e de desenvolvimento do país»,

segundo se lê numa moção aprovada pelos participantes.

A revogação da «Lei das Propinas» e a eliminação do artigo 55 da Lei do Orçamento de Estado, que determina a aplicação de um determinado montante de propinas nas universidades que não estabeleçam em reuniões do Senado os quantitativos a cobrar.

Por outro lado os estudantes reclamam a «definição do papel do Estado na acção social», dos ensinos superior particular e cooperativo e a integração dos estudantes das escolas superiores de enfermagem no sistema de acção social escolar.

Numa outra moção as associações de estudantes

aprovaram um conjunto de medidas para uma «reforma global do Ensino Superior», partindo de um levantamento comparativo da situação actual em Portugal e na Comunidade Europeia.

Nesse contexto propõem um «acréscimo efectivo» de dez por cento nas verbas para o Ensino Superior no Orçamento de Estado para 1993 e o aumento dos montantes afectos à educação e investigação, calculados em função do produto interno bruto (PIB). Assim é defendida uma «equiparação acelerada» entre as percentagens disponibilizadas em relação ao PIB de Portugal (1,9 por cento) e da Comunidade Europeia (2,8 por cento).

Ainda em outra moção, os estudantes lamentaram que algumas associações do Ensino Superior, que anteriormente se haviam reunido em Braga, tenham desferido um ataque a este Encontro, «com o objectivo de dividir o movimento estudantil». A moção lembra que essas direcções estudantis «há vários anos vêm participando no ENDA sem nunca terem proposto qualquer alteração ao seu funcionamento», tendo alguns participantes nesta reunião recordado que muitos dos dirigentes associativos presentes em Braga assumiram decisões que contrariam exposições expressas nas escolas pelos estudantes que representam.



Depois da manifestação frente à Assembleia da República, os estudantes debatem novas formas de luta

A mais baixa taxa de pré-escolaridade na Europa

Portugal tem a mais baixa taxa de pré-escolaridade da Europa, segundo afirmou Valter Lemos, docente da Escola Superior de Educação, que foi acompanhante da nova reforma do sistema educativo, quando participava em Idanha-a-Nova nos «primeiros colóquios de Outono na Raia», iniciativa da escola C+S da localidade.

«A nossa taxa de pré-escolaridade ronda os 30 por cento, segundo dados divulgados pelo próprio Ministério da Educação, o que é baixíssimo» referiu Valter Lemos que afirma que a taxa de insucesso escolar no nosso país é actualmente maior que há dez anos e que existem neste momento 20 por cento de alunos com idade muito avançada no primeiro ciclo, 40 por cento no segundo ciclo e 30 por cento no terceiro «o que consitui um grave problema», diria ainda Valter Lemos

Centenário do nascimento de Irene Lisboa

O Instituto Irene Lisboa está a levar a cabo um conjunto de iniciativas de comemoração do centenário do nascimento de Irene Lisboa, a que se associa o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa e a Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos, concelho onde a pedagoga, professora primária e escritora nasceu, no Casal da Murrinheira (freguesia de Arranhó) a 25 de Dezembro de 1892.

Naquela está a decorrer uma exposição evocativa depois de no passado dia 20 de Novembro ter-se realizado um seminário sobre a escritora na União Recreativa e Desportiva de Arranhó.

As comemorações vão prosseguir com uma exposição esta semana na galeria do Instituto de trabalhos seleccionados no âmbito de um concurso de pintura e jogos florais que decorre sob o signo de Irene Lisboa. Dia 18, em Arruda dos Vinhos, será inaugurado um busto da pedagoga após o que se realizará um

seminário subordinado ao tema: «Irene Lisboa - a cidadã e a escritora».

No dia seis de Janeiro serão entregues os prémios dos jogos florais, dos concursos de pintura e literatura infantil, especialmente dedicados a professores e educadores.

Forum Cultura e Saberes Irene Castro

O «Forum Cultura e Saberes Irene Castro», no Porto, afirma-se como um projecto «político de intervenção, unificador e transformador, auto-sustentado, independente, de inclusão social, de convívio e debate de ideias, um projecto humanista e humanizador», segundo se lê num apelo à participação distribuído há duas semanas. Entre as iniciativas a levar a cabo conta-se um passeio ao Parque de Montesinho e um debate sobre a família, dia 21 de Dezembro, onde estarão Machado Vaz e Milice Ribeiro dos Santos. Os interessados deverão contactar Maria Eduarda Castro pelos telefones 5104380/561211/56282 ou pela morada do Porto: Rua do Monte da Estação, nº. 55, 4300 Porto.

Saberes de mulheres do Algarve

«Saberes e fazeres tradicionais da Mulher no Algarve» é o título de um livro que o Movimento Democrático de Mulheres (MDM) se propõe lançar em breve, da responsabilidade de Glória Marreiros, membro do Conselho Nacional daquela organização e autora de diversos trabalhos na área da etnografia portuguesa.

O livro resulta de um trabalho de investigação de actividades levadas a cabo no Algarve por mulheres idosas e por jovens empenhados na recuperação de trabalhos tradicionais.

Inquérito promovido pela edilidade revela

Qualidade de ensino é a maior preocupação dos estudantes de Lisboa

A qualidade do ensino ministrado é a principal preocupação dos estudantes da cidade de Lisboa, segundo revelam os resultados de um curioso inquérito promovido pelo pelouro da Juventude Câmara Municipal, do vereador Rego Mendes, que incidiu sobre 40 estabelecimentos de ensino.

Os resultados demonstram que 61,5 por cento dos estudantes da capital acham que a qualidade de ensino é a sua principal preocupação, a que se segue 55,3 por cento de inquiridos que assinalaram igualmente como uma das suas maiores preocupações a introdução do novo sistema de ensino, logo seguido da segurança da segurança das escolas com 53,8 por cento.

Do total de estudantes inquiridos, 51,2 por cento está igualmente preocupado com os métodos de avaliação, enquanto relativamente à forma de acesso ao Ensino Superior, 60,4 por cento dos estudantes manifestou falta de informação sobre o assunto, sendo esta percentagem mais elevada nos alunos dos últimos anos, atingindo os 67,1 por cento no 12º. ano. Apesar disso, 68,3 por cento diz pretender ir frequentar

a Universidade, enquanto apenas 4,4 por cento pretende ir para o Ensino Politécnico e 11,4 deseja integrar-se na vida activa.

A quase totalidade dos estudantes (91,6 por cento) defende a gratuitidade do ensino enquanto os alunos do 7º ao 9º. ano são os que mais se preocupam com a questão da segurança nas escolas (61,6 por cento) sendo a qualidade do ensino preocupação maior nos 10º., 11º., e 12º. anos a par com as saídas profissionais e com o novo sistema de ensino.

A falta de informação sobre a reforma do sistema educativo foi manifestada por 68,1 por cento dos alunos. As maiores preocupações apontadas pelos estudantes são também as questões que os inquiridos consideram serem as mais prementes a debater e solucionar, ou seja: a qualidade de ensino (61,2 por cento), o novo sistema de ensino (58,4), a segurança nas escolas (50,3), os métodos de avaliação (45,4) e ainda as saídas profissionais (42,7 por cento).

Para este inquérito foram interrogados cinco mil 726 alunos dos cerca de 49 mil existentes na cidade de Lisboa.

Comissões de Base de Saúde contra mudanças no Serviço Nacional de Saúde

A Associação Nacional das Comissões de Base de Saúde (OBS) tomou recentemente posição sobre a proposta de Governo de um novo Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, acusando-a de provocar «à partida, uma completa injustiça social» ao transferir as responsabilidades do Estado como garante do direito à saúde para o sector privado «e, consequentemente, o pagamento dos serviços prestados directamente para os utentes».

A Associação defende que a contribuição dos utentes para o orçamento da Saúde deve limitar-se ao pagamento dos impostos lembrando que Portugal é o país da CEE em que a população mais paga para as despesas nacionais com a saúde. A CBS condena igualmente a entrega à gestão privada dos centros de saúde, hospitais

ou serviços já que passarão a ser explorados como qualquer empresa «com o objectivo do maior lucro» o que promoverá «a desarticulação, degradação e destruição progressiva dos serviços oficiais de saúde».

A CBS, insurge-se particularmente contra a situação de os técnicos de saúde poderem exercer no mesmo local cuidados no âmbito do Serviço Nacional de Saúde e «algumas horas mais tarde, os utilizem como consultórios ou clínicas privadas».

Sobre o sistema de seguros de saúde, a associação alerta para o reduzido número de pessoas que teria capacidade económica para fazer um seguro razoável e condena o aumento de governamentalização dos órgãos de gestão dos serviços oficiais.



Lisboa do desemprego

Nos últimos anos foram extintos no distrito de Lisboa 25 mil postos de trabalho. Ressurgem os salários em atraso e os direitos dos trabalhadores são violados pelas pressões e repressões do dia-a-dia das empresas.

Um estudo recente da União dos Sindicatos de Lisboa mostrou em números globais do distrito a realidade que se revelava em notícias de encerramentos e falências, de reestruturações e de modernizações que tinham como primeiro resultado a libertação de mão-de-obra. Segundo a USL, em 18 sectores foram liquidados (ou serão a muito breve prazo) 24 727 postos de trabalho.

A cabeça, pelo número de pessoas de que se «libertaram», surgem empresas como a Centralcer, a CP, a Nacional, a AEP/Centrel, a Alcatel, a Cel-Cat, a Sipe, o Casino Estoril Sol, os estabelecimentos fabris das Forças Armadas, a Mague, a Cometa, o grupo Previdente - responsáveis, no seu conjunto, por mais de 12 mil despedimentos.

O levantamento efectuado pela União dos Sindicatos de Lisboa refere, nos sectores onde se verificou maior redução do emprego, além dos EFFAs e ferroviários, os fabricantes de material eléctrico (menos 6700 postos de trabalho em 5 anos), os hidratos de carbono, a hotelaria, os têxteis, a indústria química e o sector farmacêutico, os gráficos, os metalúrgicos e a indústria de bebidas.

Em Janeiro vão ficar sem emprego 8 mil trabalhadores em despachantes e aduaneiros.

Não contabilizados no estudo, mas referidos como ameaçados a breve prazo, estão postos de trabalho na indústria açucareira, na TAP (700 subcontratados e contratados a termo), na cadeia dos hotéis Tivoli, na Fnac, na Hoechst, no sector dos plásticos. O sector de bolachas e chocolates pode também acabar até ao fim deste ano.

Salários atrasados

A União registou mais de 2 mil trabalhadores cujos salários foram pagos com atraso ou ainda estavam em dívida. No topo da lista das empresas devedoras surgem a SAAL

(Sociedade Abastecedora de Aeronaves), a Argibay, a Resopal, os têxteis V. Verde, a Loys. Por sectores, destacam-se a indústria e comércio farmacêutico, os gráficos, os têxteis, o comércio e escritórios, e a hotelaria, mas são ainda referidos os hidratos de carbono, os metalúrgicos, os rodoviários e (embora não contabilizados) os médicos de clínica geral.

Resopal, Lanfícios Tejo, Loys, Samexport, Ruobel, Treco, hotéis Central e Excelsior, Clínica das Amoreiras, JM Moura, Monteiro e Oliveira, Braz & Braz e Ucal são referenciadas como empresas onde o pagamento de salários é frequentemente atrasado.

Direitos por linhas tortas

Uma terceira parte do estudo da União dos Sindicatos de Lisboa incidiu sobre casos de violação de direitos de activistas e dirigentes sindicais, abrangendo 9 empresas de transportes (Carris), da hotelaria (hotéis Alfa, Meridien, Roma e Ritz), da construção civil (Olaio), da metalurgia (MC Graça e Sorefame) e da química (Korres).

Desde despedimentos a processos disciplinares, da proibição de entrada nas instalações à recusa do crédito de horas legal, a USL denuncia várias formas de perseguição e pressão sobre os trabalhadores e os seus representantes.

A par da violação de direitos consagrados e do aumento do número de empresas que estão a encerrar as portas ou a atrasar o pagamento de salários, a USL denuncia «uma grande ofensiva na desregulamentação dos contratos colectivos» (com a retirada formal de direitos e regalias sociais), no quadro de uma «ofensiva concertada contra os direitos dos trabalhadores».

A USL verifica ainda que «os sindicatos da UGT estão cada vez mais refinados no boicote à negociação colectiva».

Trabalhadores sentem na pele a política do PSD É mesmo anti-social!

Cada um sabe de si, e para muitos isso já bastaria. Mas as verdades saltam à tona no mar público das notícias e «histórias», ganham lugar nas ruas, nas páginas de jornais, nos sons das rádios e nas imagens dos televisores. Os efeitos sociais da governação do PSD extravasam o segredo dos lares mais desfavorecidos. Para quem ainda duvidasse, começa a estar à vista que a política de Cavaco e seus pares é mesmo anti-social. E, já agora, não será despropositado recordar que, nos longínquos e rosados tempos da campanha eleitoral, houve quem alertasse para os perigos reais que as promessas escondiam...



Manutenção de Coimbra

O Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas manifestou o seu protesto contra a intenção do Governo e da hierarquia de encerrar o supermercado de Coimbra da Manutenção Militar. Numa nota em que convocava para a passada sexta-feira uma acção pública de denúncia, o sindicato afirmava que «não têm qualquer consistência medidas avulsas» como esta, num momento em que «decorrem estudos ao mais alto nível para reestruturação das Forças Armadas» e dos EFFAs. Exigindo a suspensão imediata do processo de encerramento, o sindicato recorda que a Manutenção Militar «é a maior empresa nacional de fabrico de produtos alimentares e não depende directamente do Orçamento do Estado, porque tem autonomia administrativa e financeira». Para a sobrevivência da Manutenção são necessárias as receitas dos supermercados.

São Simão

O encerramento de empresas em São Simão, no concelho de Setúbal, esteve em foco na assembleia de organização do PCP, recentemente realizada em Vendas de Azeitão, no quadro da preparação do 14º Congresso do Partido. Numa nota de imprensa da comissão concelhia referiam-se alguns

exemplos: a Cosider, cujo fecho deixa sem emprego 70 pessoas, enquanto o SIMA «não tem demonstrado qualquer capacidade de orientar a resistência dos trabalhadores»; as confecções Rosalinda (cerca de 30 trabalhadoras) e a Novadata.

Renault

A administração da Renault/Setúbal pretende despedir 300 trabalhadores, persiste em não cumprir o contrato colectivo do sector, pratica a discriminação salarial, desconta nos salários faltas justificadas e tenta impedir a realização de plenários na empresa. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do Sul, que denunciou a situação na semana passada, há 30 ou mais salários para um mesmo nível da tabela, existindo casos em que a diferença atinge os 50 contos.

Em Aveiro, a Metalurgia Casal tem atrasado o pagamento de salários aos seus trabalhadores, cujos representantes já se encontraram com o Governador Civil. Este, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do distrito, comprometeu-se a intervir junto da administração da empresa no sentido de resolver os problemas existentes.

Conserveiras

Os cerca de 250 trabalhadores das fábricas de conservas Praiamar e Rio

Maior contestaram publicamente na semana passada a venda e o encerramento destas unidades, situadas em Vila do Conde.

Os trabalhadores, mulheres na sua maioria, contestam os argumentos da administração da sociedade de produtos alimentares António & Henrique Serrano e afirmam que a empresa é viável, está bem apetrechada e tem uma boa situação financeira - refere a Lusa, citando um comunicado das estruturas representativas, no qual se afirma a disposição de ir a Lisboa «mostrar quem são as mulheres de Caxinas».

Codan

A Codan, fábrica de instrumentos cirúrgicos situada em Odivelas, enviou notas de culpa para o despedimento de 60 trabalhadores.

A Comissão de Freguesia de Odivelas do PCP, que exigiu publicamente a anulação das notas, afirma que esta «atitude prepotente» da administração da multinacional é uma tentativa de aplicar represálias aos trabalhadores que protestaram contra a falta de condições de higiene e segurança.

No início de Outubro, registaram-se na Codan vários casos de intoxicação que suscitaram os protestos dos trabalhadores e do sindicato dos químicos do Sul.

Química e Farmacêutica

Menos 5 mil no último ano

A indústria química e farmacêutica está a atravessar uma das maiores crises dos últimos anos, com graves reflexos sociais que se traduzem num galopante processo de despedimentos e numa quebra acentuada dos índices de produção.

Nos últimos dez anos, foram extintos 20 mil postos de trabalho e, destes, 5 mil desapareceram entre 1991 e 1992. A produção, que acompanhou este declínio, se representava 78 por cento da capacidade instalada em 1990, no presente ano não ultrapassa os 70 por cento.

O rol de empresas total ou parcialmente encerradas, com trabalhadores despedidos colectivamente durante este ano é extenso: A Firestone despediu 600 trabalhadores; UCAL, 400 trabalhadores; BIS, 140 trabalhadores; Nobre da Silva, 150 trabalhadores; Edmar, 105 trabalhadores; Fábrica Hércules, 70 trabalhadores; Imbop, 60 trabalhadores; Instituto Pasteur, 70 trabalhadores; UPLA, 65 trabalhadores; Fernando Oliveira, 60 trabalhadores; A. Henriques, 60 trabalhadores.

Para a Federação dos Sindicatos da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás, que forneceu estes dados, «muitas

empresas estão em vias de desaparecer e outras têm já programas de emprego a curto e médio prazo, caso dos sectores de plásticos, petroquímico, borrachas, adubos, tintas, fibras, farmacêutica e outros».

Noutras empresas, como é exemplo a Valverde que emprega 230 trabalhadores, registam-se salários em atraso, enquanto a precarização do emprego atinge níveis inadmissíveis, existindo já muitas dezenas de unidades que laboram com a quase totalidade dos trabalhadores em regime de contratação a prazo.

O sector vive num clima de instabilidade e insegurança até porque, segundo os sindicatos, os próximos anos não vão ser melhores. Concretamente, a situação poderá conhecer um novo agravamento a partir de 1993, por via da livre circula-



ção de bens e serviços e da ratificação do Tratado de Maasticht. Com as transferências de soberania para as instâncias comunitárias, aumentará ainda mais a dependência económica e será restringida consideravelmente a capacidade de intervenção governamental neste sector fragilizado face à concorrência induzida pelas transnacionais instaladas na Comunidade.

Ferroviários pagam má gestão da CP

Em pouco mais de oito anos, o número de efectivos da CP desceu de 26 mil para cerca de 20 mil actualmente. Enquanto esta redução drástica de trabalhadores se verifica os défices anuais foram crescendo de forma brutal, segundo revela a Federação dos Trabalhadores e Ferroviários Portugueses, num documento recentemente divulgado.

A par dos cortes nas despesas com pessoal, a empresa procedeu a encerramentos de linhas e estações, num total de mais de 750 quilómetros. O argumento utilizado pelo conselho de gerência é a falta de verbas, mas o que se tem verificado é o afundamento gradual da CP, cujos défices anuais não deixaram de crescer desde 1985, altura em que o Estado assumiu todas as dívidas da empresa, atingindo em 1991 os 25 milhões de contos.

Os sindicatos e os trabalhadores têm portanto toda a razão para se interrogar: se os encerramentos e os cortes de pessoal não conduziram à redução dos prejuízos, onde é gasto o dinheiro? Segundo afirmam, existe uma «pista que não andará muito longe da verdade e que reside no facto do CG reduzir os efectivos, sem primeiro ter diminuído as necessidades de pessoal». Por outras palavras, o que antes era feito directamente por trabalhadores da empresa, passou a ser entregue a empreiteiros, muitas vezes sem concurso e em péssimas condições de preço e qualidade. A transparên-

cia destas operações deixa também muito a desejar, o que já motivou uma sindicância do Ministério dos Transportes às contas da CP, embora os resultados não tenham sido divulgados.

Nesta situação, em que o trabalho deixa de ser feito na CP para passar a ser executado, mais caro, por operadores privados, é no mínimo incompreensível a recente criação dos chamados quadros de «excedentários», que atingem já cerca de mil trabalhadores.

Segundo reconhece tanto o Ministério do Emprego como a Inspeção Geral do Trabalho, o quadro de «excedentários» carece de fundamento jurídico, ou seja, está a ser feito à margem da lei.



Os trabalhadores tomam conhecimento por carta de que passaram a integrar os quadros de excedentários e são convidados a ficar em casa, com dispensa de comparecerem no local de trabalho. Simultaneamente, é-lhes feito o «convite» para rescindirem «voluntariamente» o contrato individual de trabalho. Coloca-se desta forma à maior parte dos trabalhadores que recebem estas cartas uma situação concreta de desemprego.

A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses condena os «convites» do CG, afirmando que é uma forma hipócrita de obrigar os trabalhadores a rescindirem os contratos. A federação acusa o CG de colocar os trabalhadores numa situação de grande instabilidade psicológica e de insegurança de emprego e depois lhes oferecer uns «patacos» de indemnização para se irem embora, insistindo com todo o cinismo que foi dada toda a liberdade de escolha.

Os sindicatos concordam que a introdução de novas tecnologias na rede da CP disponibilizará trabalhadores de algumas áreas, mas defendem que isso se faça sem grandes custos sociais, quer através da formação profissional, visando a reciclagem dos ferroviários menos idosos, quer através da redução da idade de reforma, há muito reivindicada pelo sector e prometida pelo CG, mas ainda não implementada.

"M" de Municípios Um xeque ao Governo

As Câmaras Municipais portuguesas perderam a paciência com o Governo de Cavaco Silva. Mais de 3.000 responsáveis destas fundamentais estruturas do Poder Local democrático concentraram-se de emergência no passado sábado na FIL, em Lisboa, para decidirem - por unanimidade e aclamação sufragada por representantes de todos os partidos - formas de luta frontal contra o Poder Central que, no novo Orçamento de Estado, aparece mais uma vez a lesar seriamente as autarquias. A disposição para a luta surgiu reforçada com a solidariedade expressa da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) através do seu presidente, **Marçal Pina**, que neste encontro do passado sábado levou aos responsáveis das Câmaras Municipais o apoio activo das 4.410 Freguesias do País decidido no Congresso da ANAFRE realizado no fim-de-semana anterior, em Almada. A ANAFRE mereceu então, na FIL, a maior ovação deste

Encontro; o Governo e a RTP foram os destinatários dos mais ensurdecedores apupos.

Interessa, em primeiro lugar, definir as razões de toda esta indignação das autarquias, agora particularmente sublinhada por (mais) esta reacção dos municípios, mobilizados pela sua Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP): o que de imediato está em causa é o corte de verbas do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) destinado às autarquias, que neste OE para 1993 retira cerca de 63 milhões de contos às Câmaras Municipais depois de, já este ano, estas haverem sido esbulhadas em 53 milhões de contos sobre o valor que lhes caberia pela aplicação da Lei das Finanças Locais e, sobretudo, do que ficara estipulado nas duas últimas propostas orçamentais devidamente "admitidas" pelo Governo. Todavia, como sublinhava o presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira,

Daniel Branco, "o que está em causa não é só o FEF, é algo muito mais grave: o respeito pela autonomia do Poder Local".

Desmontando a alegada "situação económica difícil" invocada pelo Governo para "desculpar" o contínuo desprezo pelas suas próprias obrigações e promessas, o presidente da ANMP, **Mário de Almeida**, recordou logo na abertura dos trabalhos que "num País que recebeu centenas de milhões de contos das privatizações e que recebe mais de um milhão de contos por dia em fundos comunitários, é inadmissível que sejamos nós a pagar, com tanto dinheiro nos cofres do Estado".

O que a generalidade das autarquias estão decididas a atravessar, são tempos concretos de luta, como se pode verificar, no outro lado do subtítulo, pelas decisões aprovadas neste Encontro da FIL.

Luta, e já!

Na verdade foi por unani-

midade e aclamação que os mais de 3.000 responsáveis das Câmaras Municipais do País, presentes no passado sábado na FIL, traçaram os próximos movimentos a "executar" nesta sua já definitivamente impaciente luta. Em resumo, são as seguintes, as decisões tomadas:

Tornar quaisquer negociações com o Governo dependentes de um encontro prévio com o Primeiro-Ministro; apresentar junto das Comunidades Europeias uma denúncia sobre a situação das autarquias portuguesas; exigir que a Lei das Finanças Locais seja integralmente cumprida; e - *the last but not de least* - encerrar as instalações e serviços das Câmaras Municipais e das Juntas de Freguesia (que, como já dissemos, estão inteiramente solidárias) no próximo dia 11 de Dezembro, acção articulada com uma concentração junto à Assembleia da República. Esta data não surge por acaso: é nesse dia que se votará em S. Bento a proposta do Orçamento de Estado para 1993, que a generalidade das autarquias portuguesas considera um "ataque à autonomia do Poder Local".

Quente vai ser este Dezembro, nas autarquias portuguesas.

Câmara de Lisboa debate com os jovens

Oito temas de interesse para o Município lisboeta e a juventude da capital estiveram em debate nos dias 28 e 29 de Novembro, no Hotel Continental, constituindo o II Ciclo de Debates da Câmara Municipal de Lisboa com as estruturas juvenis do Concelho.

A proposta dos debates partiu, à semelhança do ano passado, do Conselho Municipal de Juventude da CML. Com este Ciclo «pretende-se a contribuição dos jovens na elaboração do Plano de Actividades do Município para 1993, através da discussão frontal com os Vereadores e responsáveis das diversas áreas de intervenção da Câmara em assuntos de grande interesse para os jovens da Cidade», informou o gabinete do vereador Rego Mendes, responsável pelo Pelouro da Juventude da CML.

Lisboa 94 (Capital Europeia, Ibero-Americana e Lusófona da Cultura), Expo 98 à CML que participação?, Toxicodpendência, Educação, Desporto, Juventude, Ambiente/Espaços Verdes e Culturas/Festas de Lisboa foram os oito painéis em discussão com o presidente da CML dr. Jorge Sampaio, e os vereadores eng^o Rego Mendes, dr. Vítor Costa e dr. João Soares.

Conselho Municipal de Juventude

São as seguintes, as Associações pertencentes ao Conselho Permanente do Conselho Municipal de Juventude: Associações Juvenis partidárias com representação no executivo camarário: Juventude Comunista Portuguesa; Juventude Social Democrata; Juventude Centrista e Juventude Monárquica;

Federação das Associações dos Trabalhadores-Estudantes (representada pela A. E. Esc. Sec. António Arroio); Associação representativa do Ensino Secundário (A. E. Esc. Sec. D. Pedro V, eleita pelas AAEE do Ensino Secundário);

Associação Académica de Lisboa (representação das AAEE do Ensino Superior); Associação dos Escuteiros de Portugal e Corpo Nacional de Escutas;

Federação das Associações Juvenis do Distrito de Lisboa e Guias de Portugal.

Cascais PCP comenta saída de presidente

A Comissão Concelhia de Cascais do PCP, ao tomar conhecimento da renúncia ao mandato do actual Presidente da Câmara, Dr. D'Argent, considerou que «há muito que se adivinhava tal possibilidade.

Este afastamento não está desligado da política do PSD na Câmara e da imagem negativa e de incompetência que têm os seus eleitos perante a população do Concelho. A prova disso — frisa a nota — são os Inquéritos (já vão em 18 relatórios) que a Inspeção Geral da Administração do Território (IGAT) levantou às irregularidades da Gestão PSD e aos quais estão ligados eleitos do PSD, anteriores e actuais. Esta "fuga para a frente" agora ensaiada pelo PSD tem como objectivo fazer cair no esquecimento o rol de irregularidades ligadas aos seus eleitos». E prossegue a Comissão Concelhia de Cascais do PCP:

«Além dos Inquéritos, cujo desfecho ainda se aguarda, tem o PSD na Câmara uma prática totalitária, incompetente e serventária dum clientelismo que desta forma prejudica seriamente as populações, o município e a maioria dos operadores económicos aqui sediados, construtores, comerciantes e hoteleiros. Esta situação agora conhecida está também ligada às preocupações que o PSD tem, com o aproximar das eleições autárquicas de 1993 e a necessidade de se apresentarem com uma nova imagem ao eleitorado».

A Comissão Concelhia de Cascais do PCP sublinha que «tudo fará para que os resultados dos Inquéritos sejam conhecidos publicamente e os implicados punidos» e reafirma que «os militantes do PCP eleitos na CDU continuam a trabalhar activamente em benefício das populações e do Concelho, em todos os órgãos autárquicos».

No Concelho de Arruda dos Vinhos CDU visita Cardosas

No seguimento do programa de visitas às Freguesias do Concelho, os eleitos da CDU de Arruda dos Vinhos, depois de terem visitado Arranhó e S. Tiago, estiveram nas Cardosas. «Contactar as populações, para conhecer os seus problemas, são os nossos objectivos», afirma a CDU de Arruda dos Vinhos, que relata os contactos que tem feito:

«Iniciámos os nossos contactos com uma visita à colectividade, acompanhados por um dos seus directores. Tivemos oportunidade de conhecer os seus projectos para o futuro e os seus anseios, o que nos permitiu reforçar a nossa opinião sobre a necessidade dos órgãos autárquicos darem um pouco mais de atenção à vertente desportiva e cultural do Concelho. Durante a visita tomámos igualmente conhecimento do projecto para o Miradouro, obra há muito ambicionada pela população e que, de acordo com a informação que nos foi dada pelo Presidente da Junta, já se encontra adjudicada».

Finalmente, dos contactos mantidos com a população, o SANEAMENTO DA RONDULHA, surge como sendo o problema mais grave e que se arrasta há longos anos por resolver.

Os moradores desta localidade de entre as muitas diligências efectuadas junto dos diversos órgãos autárquicos, fizeram um abaixo-assinado que foi entregue à Câmara Municipal, com centenas de assinaturas.

Visitou-se, igualmente, os depósitos em construção, tendo a CDU sido informada que este problema «está praticamente em vias de solução, estando também já adjudicada a estação elevatória».

No final da visita — tal como nos anteriores — os eleitos da CDU de Arruda dos Vinhos reuniam, a seu pedido, com o executivo da Junta de Freguesia das Cardosas, a quem transmitiram as questões levantadas pelas populações.

Assembleia Municipal do Porto PCP responde a PS

A Comissão Permanente da DOCP do PCP comentou as afirmações produzidas recentemente pela Comissão Política concelhia do PS sobre a última reunião da Assembleia Municipal do Porto (onde a CDU abandonou a sala, por desacordo com o método com que estava a ser imposta a aprovação dos estatutos da Associação para o Desenvolvimento do Turismo da Região Norte), considerando não parecer aceitável que "qualquer alegada procura de eficácia por parte dos executivos camarários seja obtida com prejuízo das regras de funcionamento democrático dos órgãos competentes para a sua fiscalização".

E explica a DOCP do PCP:

"No caso vertente da última reunião da Assembleia Municipal do Porto, a correcção de vários artigos da proposta de estatutos para a constituição da Associação para o Desenvolvimento do Turismo da Região Norte (aprovados na reunião do executivo, já com a abstenção do vereador da CDU, Oliveira Dias, por essa razão), ter-se-ia rápida e facilmente resolvido com uma comissão da Assembleia, tal como foi proposto pela CDU". E acusa a DOCP do PCP:

"A intransigência e o seguidismo acrítico dos eleitos do PS, face às intervenções do presidente da Câmara, colocou a Assembleia perante um impasse, cuja única solução foi, para a CDU, o abandono da sala - não iria votar contra, na medida em que estava de acordo, no geral, com a proposta de criação da Associação e com os seus objectivos, mas não podia caucionar uns estatutos consensualmente considerados (incluindo o presidente da Câmara e a vereadora do pelouro) incorrectos e com artigos

que se contradiziam. A CDU não quis participar num acto sem sentido".

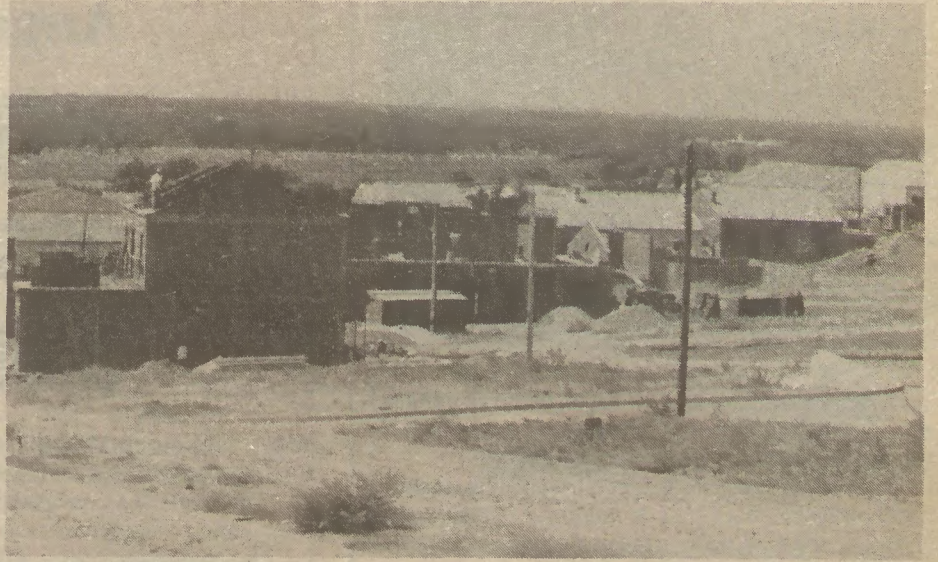
E comenta a DOCP do PCP:

"A reacção nervosa da Comissão Concelhia do PS não deixa de ser estranha quando decorre apenas da situação de ter sido posta em causa uma proposta do executivo camarário. Dir-se-ia que aceita mal ou não tolera a expressão de opiniões e deliberações diferentes das suas. É uma atitude de recorte autoritário a lembrar o governo cavaquista, pouco consentânea com um partido que se reclama do espírito e prática democráticas".

Finalmente, "sobre a pretensa indignação da CC do PS perante a coincidência pontual de posições do PCP e do PSD na Assembleia Municipal do Porto, a DOCP do PCP lembra que a sua postura nos órgãos autárquicos se tem traduzido desde sempre pela defesa dos interesses das populações e nas propostas que os consubstanciam, independentemente dos partidos que as apresentam". E acrescenta a DOCP do PCP:

"Com as insinuações apresentadas o PS não pode apagar a convergência real, essa sim, significativa, que estabeleceu com o PSD em matérias de fundo de alteração da Constituição da República, que envolvem o regime democrático e a independência nacional".

E a nota termina, afirmando que "em coerência com os seus princípios e a defesa dos interesses das populações, o PCP não abdicará de continuar a exercer as suas responsabilidades usando plenamente as competências dos órgãos autárquicos em que participa".



Luis Sá faz balanço da CDU no distrito de Setúbal

A obra é gigantesca

Esta visita culmina e completa um conjunto de visitas aos municípios do Distrito de Setúbal. Em jeito de balanço, podemos dizer - a obra é gigantesca, multifacetada, impressionante mesmo para quem acompanhou mais ou menos os aspectos gerais do seu desenvolvimento.

A CDU, como maioria em 12 dos 13 municípios, está na base desta obra, tanto mais importante quanto a situação herdada era deplorável e extremamente difícil.

Zonas urbanisticamente carentes, sem alma nem infra-estruturas, sem espaços verdes ou equipamentos. Vastas áreas de loteamentos e equipamentos clandestinos, que impuseram a necessidade de um profundo esforço de requalificação e recuperação desses espaços. O sul do distrito deprimido economicamente e sujeito, como aliás toda a «Costa Azul», a brutais pressões que visariam um aproveitamento sem regras que conduziria à própria destruição das excelentes potencialidades turísticas que propicia.

Destacamos entre tantos aspectos:

- Em **Alcácer do Sal**, o exemplar relacionamento da Câmara Municipal com as escolas, o mercado do Torrão, a estrada de Casebres, as infra-estruturas da Comporta, a Biblioteca Municipal, a zona Industrial;

- Em **Alcochete**, a redescoberta das zonas ribeirinhas, a recuperação do centro histórico, o cais, a Igreja da Misericórdia, a construção do Estádio juntamente com o sector de serviços, a estrada Alcochete/Samouco, o parque industrial;

- Em **Almada**, a construção de uma grande cidade na Área Metropolitana de Lisboa, a rede de equipamentos desportivos, em especial o Pavilhão Desportivo Cidade de Almada, a recuperação de conventos, solares, da Almada velha, a recuperação da costa, a modernização da administração e o relacionamento com o público, a Estação de Tratamento de Águas Residuais, o Complexo Educativo Catavento da Paz, a Escola Básica Integrada 1-2-3, o Museu da Água, o Museu Naval, a Galeria Municipal de Arte;

- No **Barreiro**, a ampliação e intensa e criativa utilização da sua Biblioteca, os transportes colectivos, o exemplar serviço prestado às populações, que está a ser melhorado com a construção de novas instalações, o Centro de Informação e Apoio ao Consumidor, o Mercado Abastecedor, a BARRIND - Feira Comercial e Industrial;

- Em **Grândola**, a preservação da costa construindo o seu futuro turístico e das suas gentes, a piscina (recentemente inaugurada), o tratamento de águas residuais que serve praticamente todos os núcleos habitacionais, a recuperação do Largo do Mercado e da Fonte dos Olhos em Melides;

- Na **Moita**, a devolução do Tejo à população, a recuperação e requalificação da zona ribeirinha da Baixa da Banheira, o saneamento e aproveitamento lúdico-paisagístico da Caldeira da Moita, o esforço em matéria de zonas verdes e de recreio, o Mercado da Moita e Baixa da Banheira, a recuperação do moinho de maré, a Biblioteca do Vale da Amoreira e da Moita, as passagens desniveladas de Alhos Vedros e Moita;

- No **Montijo**, o equilíbrio de uma difícil gestão financeira, deixada pela anterior gestão PS/PSD, conseguindo,

entretanto, realizar obras como as piscinas municipais, a nova Biblioteca, o Cais dos Vapores, novas instalações dos trabalhadores, a Feira do Porco e das Flores, a construção de habitação social;

- Em **Palmela**, a harmonização do extraordinário crescimento económico-industrial com o ambiente, o funcionamento de sete estações de tratamento de águas residuais, que servirão cerca de 60% da população, o mercado da Quinta do Anjo e Pinhal Novo, a nova sede da Junta de Freguesia da Quinta do Anjo, a biblioteca, a piscina, a reanimação/recuperação do Castelo, a desconcentração, descentralização, delegação da Câmara para o Pinhal Novo;

- Em **Santiago do Cacém**, a modernização da gestão, o esforço para levar as obras e acções a todas as freguesias e a muitos locais, a modernização da recolha do lixo, o centro de saúde do Cercal e S. Domingos, o Mercado Municipal da Vila de Santo André, as Estações de Tratamento de Águas Residuais que servem praticamente todos os núcleos habitacionais, os loteamentos municipais, a escola de formação profissional, a Feira-Festa da Juventude;

- No **Seixal**, a reconhecida intervenção na área socio-cultural e de recuperação do património histórico, a recuperação dos barcos tradicionais e animação dos moinhos de maré, a alfabetização musical, a construção da biblioteca, a defesa e preservação da baía Seixal-Amora, a humanização da paisagem, o investimento na requalificação urbanística e nas zonas verdes, os protocolos com as associações de condóminos para a conservação de arranjos exteriores, os centros de dia de Miratejo e Paio Pires;

- Em **Sesimbra**, a projecção do concelho através do turismo e dos seus produtos, o depósito de água do Casarão, o mercado e a escola 1-2-3 da Quinta do Conde, a progressiva recuperação de loteamentos ilegais;

- Em **Sines**, o relacionamento com as populações organizadas, a luta para construir um pólo de desenvolvimento de todo o Alentejo, por preservá-lo a costa e manter a qualidade ambiental, o centro de saúde, o jardim das descobertas, a Capela da Misericórdia, a escola secundária, o Festival da Sardinha, o carnaval.

Temos algumas preocupações importantes para o futuro:

- O impacto do projecto Ford-Volkswagen não está completamente contemplado com verbas que permitam fazer face à totalidade das infra-estruturas e equipamentos que implica. É imoral que tenham que ser as autarquias a suportá-lo.

- O impacto da nova Ponte Sacavém-Montijo/Alcochete e a necessidade de fazer face aos reflexos e pressões que terá, preservando valores ambientais, ecológicos e culturais.

- Os problemas da travessia do Tejo, que não ficarão resolvidos com a ponte do «corredor nascente», e que exigem soluções para o «corredor central», a travessia ferroviária na actual ponte e o melhoramento profundo dos transportes fluviais.

- O desenvolvimento de áreas mais deprimidas do sul do distrito, o que exige empenho, investimento e incentivos que cabem no fundamental ao Governo e à Administração Central.

É justo também, neste quadro, valorizar a actividade de estruturas como a Associação de Municípios do Distrito de Setúbal, a Associação de Municípios do Litoral Alentejano, a Comissão Regional de Turismo da Costa Azul e, em geral, a intervenção de estruturas populares, da juventude, da terceira idade, de bombeiros, as colectividades de cultura e recreio, de desporto, entre outras.

Permitam-se salientar a questão do Turismo. Este sector

é em tudo avesso a fronteiras e a constrangimentos e em tudo favorável a opções e diversidades. Diferentes realidades, num contexto de grande proximidade, dão o sentido regional à Costa Azul. Tróia e Alcochete, Santiago e Sesimbra, Caparica e Palmela, Sines e Setúbal são partes de um todo. Um todo que não menospreza valores, antes pelo contrário, incentiva a relação e reforça a proximidade.

No momento em que a Costa Azul se aproxima de uma oferta de 10 mil camas crescem as exigências e crescem os desafios ao futuro do sector. O aumento do parque hoteleiro (19 unidades iniciaram o seu funcionamento desde 1987 e outras sete deverão abrir até ao final de 1993) introduz mais concorrência e evidencia a necessidade de outra postura perante o mercado.

A reflexão e a análise que foram efectuadas durante o ano de 1992 tem expressão no Plano de Desenvolvimento Turístico da Costa Azul e corresponde a uma imagem o mais real possível do sector hoje.

Quando um turista procura na Costa Azul, por exemplo, o ambiente, o fulcro da visita deve ser o Parque Natural da Arrábida, os Estuários do Tejo e do Sado, a Arriba Fóssil da Caparica, o Litoral Alentejano, etc. Interessa pouco se estão num concelho, em dois, ou se ocupam áreas de muitos municípios. Os recursos são o essencial que motiva a visita. A res-



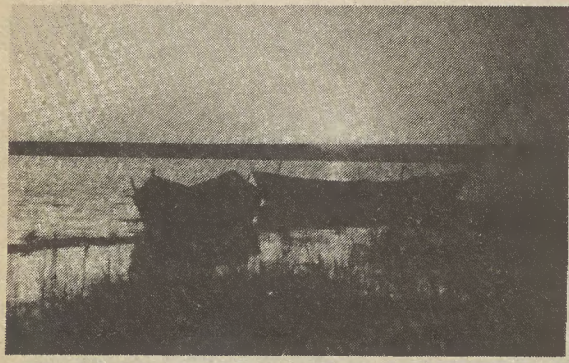
- Culminando um vasto conjunto de visitas que realizou na totalidade dos Concelhos do Distrito de Setúbal, **Luis Sá**, membro da Comissão Política do CC do PCP, contactou no passado sábado com várias estruturas de âmbito regional no Concelho de Setúbal. Do programa constou uma reunião com a Associação de Municípios do Distrito de Setúbal (AMDS), um almoço a convite desta Associação com a participação do presidente da Região de Turismo Costa Azul e um contacto com a Comissão Executiva da OID/PS.

Posteriormente, o dirigente do PCP produziu uma significativa **Declaração sobre Crescimento/Desenvolvimento** na presença de eleitos autárquicos e outras entidades especialmente convidadas, nomeadamente órgãos de Comunicação Social nacional e regional.

Angola

MPLA

aposta nas instituições e Unita na força das armas



posta indicada é o produto «natureza e ambiente», é sol e mar, desportos náuticos, campismo, natureza e ambiente, história, gastronomia, artesanato, caça e pesca, congressos e iniciativas, desporto em geral.

O futuro vai ter a qualidade como o único enquadramento possível e vai exigir de todos os intervenientes na região, novas soluções e novas posturas. A Região de Turismo da Costa Azul tem dado e estamos certos que dará o seu contributo valioso em articulação com os municípios.

Tão importante como a obra feita é o estilo de trabalho

Temos uma concepção da democracia como devendo ser simultaneamente representativa e participativa, o que envolve a intervenção destas estruturas no processo de decisão política, a prestação regular de contas e a clareza e fundamentação das decisões, praticando o princípio da administração aberta. Esta concepção e esta prática são inseparáveis, aliás, do ritmo e volume de realizações e da obra notável realizada.

Queremos também salientar, como um aspecto relevante da gestão do PCP e da CDU, o diálogo com os agentes económicos e promotores imobiliários. Contrariando estereótipos que possam existir, houve um elevado volume de investimentos, que procuramos que decorressem na base de negociações e diálogo aberto, com regras transparentes, vantagens razoáveis e as contrapartidas de interesse social que cabe às autarquias defender. No conjunto, não hesitamos em afirmar que as autarquias foram, no distrito de Setúbal, grandes promotoras do desenvolvimento, procurando o seu carácter equilibrado e sustentado, integrado, com preocupações ambientais como tendo carácter determinante.

Refira-se ainda o papel decisivo dos trabalhadores autárquicos, que temos procurado valorizar sistematicamente através de uma política de recursos humanos que encontra dificuldades face aos espartilhos legais e baixos salários praticados, sobretudo em algumas categorias, facto que seria agravado com o actual orçamento de Estado e outras políticas governamentais.

Não poderíamos deixar de falar das difíceis condições em que esta obra foi feita. É certo que existiram financiamentos da Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal. Os municípios que administramos souberam garantir o seu aproveitamento exemplar, bem como dos outros fundos comunitários. Mas também é verdade que se verificaram sucessivos e constantes cortes de verbas, crescimento dos encargos, assunção de responsabilidades da Administração Central em situações de grave carência a que esta não deu resposta, e em que promoveu uma chantagem imoral, como aconteceu com as escolas C+S, terrenos e mesmo construção de equipamentos de saúde, entre outros casos.

Como único grande partido em que existe uma sintonia total entre as posições dos eleitos autárquicos e as posições oficiais, manifestamos a nossa solidariedade com a luta dos eleitos autárquicos dos municípios e freguesias e com as formas que vai assumir nos próximos dias, a partir de amanhã. Sobre todas essas reivindicações, já apresentamos ou vamos apresentar propostas na Assembleia da República.

Sendo a regionalização um contributo para defesa e aprofundamento da democracia, o desenvolvimento e a reforma democrática da Administração Pública, insistiremos para que o processo avance de modo a poderem realizar-se eleições regionais simultâneas com as eleições autárquicas, como temos repetidamente proposto.

Prosseguiremos também a luta pela revogação da norma que dispensa o licenciamento municipal de obras da Administração Central e organismos dela dependentes, o que pode conduzir a abusos e atentados ao património e ao ordenamento equilibrado do território.

No conjunto, vamos concorrer no quadro da CDU a todos os órgãos autárquicos do distrito de Setúbal, num quadro aberto, unitário, com larga participação de candidatos não militantes do Partido.

O trabalho realizado e o que está previsto ser realizado em 1993 permite-nos dizer que é nosso objectivo manter e alargar as nossas posições nas autarquias do distrito.

O nosso objectivo não se baseia no clubismo partidário estreito, mas sim na ideia de que há uma obra vastíssima que pode e deve ser prosseguida e que é a CDU que está em condições de o fazer.

Na quinta-feira passada a Unita, assinou com o Governo de Angola um documento com o solene nome de Declaração do Namibe. Aí se comprometeram «as partes» a cumprir com os acordos de Bicesse em geral e a abster-se de acções militares «ofensivas» em particular. No dia seguinte, um grupo da Unita atacou, a 45 quilómetros de Luanda, um destacamento das Forças Armadas Angolanas.

A Radiotelevisão Portuguesa estava presente e entrevistou alguns dos intervenientes. Um deles mencionou o facto de os «unitas» utilizarem fardamentos da polícia e, também, das novas Forças Armadas Angolanas (FAA). (Note-se que muitos dos homens que a Unita está a utilizar provêm das FAA. Na Huíla, esta semana, desertou um grupo de 200 homens que antes eram da Unita e, pelos vistos, continuaram a ser. Levaram, como sempre, armas e bagagens.)

A estrada que vai de Luanda para Ndalatando e, daí, para Malange e para as Lundas está, de novo, interrompida. Não se trata apenas da suspensão do tráfego por unidades da Unita, colocadas em muitos pontos dessa estrada, vital para o normal funcionamento da economia em toda uma extensíssima região. São também as pontes que estão a ser destruídas, incluindo algumas de grande porte e que nunca, durante a guerra dos 16 anos, a Unita conseguira destruir.

Uma dessas pontes, sobre o rio Lucala, grande afluente do Kwanza (as célebres e grandiosas quedas de água de Calendula — antigamente designadas do Duque de Bragança — são no Lucala), era uma grande obra de arte. Situa-se a Norte de Dange Ya Menha, a caminho de Ndalatando, para quem vai do Dondo. Esta ponte nunca fora destruída.

Na mesma estrada, junto de Dange Ya Menha, uma outra ponte, esta sobre o rio Mucoso, foi destruída. Estas e muitas outras acções ofensivas da Unita foram levadas a cabo já depois da Declaração do Namibe, lida pomposamente, perante as câmaras da Televisão Popular de Angola, por Jaka Jamba, um dos poucos dirigentes da Unita que acompanha Jonas Savimbi no seu agressivo e voluntário «exílio interpo».

Teme-se que a Unita esteja a preparar um novo ataque à cidade do Dondo e à barragem de Cambambe, vital para o abastecimento de Luanda. Um ataque a estes dois objectivos foi repellido há pouco mais de uma semana, como noticiámos no número anterior.

Um oficial das FAA dizia na segunda-feira: «E não me venham agora com aquela de que são militares desgarrados que andam a fazer estes desmandos. O general Numa (da Unita) esteve em Ndalatando a coordenar as acções.» Numa é um dos mais importantes generais da Unita e membro da direcção da organização de Jonas Savimbi.

No domingo passado, fortes destacamentos da Unita estavam a bombardear a cidade do Uíge e também a vila de Negage.

Raiva?

Um aspecto destes ataques da Unita está a deixar perplexos muitos observadores. É que, sistematicamente, os homens da Unita, além de matarem pessoas que julgam ser a favor do MPLA, destroem tudo quanto são infra-estruturas. «Eles querem tomar o poder pela força, isso a gente percebe. Mas que país querem eles gover-

nar? Um país ainda mais desgraçado do que já está? Até parece que é só raiva!», comentava no outro dia um português que anda por Angola como cooperante.

Não será só raiva, mas que há certamente muita raiva, disso não se pode deixar de suspeitar.

«É raiva por terem perdido as eleições. É raiva contra tudo quanto é do Estado, é raiva contra as cidades e as suas populações, eu sei lá», desabafava um malangino que vive em Luanda, mas tem a família lá na terra. Ele próprio está bastante «enraivecido» com tudo quanto está a acontecer.

«Onde é que isto vai parar se ninguém põe mão neles?», perguntava num tom de voz que deixava transparecer bastante amargura.

Apenas alguns exemplos de como a Unita se deixa levar por uma incompreensível fúria destruidora.

Em Ndalatando — onde a Unita tem menos de 5 por cento dos votos — foram destruídos todos os edifícios que albergavam instituições e repartições do Estado. Referimo-nos às escolas, hospital, delegações de ministérios, tribunal, instalações do governo provincial (Kwanza Norte), etc., etc. Também foi tudo saqueado. Nem os arquivos escolares sobraram. É o que relatam os que de lá conseguiram fugir.

No Kafunfo, região diamantífera na Lunda Norte — de onde parece que lá foram repellidos — além de saquear os diamantes, a Unita destruiu todas as instalações e máquinas da Endiama que são necessárias à exploração mineira.

A barragem de Capanda — gigantesco projecto onde trabalha uma empresa brasileira — foi também atacada. Destruíram todas as instalações do aeroporto, o hospital, as máquinas que não levaram, os laboratórios, etc. Resultado: prejuízos directos de 40 milhões de dólares. Os indirectos ninguém sabe calcular.

É assim em todo o lado.

As instituições

O encontro do Namibe teve, apesar de tudo, do ponto de vista governamental, dois aspectos positivos. O primeiro foi o de, uma vez mais, a Unita ter reconhecido e aceiteado publicamente (fê-lo Jaka Jamba em nome da organização) os resultados eleitorais para a Assembleia Nacional. O segundo foi o de as duas partes terem concordado em pedir o prolongamento da presença das Nações Unidas em Angola. A UNAVEM II ficará até fins de Janeiro, se não houver mais prorrogamentos.

Quanto ao mais, o que se diz, aqui em Luanda, é que a Unita aceitou o encontro do Namibe para tentar mostrar que, em Angola, há apenas dois partidos que contam. Tratar-se-ia de fazer da reunião da Assembleia Nacional, que se verificou no mesmo dia, uma espécie de nova reunião multipartidária do MPLA com os outros, mas sem a Unita.

Seja como for, as instituições saídas das eleições começam a funcionar, esperando-se a posse do novo governo, chefiado por Marcolino Moco — até agora secretário-geral do MPLA — durante esta semana.

Desse governo, Angola espera que, usando de firmeza e da reforçada legitimidade, possa impor a paz e a legalidade democrática em todo o país, reiniciando a reconstrução interrompida pelas acções militares da Unita.

■ A.V.



Bélgica

Mais de 5000 falências

A Bélgica deverá chegar ao final do ano com o triste recorde de mais de 5000 falências de empresas. A previsão é do departamento de estudos económicos de La Namur, que vem agora confirmar as piores expectativas para a economia do país.

De acordo com os dados disponíveis, recentemente divulgados pelo jornal "Le Soir", respeitantes aos três primeiros trimestres do ano, a manter-se a taxa de crescimento de falências de 17,08 por cento (como se pode ver no quadro anexo), o número de empresas falidas será no final do corrente mês de 5200, o que representa um aumento sensível do número de encerramento de empresas em relação ao ano passado,

em que se atingiu o lamentável recorde histórico de 4443 falências!

"Para não ultrapassar a barra das 5000 falências, seria necessário que as do último trimestre não fossem além das 1250", consideram os analistas de La Namur. "Ora, no quarto trimestre do ano passado, esse número atingia já as 1241. A hipótese de um crescimento nulo é utópica tendo em conta o número de encerramentos diários registados. Um quarto trimestre, com um aumento de falências igual à do terceiro (+26,7 por cento) projectará o número para um aumento de 5320 falências, o que será catastrófico", concluem os especialistas.

Ainda de acordo com o

referido estudo, todos os sectores económicos sofreram um agravamento em relação aos primeiros nove meses de 1991: construção (+16 por cento), imobiliário e comércio de materiais (+51 por cento), têxtil-couro (+12 por cento), distribuição-alimentação (+20 por cento)...

As causas apontadas para esta situação são várias. Com uma economia vocacionada para a exportação, a Bélgica ressentiu-se particularmente da recessão económica mundial; elevadas taxas de juro, redução da rentabilidade, baixa dos benefícios, grande número de empresas novas e frágeis, são outros dos factores apontados para explicar a situação belga.

uma subida de 12,4 por cento. Melhorias pontuais registadas (cerca de 2000 jovens saíram do desemprego) não alteraram a situação: o desemprego continua a afectar 87 176 jovens, isto é, um aumento anual de 9000 desempregados.

Segundo o balanço do mês de Outubro, a Bélgica contava com 419 124 desempregados de longa duração: 173 287 homens e 245 837 mulheres. Uma taxa de desemprego de 12 por cento (8,6 por cento para os homens e 16,7 por cento para as mulheres). Se a este número se acrescentar os 74.367 desempregados idosos, o número de desempregados atinge os 493 500.

As lutas laborais pelo direito ao emprego sucedem-se entretanto um pouco por toda a Bélgica. Greves, manifestações, ocupações de empresas estão na ordem do dia, mas as medidas tardam. Os efeitos da recessão, esses, são cada vez mais evidentes. Um estudo recente da Fundação Rei Balduino revelava que uma em cada sete crianças belgas vivia em estado de pobreza, tra-

Custos sociais

Do ponto de vista social, as falências traduzem-se numa autêntica "hemorragia" do emprego: mais de 46 000 desempregados num ano!

De acordo com os números oficiais, o número de desempregados aumentou num ano de 46386, ou seja,

	Falências			Falências acumuladas		
	1991	1992	diferença	1991	1992	diferença
Janeiro, Fevereiro, Março	1.205	1.320	+9,54	1.205	1.320	+9,54
Abril, Maio, Junho	1.173	1.385	+18,1%	2.378	2.705	+13,8%
Julho, Agosto, Setembro	824	1.044	+26,7%	3.202	3.749	+17,1%

INFORGRAPHIE LE SOIR

O número de falências na Bélgica aumenta, e cada vez mais depressa

tando-se na maioria dos casos de crianças pertencentes a um agregado familiar com um único rendimento. Ponta visível de um imenso iceberg, a situação belga não é, infelizmente, um caso isolado.

As promessas de uma Europa Comunitária próspera e livre dos fantasmas da miséria e do desemprego é cada vez mais uma miragem, como de resto começa a ser reconhecido por alguns países. Ainda no início de Novembro, em Oslo, a primeira-ministra da Noruega, Harlem Brundtland, falando na inauguração do Congresso Trabalhista, propôs a realização de uma reunião dos ministros da Economia dos países da CEE e da Associação Europeia do Livre Comércio (EFTA) para concertar políticas contra a

estagnação económica. Em carta enviada aos chefes de Estado dos Doze e dos outros cinco países da EFTA, a responsável norueguesa apontava a próxima primavera como data possível para o encontro, cujo tema central seria a tomada de medidas para melhorar o investimento e fazer aumentar o emprego na Europa. Segundo afirmou, a estagnação nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) "pode afectar 10,5 por cento da população" em 1993 e "continuará a aumentar em 1994".

Pelos vistos, só em Portugal é que as autoridades governativas continuam a falar de "oásis" económico, escamoteando a realidade a troco de uma miragem.

PE distingue Mães da Praça de Maio

O Parlamento Europeu distinguiu este mês as "Mães da Praça de Maio" com a atribuição do prémio de Defesa dos Direitos Humanos (Prémio Sakharov).

A candidatura das "Mães da Praça de Maio" foi apresentada pelos grupos Coligação de Esquerda (em que se inserem os eurodeputados do PCP) e Socialista, que desta forma pretenderam distinguir "a luta que as mães dos desaparecidos durante a ditadura militar na Argentina vêm travando desde há longos anos pela democracia e pela justiça e contra as violações dos direitos do Homem".

Para a CE, essa luta é "um exemplo da coragem e da determinação necessárias à defesa de todos os direitos e ao respeito pela vida".

Assim o entendeu também o PE, que com a atribuição do presente prémio reconhece igualmente o papel que as "Mães da Praça de Maio" continuam a desempenhar em defesa da democracia e da paz. Derrotada a ditadura militar na Argentina, a organização não baixou os braços; continua a reunir semanalmente na Praça de Maio, a debater e divulgar a realidade socio-político-económica da Argentina, a desenvolver iniciativas de solidariedade activa com outros movimentos, nacionais e estrangeiros, de defesa dos direitos humanos.

Ano dos Idosos

Medidas concretas, precisam-se!

A Comunidade Económica Europeia assinala, em 1993, o "Ano Europeu dos Idosos e da Solidariedade entre as Gerações", numa altura em que as políticas de austeridade em curso em vários países comunitários afectam negativamente as políticas sociais. Face a esta realidade, o eurodeputado Sérgio Ribeiro apresentou no Parlamento Europeu uma proposta de resolução em que solicita um debate urgente no PE com a Comissão e o Conselho sobre o 1º Programa Comunitário para idosos - 1991/1993.

Na sua proposta, o eurodeputado comunista exorta ainda o Conselho, a Comissão e os Estados-membros a tomarem medidas concretas visando a efectiva melhoria das condições de vida dos idosos. Propõe-se, designadamente, o estabelecimento de "critérios sociais para a definição da idade de reforma"; uma assistência e segurança social "dignas e adequadas"; um "programa de acção a favor das organizações e pessoas que apoiem a 3ª idade"; o "estabelecimento de serviços gratuitos ou significativamente reduzidos nos transportes, aquecimento, electricidade, telefone e TV, tratamentos e aparelhos médicos"; e programas e acções específicas (turismo, cultura, universidade...) para os idosos.

Desunião europeia em vésperas de cimeira

A uma semana da cimeira de Edimburgo, que porá termo à muito criticada presidência britânica da Comunidade, os Doze continuam a ser a imagem da desunião. Em vésperas da tão anunciada entrada em vigor do mercado único, o pomo da discórdia é o "vil metal". Do conclave de 11 e 12 de Dezembro, em Edimburgo, parece cada vez mais afastada a hipótese de ser aprovado o Pacote Delors 2 (perspectivas financeiras da Comunidade), ao mesmo tempo que se avolumam as incertezas quanto ao futuro do Tratado de Maastricht.

Considerado como a "factura" de Maastricht, o Pacote Delors 2 foi concebido a pensar nas necessidades de financiamento dos ditos objectivos do Tratado de União Europeia - transformação da CEE numa união mais coesa económica e socialmente, dotada até final do século com uma moeda única, uma política externa comum e uma cidadania europeia. Só que o futuro do Tratado começou cedo a ser posto em causa. A sua rejeição pela Dinamarca, as crescentes críticas dos mais diversos sectores políticos e

sociais nos diferentes Estados-membros, a reduzida margem de vitória do referendo francês, a dependência da decisão britânica da resolução da questão dinamarquesa e a recusa dos países ricos em aprovar as verbas para a duplicação dos fundos estruturais e o fundo de coesão, são factores que objectivamente se opõem à concretização dos objectivos enunciados, ao mesmo tempo que revelam as profundas divergências existentes entre os Doze.

Como desde o início de todo este processo se disse, cada um dos Estados-membros (ou grupos de Estados em função dos seus interesses) fez do Tratado a leitura que mais lhe interessou. Chegada a hora da verdade, o resultado é por de mais esclarecedor.

No início do ano, a Comissão Europeia aprovava o Pacote Delors 2, que propunha um aumento de 30 por cento do orçamento da CEE, entre 1993 e 1997.

No essencial, pretendia-se duplicar o apoio financeiro aos quatro países menos desenvolvidos da CEE (Portugal, Espanha, Irlanda e Grécia), reforçar a ajuda

externa, promover a competitividade da economia europeia e aumentar o tecto das despesas agrícolas da Comunidade. Para tal, o Pacote Delors 2 propunha o aumento do tecto orçamental para o equivalente a 1,37 por cento do Produto Nacional Bruto comunitário, contra o valor de 1,2 por cento actualmente em vigor. A proposta contemplava ainda uma alteração do sistema de contribuições dos Estados-membros, de forma a uma melhor adequação dos mesmos à prosperidade relativa de cada um.

Ainda que insuficiente, na opinião do PCP, para pôr termo às assimetrias nacionais e regionais na Comunidade, a proposta da Comissão foi rejeitada pela maioria dos Doze (com excepção dos quatro países que seriam beneficiados).

Uma proposta de compromisso entretanto apresentada - alargamento de cinco para sete anos do período de aplicação dos objectivos do Pacote Delors 2 e redução dos recursos orçamentais de 1,37 para 1,32 por cento do PNB comunitário - não teve melhor sorte.

No passado fim-de-sema-

na, a presidência britânica propôs uma redução da dotação global comunitária que deita pela base qualquer hipótese de duplicação dos fundos para os "países da coesão".

Não se pode dizer que a proposta seja inesperada; quando, recentemente, a Grã-Bretanha avançou a hipótese de ser incluída no grupo de países a apoiar pelo fundo de coesão, dada a sua presente situação económica e com o argumento de que nada nos acordos limita esses fundos aos "quatro", tornou-se evidente que não estava disposta a suportar custos de solidariedade comunitária. O facto de tal pretensão ter sido rejeitada pelos restantes Estados-membros em nada altera a situação. Em hora de crise, cada um pensa nos seus problemas.

Na cimeira de Edimburgo, todos os dossiers quentes estarão aparentemente em aberto. Mas a verdade é que todas as soluções de compromisso parecem caminhar cada vez mais para becos sem saída. A comprovar que Maastricht não é o único e muito menos o melhor caminho para a União Europeia.

INTERNACIONAL

POLÓNIA

O número de desempregados na Polónia deve aproximar-se dos três milhões e meio no fim de 1993, previu o ministro polaco do Plano, Jerzy Kropiwnocki.

Actualmente, o número de desempregados na Polónia situa-se já acima dos dois milhões e meio, o que representa uma taxa de desemprego de 13,6 por cento da população activa.

O ministro reconheceu que apenas 40 por cento dos que não têm trabalho recebem subsídio de desemprego. Entretanto, previu um aumento das despesas com a reciclagem de desempregados.

SUÉCIA

Mais de 600 pessoas manifestaram-se em Estocolmo contra o racismo.

Os manifestantes, concentrados na Praça Raoul Wallenberg, um diplomata sueco que salvou milhares de judeus húngaros durante a II Guerra Mundial, condenaram a profanação de dois cemitérios judeus na semana passada, em Estocolmo.

Horas antes, a polícia deteve quatro pessoas que atacaram um pequeno grupo de extremistas de direita reunidos noutra parte da cidade.

Os manifestantes anti-racistas exigiram às autoridades a suspensão da reunião e a expulsão dos extremistas.

CHECOSLOVÁQUIA

Os parlamentares checos e eslovacos aprovaram 15 tratados checo-eslovacos económicos e cívicos, fixando as futuras relações entre as duas Repúblicas após a divisão da Checoslováquia no próximo ano.

Os acordos, que prevêm nomeadamente a criação de uma união aduaneira e a manutenção provisória de uma moeda comum, foram assinados pelos primeiros-ministros checo e eslovaco, Vaclav Klaus e Vladimir Meciar, dia 29 de Outubro, em Praga.

Os tratados prevêm a inexistência de vistos entre os dois futuros Estados, a livre circulação de trabalhadores, acesso à segurança social e aos cuidados médicos para os checos e eslovacos e vice-versa, reconhecimento de diplomas e assistência jurídica para os cidadãos dos dois Estados.

Mais de 20 acordos no total foram já concluídos por Klaus e Meciar para permitir uma divisão e a sucessão pacífica da Checoslováquia em 31 de Dezembro próximo pelos dois Estados independentes.

CHIPRE

O Conselho de Segurança da ONU responsabilizou os cipriotas turcos pela falta de progressos nas negociações sobre Chipre e propôs uma série de medidas destinadas a promover a confiança entre as partes.

Numa resolução aprovada por unanimidade, o Conselho pede em particular que os efectivos das forças estrangeiras em Chipre sejam «sensivelmente reduzidos».

Esta disposição refere-se à parte cipriota turca, onde cerca de 35 mil soldados do exército de Ancara estão estacionados.

O Conselho decidiu também que o sector de Varosha, actualmente sob controlo do exército turco, seja colocado sob a fiscalização da forças das Nações Unidas encarregada da manutenção da paz em Chipre (Unficyp).

Entre outras medidas de confiança, o Conselho pediu uma redução das despesas de Defesa na República de Chipre (cipriotas gregos), o levantamento parcial das restrições à circulação através da zona tampão e que as duas partes se comprometam a fazer um recenseamento no conjunto do território, sob os auspícios da ONU.

A resolução apela também às autoridades militares de cada parte que cooperem com a Unficyp para alargar o acordo de evacuação de 1989 a todos os sectores da zona tampão controlada pela ONU.

POBREZA

A crescente pobreza na América Latina é comparável a uma «bomba-relógio» que pode levar as democracias a um beco sem saída, disseram peritos económicos em La Paz.

Estas conclusões ocorreram no fim de um seminário promovido pelo governo boliviano, Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID) e Comissão para a América Latina (CEPAL) sobre «desenvolvimento social, democracia e crescimento económico».

«As reformas económicas estão incompletas e ameaçadas», disse o presidente do BID, Enrique Iglesias.

Apelou aos governos latino-americanos para promoverem o desenvolvimento social e advertiu que «se não existirem mudanças sociais as reformas económicas estarão em perigo».

Os participantes na reunião apresentaram propostas para uma estratégia de luta contra a pobreza de 181 milhões de habitantes da América Latina.

África

Milhões de pessoas morrem de fome

A desnutrição crónica «provoca anualmente a morte de cinco milhões de recém-nascidos e de crianças e causa malformações a cerca de 34 milhões de jovens», afirmou o presidente em exercício da Organização de Unidade Africana (OUA), Abdou Diouf, na primeira Conferência internacional sobre a assistência às crianças em África, realizada em Dacar nos últimos dias de Novembro. Abdou Diouf sublinhou que «as condições de vida das crianças em África tornaram-se dramáticas devido à estagnação económica e que poderão piorar se nada for feito para alterar a situação de diminuição de recursos financeiros e de abrandamento dos investimentos».

O presidente do Zimbabwe, Robert Mugabe, pronunciou-se contra certas condições impostas para a concessão de ajuda, afirmando que «é preciso acabar com a responsabilização das crianças pelas orienta-

ções políticas dos seus países».

O chefe de Estado do Zimbabwe propôs a anulação de toda ou da maior parte da dívida africana e o abrandamento das condições postas pelas instituições financeiras internacionais para atenuar os efeitos sobre as crianças das políticas de reajustamento.

Preconizou por fim a criação de um programa de acção, sob os auspícios da ONU e da OUA, para as crianças refugiadas e para os órfãos da Sida.

A necessidade de redução das despesas militares - como forma de canalizar recursos para dar resposta às necessidades fundamentais das crianças - foi particularmente sublinhada pelo director-geral do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), James P. Grant.

James P. Grant afirmou que, apesar da crise, apesar de os países africanos não disporem de recursos sufici-

entes para pagar o total dos financiamentos necessários para atingir os objectivos da saúde, da educação, da nutrição e do aprovisionamento de água, fixados pela Cimeira Mundial da Criança em 1990, «os países africanos podem encontrar novas fontes de financiamento reduzindo nomeadamente os orçamentos militares e melhorando a prevenção».

O restante financiamento deverá vir do exterior. E o director-geral da Unicef lembrou que as despesas militares dos países industrializados - durante apenas três dias - seriam suficientes para cobrir as necessidades em recursos externos para a realização dos objectivos do continente africano em relação às suas crianças.

Entretanto, a mesma marca da fome e subdesenvolvimento, que atinge as crianças, marca a realidade do terceiro mundo.

Vinte e cinco por cento da população dos países subdesenvolvidos - 780 milhões

de pessoas - sofrem de desnutrição, uma das causas da morte diária de 40 mil crianças com menos de cinco anos.

Estes dados constam do Relatório preliminar da primeira Conferência internacional sobre nutrição que vai realizar-se em Roma de 5 a 11 de Dezembro sob o patrocínio da organização das Nações Unidas para a alimentação e a agricultura (FAO) e a Organização Mundial de Saúde (OMS).

Segundo as estatísticas dos dois organismos internacionais, cerca de 190 milhões de crianças de idades inferiores a cinco anos sofrem de desnutrição, um dos factores determinantes para a morte diária de 40 mil crianças.

Por seu lado, a FAO divulgou, no seu relatório mensal, que em 1993 não está previsto nenhum aumento das reservas alimentares mundiais, apesar da fome ameaçar milhões de africanos.



A fome não é um fenómeno exclusivo de África. Na América Latina, 181 milhões de pessoas vivem abaixo do limiar de pobreza. Na Ásia, a situação não é melhor. Na foto, um bairro de lata em Manila

ONU

Assembleia Geral pede fim do bloqueio a Cuba

A Assembleia Geral da ONU adoptou, no passado dia 24, uma resolução em que pede o fim do bloqueio económico, comercial e financeiro do governo dos Estados Unidos contra Cuba.

Apenas três países - Estados Unidos, Israel e Roménia - votaram contra o documento, apresentado por Cuba, que sublinha a necessidade de acabar com o bloqueio imposto há mais de trinta anos contra Cuba, e que afecta não apenas a soberania deste país, mas também a de outros países, onde estão instaladas sucursais de empresas norte-americanas.

É o seguinte o texto da resolução adoptada pela ONU, sob o título: «Necessidade de pôr fim ao bloqueio económico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos da América contra Cuba».

«A Assembleia Geral,

«Decidida a promover o estrito res-

peito pelos princípios e objectivos consagrados na Carta das Nações Unidas,

«Reafirmando, entre outros princípios, a igualdade soberana dos estados, a não intervenção e a não ingerência nos assuntos internos, e a liberdade de comércio e navegação internacionais, consagrados, além do mais, em numerosos instrumentos jurídicos internacionais,

«Preocupada com a promulgação e aplicação por parte de estados membros de leis e regulamentos cujos efeitos extraterritoriais afectam a soberania de outros estados e os interesses legítimos de entidades e pessoas sob a sua jurisdição, e a liberdade de comércio e navegação,

«Tendo conhecimento da recente promulgação de medidas desse tipo destinadas a agravar e ampliar o bloqueio económico, comercial e financeiro contra Cuba,

«Exorta todos os estados a que se abstenham de promulgar e aplicar leis e medidas do tipo referido no preâmbulo da presente resolução, em cumprimento das suas obrigações em conformidade com a Carta e o direito internacional, e dos compromissos livremente assumidos ao subscrever instrumentos jurídicos internacionais que, entre outros, consagram a liberdade de comércio e navegação.

«Pede aos estados em que existam este tipo de leis ou medidas para que, no mais breve espaço de tempo e de acordo com a sua legislação, tomem as medidas necessárias para as eliminar ou anular o seu efeito,

«Pede ao Secretário-Geral para elaborar um relatório sobre o cumprimento da presente resolução e o apresente ao 48º período de sessões,

«Decide incluir este tema no 48º período de sessões».

INTERNACIONAL

Alerta contra o racismo

A presidente do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), Sadako Ogata, denunciou, a semana passada, em Bruxelas, a crescente xenofobia na Europa Ocidental e a diminuição da aceitação dos deslocados por parte das populações.

Em todo o mundo existem actualmente 18 milhões de refugiados, contra os 11 milhões de há dez anos, e 2,5 milhões em 1970.

A maioria dos 3,2 milhões de refugiados europeus pertence à ex-Jugoslávia e outros países do leste europeu.

Ogata pediu aos governos para conceder "protecção temporária" aos refugiados procedentes de guerras civis, especialmente aqueles que chegam da antiga Jugoslávia.

A convenção de Genebra de 1951 só permite a concessão de asilo político, a nível individual, e não a um colectivo procedente de uma guerra civil.

"Este processo é muito lento, e muitos dos refugiados, quando a guerra acaba,



Uma mulher e duas crianças turcas foram queimadas vivas neste edifício de Molin

e ganham confiança, regressam ao seu país", disse.

"Os refugiados jugoslavos não necessitam de asilo permanente, mas de acolhimento temporário", concluiu.

Mas nem só de refugiados se trata, e o preocupante crescimento do racismo, mesmo com manifestações

particularmente violentas, tem a ver, em grande medida, com a exploração, pelos neonazis, da tensão e da insegurança, da ausência de perspectivas, geradas pela crise e pela ameaça de desemprego. Nestes últimos dias, registaram-se mais ataques racistas na Alemanha

(onde, entretanto, um dos grupos nazis foi ilegalizado). Na Suécia, noventa e dois túmulos do cemitério judaico de Norra Kyrkogården, em Solna, nos arredores de Estocolmo, foram profanados, a semana passada, 24 horas depois de um outro ataque deste género. A cruz gamada apareceu pintada sobre as campas.

A gravidade da situação tem vindo a gerar grandes acções de protesto popular, nomeadamente em Espanha e na Alemanha.

Depois do incêndio de origem criminoso, que vitimou uma mulher e duas crianças turcas, na Alemanha, muitos milhares de pessoas manifestaram-se em diferentes cidades do país, nomeadamente em Lueneburg, Breme (Norte), Nuremberga (Sul) e Frankfurt (Oeste).

A Associação europeia dos trabalhadores turcos decidiu, em sinal de protesto e luto, depositar coroas negras frente aos Paços de Concelho de uma dezena de cidades alemãs, incluindo Berlim, Hamburgo e Frankfurt.



Palestina Não haverá paz sem solução global

O processo de paz no Médio Oriente vive talvez um momento-charneira, em que se esboçam algumas possibilidades de avanços reais, enquanto a relutância de Tel-Aviv em reconhecer o direito do povo palestino a uma pátria pode comprometer as perspectivas de paz.

O primeiro-ministro israelita admitiu no passado fim-de-semana a constituição de uma «entidade palestina» nos territórios árabes ocupados e não exclui a hipótese de negociar com a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) um estatuto definitivo para a Cisjordânia e Faixa de Gaza.

Yitzhak Rabin condicionou entretanto tal hipótese a um acordo sobre um regime intermédio para esses territórios e a progressos no processo de paz com a Jordânia, a Síria e o Líbano.

Nestes mesmos dias, Yasser Arafat apelou a Israel para concluir com os árabes «uma paz dos bravos», afirmando que esse acordo permitirá «dissipar os medos e instaurar a confiança» no Médio Oriente.

Em carta enviada a uma Conferência de solidariedade com o povo palestino em Nova Deli e divulgada pela OLP, Arafat considerou que a instauração de «uma paz justa e duradoura obriga Israel a conformar-se como as bases do processo de paz, nomeadamente as resoluções da ONU e o princípio de troca dos territórios pela paz».

Arafat denunciara que as negociações israelo-árabes «não avançaram um passo para a concretização do seu objectivo, devido à intransigência de Israel e à sua recusa de todas as iniciativas e resoluções internacionais para o estabelecimento de uma paz justa».

Dias antes, a direcção palestina, reunida na capital tunisina, concluiu que o projecto israelita «não permite a prossecução de negociação frutuosa» de paz, porque «visa legalizar a ocupação, fraccionar a unidade do território palestino, perpetuar a anexação (por Israel) de Jerusalém e aumentar os colonatos israelitas» nos territórios ocupados da margem ocidental do Jordão e da Faixa de Gaza.

A necessidade de dar um passo em frente que arranque o processo de paz do impasse em que se instalou, foi defendida pelo presidente francês, François Mitterrand, em Amã, onde afirmou, sexta-feira passada, que uma solução justa do problema palestino é imperativa para um acordo de paz global no Médio Oriente.

Mitterrand afirmou: «Não poderá haver nenhuma solução para o conflito israelo-árabe, excepto uma solução global».

«E se a questão palestina for ignorada, o acordo de paz será frágil», acrescentou o presidente francês.

Mitterrand sugeriu que a OLP devia participar no processo de paz e aludiu ao direito dos palestinos a uma pátria independente.

O chefe do Estado francês salientou o direito de «todos os povos, incluindo israelitas e palestinos, a viverem em paz dentro de fronteiras seguras e reconhecidas» internacionalmente.

Também na semana passada, dirigentes palestinos dos territórios ocupados, próximos da OLP, reuniram-se em Jerusalém com três parlamentares israelitas de esquerda, do partido Meretz, que integra a coligação no poder.

No encontro — que não foi o primeiro do género — foram discutidas várias questões, nomeadamente o processo de paz no Médio Oriente.

Facto significativo — o ministro israelita da Justiça afirmou que se anuncia a revogação da lei que proíbe contactos com a OLP, em vigor desde 1986.

ONU denuncia

Afeganistão

Um relatório das Nações Unidas sobre o Afeganistão afirma que existem pelo menos 16 governos em Cabul e que, com a incerteza política, os membros das minorias étnicas e religiosas correm o risco de serem perseguidos.

Segundo o documento, desde a queda do governo de Najibullah e a chegada ao poder dos mujahedines afegãos, nesta Primavera, «não houve em todo o país um governo eficaz que garantisse a defesa dos direitos do homem».

O relatório, escrito pelo austríaco Felix Ermacora e apresentado à Assembleia Geral da ONU, considera igualmente que a situação dos mais de quatro milhões de refugiados continua preocupante «Foram pronunciadas e executadas penas capitais em Cabul, Jalalabad (leste) e Kandahar (sul) durante os últimos meses», indicou o relator da ONU, qualificando

como ambíguo o texto de amnistia decretado pelas novas autoridades.

Preocupado com o prosseguimento de tensões étnicas e religiosas, Ermacora afirma que o «governo é incapaz de organizar eleições e redigir uma Constituição».

O representante da ONU pede que todos os prisioneiros de guerra sejam libertados pelos mujahedines, «sem condições» e que sejam desenvolvidos todos os esforços para repatriar as crianças afegãs que se encontram ainda na ex-URSS.

Birmânia

Um relatório da ONU sobre a situação dos Direitos Humanos na Birmânia fala de centenas de casos de «detenções e execuções arbitrárias, de desaparecimentos e torturas».

O documento, apresentado à terceira Comissão da Assembleia Geral da ONU, manifesta preocupação também face a sorte de cerca de 250 000 refugiados muçulmanos que deixaram o estado de Rakhine do norte para irem para o Bangladesh no início de 1992.

Apesar do acordo de Abril último entre Daka e Rangum, «o programa de repatriamento está actualmente suspenso, dado que os refugiados se recusam aparentemente a regressar a Birmânia, devido a falta de uma vigilância internacional adequada», faz notar Yozo Yokotaa, do Japão, autor do relatório. Por outro lado, acrescenta, o Centro das Nações Unidas para os Direitos do Homem recebeu informações respeitantes a 914 detenções arbitrárias que teriam ocorrido na Birmânia. «Entre as pessoas detidas, figuram membros do Parlamento, dirigentes de partidos políticos, escritores, estudantes, empresários, professores, monjes budistas, funcionários públicos, agricultores e vendedores ambulantes».



Encontro de Álvaro Cunhal com Lopo do Nascimento

Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP, encontrou-se, dia 26 de Novembro, no Centro de Trabalho do PCP da Rua Sociro Pereira Gomes, com Lopo do Nascimento, dirigente do MPLA.

No encontro, Lopo do Nascimento transmitiu ao PCP uma informação e apreciação sobre a grave e complexa situação existente em Angola e sobre as orientações e esforços que o Governo da República de Angola e o MPLA estão a desenvolver com vista à sua superação.

Na oportunidade, o Secretário-Geral do PCP reafirmou a firme e activa solidariedade do PCP para com o povo angolano e o MPLA na sua luta pela garantia do respeito pelos resultados das recentes eleições, pela paz, pela reconstrução nacional, pela integridade, unidade e soberania da sua pátria.

Sobre o Orçamento de Estado para a Cultura de 1993

As opções contra a cultura

As Grandes Opções do Plano para 1993 revelam quanto à Cultura (entendida como o Governo a assumir), que os princípios orientadores das políticas para esta área se substanciam em «projectar internacionalmente a posição de Portugal» — através: «da relação atlântica»; do relacionamento com os PALOP; com as Comunidades Portuguesas («elemento estrutural da nação»), e da difusão e promoção dos «valores culturais do País».

As linhas de força em que se baseiam estes princípios, e as ideias que emergem delas, são condicionadas por outros aspectos ideológicos fortemente vinculados aos interesses e reflexos da integração europeia.

É de evidenciar que ao definir-se estas opções não se deixa de referir, no caso concreto das Comunidades Portuguesas, que o interesse é «potenciar o poder económico dos empresários portugueses dessas comunidades».

Põe-se a tónica na difusão e promoção da língua Portuguesa (dando-se esta tarefa ao Instituto Camões), e, no desenvolvimento de certas indústrias culturais, concretamente: do livro, do disco e do audiovisual. Também a valorização do nosso património histórico e cultural deverá obedecer ao objectivo principal de se converter em «factor adicional de promoção turística».

É curioso, no entanto, assinalar que as referências a Lisboa - Capital da Europa da Cultura/94 e à EXPO/98 ficam-se por enunciados de intenções. Quanto à primeira iniciativa, por uma descomprometida «convergência de esforços na preparação»; quanto à segunda pelo «acompanhamento do trabalho de preparação».

Se atendermos aos objectivos enunciados, fácil é de detectar que as áreas que merecem ser privilegiadas são: o património, a língua, o livro e o audiovisual.

Mas, de que forma?

Submetendo-as — afirma-se — «de forma plena» aos mecanismos comunitários susceptíveis de aproveitar ao reforço dos recursos nacionais.

Opta-se nitidamente por formas de cosmopolitismo cultural em vez de formas de cultura nacional. Subordina-se esta aos ingredientes ideológicos da integração europeia.

É nesta perspectiva que se colocam as opções quanto às infra-estruturas que em grande parte serão co-financiadas por fundos comunitários.

As prioridades definidas evidenciam quem são os privilegiados por estas políticas — para as obras, os grandes empreiteiros para os apoios, os agentes e estruturas intermediárias (tipo fundações) ou empresas de consultadoria, de organização e de marketing.

É a óptica do negócio a imperar, entregando a fundações ou instituições ditas sem fim lucrativo a exploração dos negócios previsíveis quanto à Língua portuguesa, à actividade cultural do Centro de Belém, aos teatros S. Carlos, S. João e D. Maria — enfim o que adiante mais se verá depois

de recuperado com os fundos do Estado.

E repare-se que ninguém discutiu ou teve conhecimento quem eram os fundadores e os gestores dessas novas estruturas, as condições como foram constituídas e ninguém saberá quem fiscalizará as suas contas. Um mundo de negócios paralelos a exigir rápido enquadramento legal.

PIDDAC

Para 1993, o PIDDAC envolverá um volume de 345 milhões de contos, portanto mais de 35 milhões que em 1992. A Cultura teve no ano transacto um montante de 4 milhões de contos o que representava então 1,3% de total das dotações. Estavam ainda consignados para o Centro Cultural de Belém 3,8 milhões de contos.

Para o próximo ano, o PIDDAC atribui à Cultura 4,7 milhões de contos o que representa somente 1,4% do total das dotações. Isto significa que em termos absolutos o aumento de 700 mil contos se traduziu na ligeira subida de uma décima do volume global das dotações.

O pagamento dos meios necessários à prossecução das actividades do Centro Cultural passa para a SEC excepto as obras de conclusão que ficam a cargo do Ministério das Obras Públicas e que envolverá ainda, nos dois próximos anos, cerca de 10 milhões de contos. (O custo oficial do Centro será portanto 36,4 milhões de contos.)

Assim, o aparente índice de crescimento de 11%, será em termos reais negativo. É necessário não esquecer, por outro lado, que o aumento líquido apresentado poderá não cobrir a própria inflação, pois nestes tipos de custos e encargos (obras) o índice de inflação próprio é superior à taxa média oficial de inflação.

Seria, contudo, importante saber ou prever, para 1993, quanto ficará comprometido ou em dívida do corrente ano (sabemos que a EXPO de Sevilha transporta um saldo negativo); bem como, no que se refer a novas aprovações, no âmbito de reforços negociados.

A consolidação destes elementos poderá restringir significativamente a capacidade de investimento agora anunciada para 1993.

Convirá, portanto, desagregar quanto possível a análise dos números globais. Assim, temos:

- Cerca de 40% da dotação destina-se ao IPPAR — Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico — para apoiar projectos co-financiados através do PRODIATEC (1) e ENVIREG que se destina à Fortaleza de Sagres; Palácios de Queluz e Pena; Mosteiro de Santa Clara-Velha; Cadeia da Relação do Porto; Museus Soares do Reis, Machado de Castro e Arte Antiga; os Teatros de S. João e de S. Carlos. Inclui ainda verbas para a Casa de Serralves destinado ao Museu de Arte Moderna.

- São ainda contempladas algumas recuperações de monumentos: Palácio da Ajuda; Museu de Arte Contemporânea, Jerónimos, Batalha e Tibães; Torre de Belém e Convento de Cristo.

- Ao IBL — Instituto das Bibliotecas e do Livro — caberá dar continuidade à instalação de bibliotecas de leitura pública, com a possibilidade de financiamento à informatização através do Programa TELEMATIQUE.

- À D. G. de Espectáculos e Artes caberá a construção de alguns centros culturais polivalentes.

- Ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo (co-financiado pelo PRODIATEC) a conclusão (fixe-se: a conclusão) do inventário do património cultural móvel e a realização de obras em diversos arquivos.

- Ao IPC — Instituto Português de Cinema — apoio à exibição comercial (não à produção) que se traduzirá possivelmente na recuperação de casas de espectáculos.

Mas, apesar do escasso número de objectivos seleccionados, é necessário não esquecer que das intenções à realidade vai um grande hiato. E 1991 foi disso exemplo:

- Previu-se 7,9 milhões de contos e só se gastaram 3,8 milhões de contos. Incapacidade? Falta de poder de realização? Má gestão?

Estas situações revelam o carácter desarmonioso da política de investimento cultural levada a cabo por este Governo e particularmente nos últimos 3 anos.

Dos elementos disponíveis ressaltam ainda aspectos que demonstram bem o carácter selectivo/elitista da política da SEC, como são exemplos:

- a atribuição de 200 mil contos para a promoção de literatura portuguesa;

- mas... «a edição terá que ser de reconhecida qualidade literária»;

- a afectação de 45 mil contos para o reequipamento do sistema de luz do Teatro D. Maria, mas... esta verba é orçamentada desde 1991;

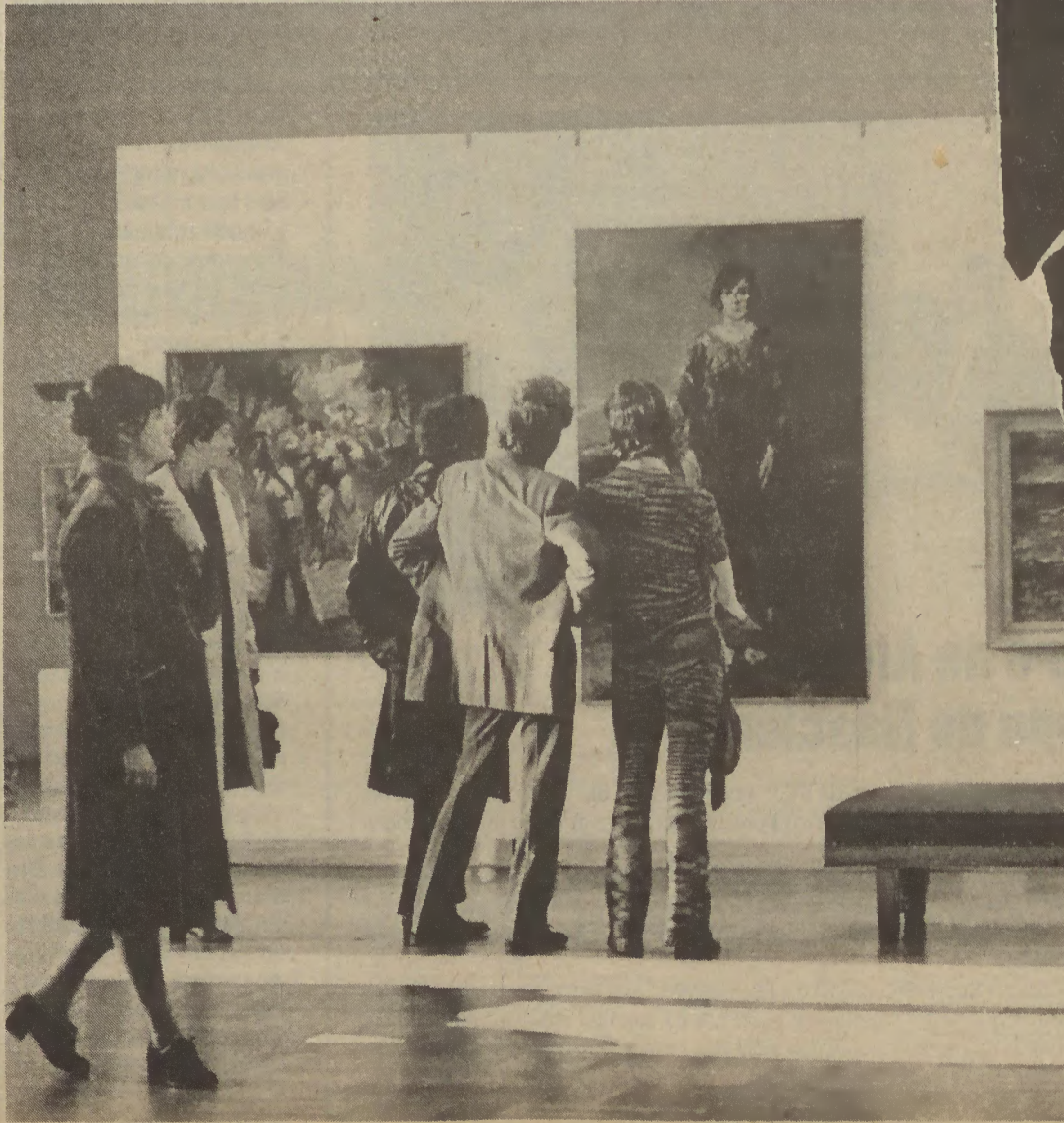
- a previsão de 100 mil contos para a Fundação das Descobertas, mas... a que vai gerir as actividades do Centro Cultural de Belém.

- a atribuição de 2000 para o Teatro de S. Carlos, mas... para liquidar a Empresa Pública.

O PIDDAC revela-se, deste modo, um instrumento sem rigor de execução, flexível a todas as manobras e desvios positivos e negativos.

OGE

O Orçamento da Cultura para 1993 é de 10 521 844 contos



EDITORIAL

quando no ano anterior teria sido de 10 297 000 contos. Subiu agora 3%, em termos absolutos, o que significa que em termos reais deverá baixar o equivalente entre a taxa de inflação e a taxa de crescimento. Contudo estamos convictos que a quebra real será muito mais significativa.

Analisamos, por exemplo, a verdadeira extensão dos Fundos e Serviços que irão gerir 6 milhões de contos, a saber:

• Cinemateca Portuguesa.....	355 924 contos
• Comissariado de Portugal p/a Exposição de Sevilha de 1992	63 961 "
• Companhia Nacional de Bailado ...	200 000 "
• Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo	70 000 "
— do Alentejo	65 0 "
— do Algarve	66 650 "
— do Centro	50 000 "
— do Norte	159 992 "
• Fundo de Fomento Cultural.....	1 957 827 "
• Instituto Port. Património Arquitectónico e Arqueológico	1 183 196 "
• Instituto Português de Cinema.....	1 886 720 "
	6 039 200 contos

Conclusões

1. Como aspectos principais a reter deste Orçamento para a Cultura relativo a 1993, salientamos:

- a gravidade do retrocesso numa área já tão carenciada;
- que o investimento está desligado de políticas integradas;
- a não identificação dos projectos com os objectivos;
- a impossibilidade que dele decorre de proceder a qualquer descentralização ou regionalização;
- a ausência de qualquer relação entre os investimentos e as grandes iniciativas de 94 e 98;



No centro de trabalho da Soeiro Pereira Gomes, realizou-se na passada segunda-feira uma conferência de Imprensa em que foram divulgados dois documentos com a análise do PCP sobre a situação decorrente do Orçamento de Estado para a área da Cultura (que inserimos na íntegra neste número) e sobre o serviço público de televisão (que publicaremos na nossa edição de 17 de Dezembro).

A mesa da conferência de Imprensa foi presidida por António Abreu, do Comité Central e do Secretariado da DORL, que estava acompanhado pelos camaradas Mário Castrim, Artur Ramos, José Manuel Vargas e Viriato Jordão.

— a ausência de relação entre o PIDDAC e o Orçamento em termos de política cultural;

— que a política de apoios é selectiva e exprime subjectividades;

— que não está explícita qualquer política de apoio aos criadores e investigadores nacionais através dos Fundos enquanto se explicita o apoio à promoção, à difusão, aos circuitos...

— que as Opções apresentadas pelo Governo são, em si mesmas, ilustrativas da ausência de ligações com uma cultura ao serviço do povo e como componente da democracia.

2. Por outro lado, ficam evidentes através da análise do PIDDAC e do Orçamento.

— a falta de rigor técnico e financeiro com que foram elaborados;

— a falta de capacidade gestonária (controlo financeiro/incapacidade de gerir investimentos);

— a falta de iniciativa de forma a analisar criticamente a incapacidade de realização — como demonstra o investimento em 91, o Centro Cultural de Belém ou o apoio ao Teatro Nacional D. Maria II;

— a falta de transparência e de regulamentação no uso e abuso dos Fundos que movimentam 60% do valor global do Orçamento;

O Orçamento para 1993 é um recuo grave nas despesas de funcionamento corrente dos serviços e um atentado pelo carácter selectivo que apresenta. O exemplo mais frisante será, porventura, as exíguas verbas atribuídas às Delegações Regionais da SEC:

- para o Alentejo, mais 28 mil contos que o ano anterior;
- para o Algarve, menos 20 mil contos
- para o Centro, mais 20 mil contos
- para o Norte, mais 32 mil contos

Assim se vê como os slogans descentralizadores foram nova demagogia para justificar a extinção do S. Carlos, do IPPC e/ou da DGAC.

Analisando o quadro seguinte, há dias fornecido pelo próprio Secretário de Estado aos Deputados, relativo ao Orçamento por áreas se pode constatar também que, por exemplo, para a música (em relação à qual se fez grande alarde para

prévia de objectivos;

— que não se explicitam os destinos do investimento e se privilegia uma óptica de turismo cultural;

— que o volume de investimento real é inferior ao do ano transacto — cujo índice de realização efectiva se desconhece.

4. Finalmente, a análise do OGE revela os seguintes aspectos quanto à SEC:

— completa carência de meios das delegações regionais;

— a concentração dos recursos nos Fundos que podem possibilitar políticas pouco transparentes;

— o crescimento global de 3% que na realidade poderá ser negativo entre 6% a 10%.

É urgente uma outra política cultural

Os comunistas apresentarão, naturalmente, uma série de propostas pontuais quando da discussão em curso na Assembleia da República.

Mas o que estes documentos confirmam à sociedade é o completo desajustamento entre tais políticas e as necessidades do País.

O aumento radical das verbas orçamentadas é, desde logo, um elemento básico para que o Estado possa ser elemento fundamental de democracia cultural sem que isso signifique que ele se substitua a outras iniciativas, ou tutele burocraticamente de forma dirigista ou censória, à actividade criativa e a sua fruição.

Outras verbas mas também outras perspectivas é que salvaguardarão o património e a identidade cultural de Portugal.

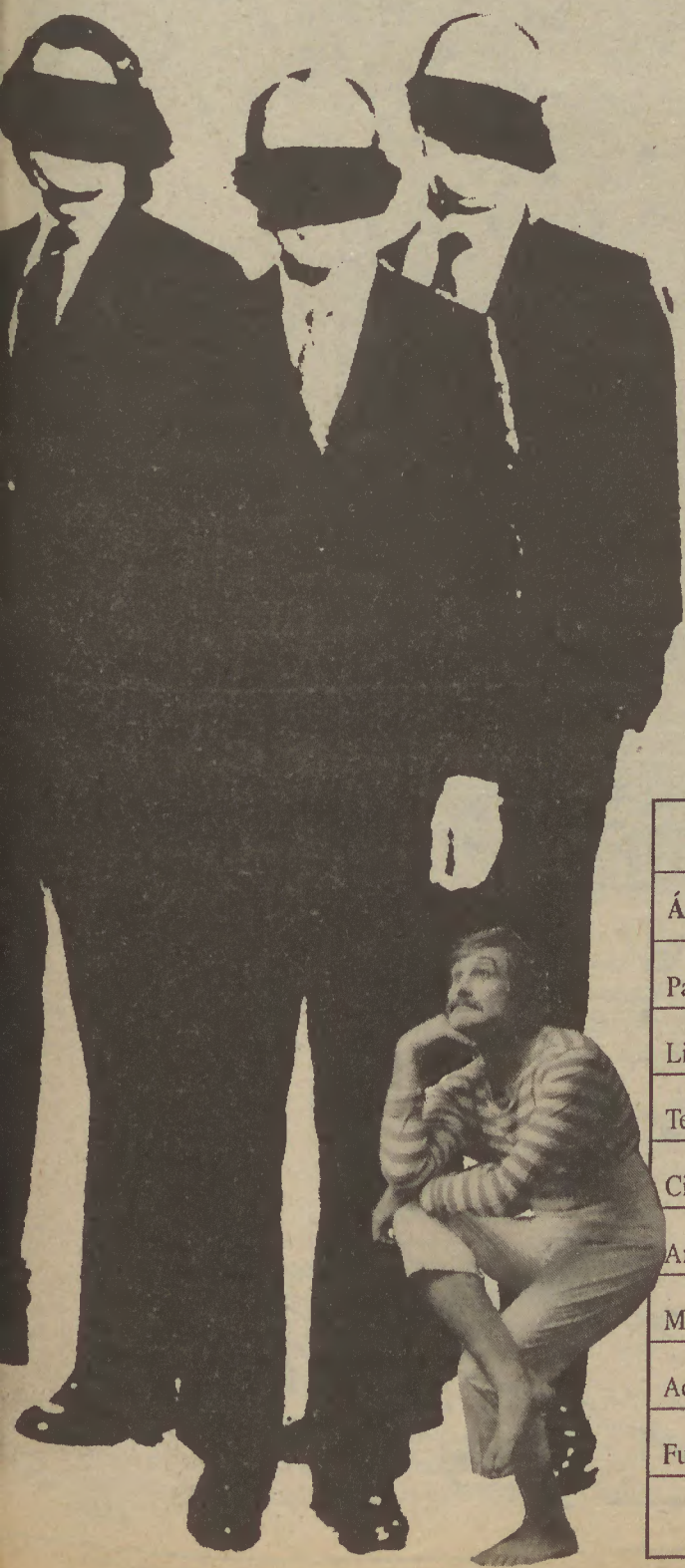
Só uma outra política poderá fomentar o desenvolvimento cultural do povo português e alargar a todas as regiões as possibilidades ou não remetendo apenas para as autarquias — já hoje responsáveis por uma intensa actividade cultural, pelo aparecimento de criadores, pela criação e reanimação de grupos, de instalações e equipamentos, etc., como é bem evidenciado nas responsabilidades de gestão da CDU e pela actividade da Amascultura no nosso distrito — responsabilidades que têm dificuldade em assumir por escassez de verbas.

Só outra política permitirá o apoio a todas as artes e novos campos de expressão e experimentação artística.

A reestruturação que a SEC exige foi defraudada por um conjunto de decisões em tudo piorou, impondo-se medidas que permitam outra capacidade de manobra e a sua passagem a ministério.

Enfim, é necessária uma outra política que beneficie de uma política geral de desenvolvimento e que comece na Educação e no Ensino — também tão maltratados neste Orçamento — a elevar os níveis de produção, de apetência e de fruição culturais.

(1) Via FEDER, turismo cultural.



ÁREA DE ACTUAÇÃO	1992		1993		VARIAÇÃO	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	%
Património	9824100	46,6	9905249	44,9	81149	0,8
Livro e Leitura	1774000	8,4	1852222	8,4	78222	4,4
Teatro	1774000	8,4	1866755	8,5	441555	30,9
Cinema e Meios Audiovisuais	21098700	10,0	2913140	13,2	814440	38,8
Artes Plásticas	179800	0,9	197786	0,9	17986	10,0
Música, Bailado e Canto	1647500	7,8	1772595	8,0	125095	7,5
Acções Comuns ou Polivalentes	2532300	12,0	225786	110,2	-274512	-10,8
Funcionamento Geral da SEC	1569516	7,5	1307523	5,9	-261993	-16,7
TOTAL	21051116	100,0	22063055	100,0	1011942	4,8

A Lei Torricelli, episódio de um combate planetário

No dia 23 de Outubro p.p., George Bush assinou na Flórida a Lei Torricelli, votada no dia 8 a toque de caixa pelo Congresso.

Essa lei, que até há poucas semanas nada significava para a maioria dos europeus, nasceu de um projecto apresentado (25.9.91) pelo deputado Robert Torricelli, de New Jersey, e visa reforçar o bloqueio a Cuba.

Transcorridas três semanas, Bush perdia as eleições. Porquê tanta pressa?

Os grandes jornais norte-americanos, não obstante a sua hostilidade ao regime cubano, qualificaram a iniciativa do presidente ditada por sentimentos de rancor primários e temem que venha a afectar muito negativamente a imagem dos EUA no mundo.

Confirmando a procedência desse receio, uma chuva de protestos vindos de diferentes governos, personalidades e organizações internacionais começou logo no dia seguinte a cair na Casa Branca e no Departamento de Estado.

A Lei Torricelli, designada pelo Congresso como «Acta para a Democracia em Cuba», configura na realidade desrespeito frontal pela democracia e por princípios do Direito Internacional que os EUA se comprometeram desde a sua fundação a honrar e defender.

Eis, em breve síntese, algumas das medidas constantes do diploma assinado em Miami pelo presidente Bush:

— Proibição de entrada em portos dos EUA por 100 dias de navios de qualquer pavilhão que tenham escalado portos cubanos.

— Suspensão ou redução (conforme os casos) de ajuda financeira dos EUA a países que adquiram açúcar cubano.

— Proibição de todo o género de transacções comerciais entre filiais de empresas norte-americanas no estrangeiro e Cuba.

— Reforço das sanções a Cuba enquanto o seu governo se recusar a introduzir na Ilha aquilo a que os EUA chamam «mudanças democráticas».

O protesto da CEE

George Bush cumpriu a promessa que fizera. Foi a Miami, antes das eleições, assinar uma lei que configura um acto de pirataria jurídica.

Discurso rodeado por destacados dirigentes das organizações contra-revolucionárias cubanas, entre os quais Más Canosa, o presidente da Fundação Cubano-Americana, um multimilionário envolvido em negócios sujos que repetidamente tem sugerido a invasão do seu país.

Bush, como salientaram em Washington políticos liberais, não pode invocar atenuantes. Como a tramitação do projecto foi muito lenta, o assunto suscitou nos últimos meses uma tempestade de críticas.

Em 1991, os governos do Reino Unido e do Canadá informaram o Departamento de Estado que a Lei Torricelli, se fosse adiante, afectaria as relações entre aqueles países e os EUA. Posteriormente, os embaixadores da França, do México e da Venezuela em Havana, em entrevistas que obtiveram larga divulgação na América Latina, sublinharam que os respectivos governos não permitiriam que as filiais norte-americanas nos seus países se submetessem às proibições da Lei Torricelli. Se o fizessem seriam punidas.

No dia em que o Congresso norte-americano votou o diploma, o Conselho de Ministros da CEE emitiu, em Bruxelas, uma declaração em que pediu a Bush o veto. Nesse documento, Washington era alertada para as graves consequências que resultariam da aplicação do bloqueio contra Cuba através de medidas violadoras do Direito Internacional Marítimo e da soberania de nações independentes e tripudiavam sobre o princípio, mundialmente respeitado, da não extraterritorialidade das leis. Meios diplomáticos admitiram então na capital belga que a Comunidade Europeia poderia vir a acusar os EUA perante o GATT. A Declaração salientava que os Doze «não podem aceitar que os EUA determinem unilateralmente a economia da CE e restrinjam as suas relações com qualquer nação estrangeira». Segundo a Comunidade, somente o Conselho de Segurança pode impor sanções desse tipo a Estados cuja política represente ameaça para a paz. Ora, não é esse o caso de Cuba.

Em Londres, o governo de John Major sublinhou, enfaticamente, que Washington actua ilegítimamente ao impor proibições de comércio a empresas com sede no Reino Unido que se regem pelas leis do governo britânico e só por elas.

Como se esperava, as advertências da Comunidade Europeia caíram em saco roto. A Comissão Europeia reagiu por isso e manifestou-se a 28 de Outubro depois de George Bush ter assinado a Lei Torricelli. Numa declaração assinada pelo vice-presidente Frans Andriessen, responsável pelas Relações Externas, a Comissão expressou o seu «profundo desapontamento» pela decisão tomada pelo presidente dos EUA.

«O caminho da irracionalidade»

Nos primeiros dias de Novembro, o assunto foi debatido em vários parlamentos da América Latina, sendo óni- nimes as críticas à pretensão norte-americana de impor as suas leis fora do território dos EUA. No Congresso mexicano o protesto foi particularmente veemente.

Em Otawa, o porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros qualificou de inaceitável uma «lei americana que usurpa o direito de uma companhia de fazer negócios de acordo com as leis comerciais canadianas». Recordou, a propósito que uma lei do Canadá (o Foreign Extraterritorial Act, 8.9.84) estabelece multas, ou pena que pode ir até cinco anos de prisão, para o director de empresas subsidiárias que aceitar a aplicação extraterritorial no país de leis estrangeiras.

Em Montevideo, o ministro dos Negócios Estrangeiros do Uruguai informou que o seu país desconhecerá a Lei Torricelli no seu comércio com Cuba. Em Buenos Aires, o presidente da Associação Americana de Juristas, Beinus Aznukler, qualificou a Lei Torricelli de «violação do direito internacional, da Carta da ONU e dos direitos humanos elementares do povo cubano».

No Brasil houve uma onda de protestos, tal como no Chile e na Venezuela.

Nos meios diplomáticos dos EUA, o voto do Congresso nas vésperas da eleição presidencial (as pressões de Bush foram insistentes) provocou mal-estar. Em entrevista a «El Dia Latinoamericano», o embaixador Wayne Smith, professor da Universidade John Hopkins e ex-chefe do Escritório de Interesses dos EUA em Havana durante a administração Carter (!), põe os pontos nos ii. Na opinião daquele destacado intelectual, a Lei Torricelli leva os EUA a entrar pelo caminho perigoso da irracionalidade». Wayne Smith salienta que dos 4000 milhões de dólares das importações cubanas em 1991, uns 700 milhões foram gastos em compras a filiais de empresas norte-americanas.

Uma rede de cumplicidades

É oportuno recordar que a Lei Torricelli retoma, no essencial, agravando-se, medidas que já constavam da chamada Emenda Connie-Mack, que o presidente Bush foi forçado a vetar, porque o seu conteúdo era inconstitucional.

Há muito, aliás, que, agindo nos bastidores, o governo dos EUA desenvolve uma política orientada para o estrangulamento económico de Cuba. Mais de uma vez, os EUA impediram a venda de aviões europeus (especialmente britânicos) a Cuba, tal como torpedearam um acordo da companhia brasileira VASP com a Cubana de Aviación. Recentemente, empresários espanhóis interessados em realizar investimentos no sector turístico, em Cuba, foram alvo de medidas de retaliação ilegítima.



■ Miguel Urbano Rodrigues

O escritor cubano Nicanor Leon Cotayo, em artigo recente no «Granma», (11.10.92, ed. portuguesa), lembra que os EUA, num documento distribuído na Suíça, pressionaram empresários europeus a não realizar negócios com Cuba. Nas Caraíbas, essas pressões sobem de arrogância e assumem com frequência os contornos de ultimatos.

O objectivo primeiro da Lei Torricelli é obviamente dificultar ainda mais o já precário abastecimento da Ilha em alimentos. Aliás, grande parte dos fornecimentos das filiais norte-americanas na Europa é da área alimentar.

À luz do Direito Internacional, a Lei Torricelli aparece não apenas como acto amoral, mas também como desafio à ordem jurídica estabelecida pela comunidade das nações. A Resolução 2625, de Outubro de 1970, da Assembleia Geral da ONU, aludindo à igualdade sobe-

Seria, aliás, uma ingenuidade responsabilizar exclusivamente Bush e os falcões do Pentágono pela actual escalada anticubana. A rede de cumplicidade é muito densa e emaranhada. O próprio Bill Clinton apoiou a Lei Torricelli quando visitou a Florida recentemente. Em Miami fez o elogio da Fundação Cubano-Americana de Más Canosa e recebeu do líder contra-revolucionário uma importante contribuição financeira para a sua campanha eleitoral...

A solidariedade internacionalista

O reforço do bloqueio a Cuba não é o resultado de uma mudança na política que visa a criar uma situação de fome na Ilha. O novo diploma confirma apenas que Washington age agora mais despudoradamente. Os últimos farrapos da vergonha caíram. A intensificação do bloqueio e o desafio ao direito internacional que carrega elevam a guerra não declarada contra Cuba ao nível da política oficial e prioritária do Estado norte-americano.

Por isso mesmo, a solidariedade internacionalista a Cuba tem, paralelamente, de ser mais forte, mais ampla, ainda mais fraternal.

Não há precedente na História para um bloqueio tão cruel, tão irracional, como o imposto à pequena República do Caribe pela maior potência do mundo.

Um porto-riquenho progressista, Eugenio Maria Hostos, expressou em dois comóventes parágrafos essa terrível realidade. Aqui os transcrevo:

«É necessário que nos coloquemos mentalmente nessa pavorosa situação, a mais trágica vivida por um povo. Ele desprovido de tudo, o inimigo provido de todas as forças e de todos os recursos da civilização; ele abandonado, o inimigo socorrido; ele desdenhado, o inimigo adulado pela cumplicidade do mundo inteiro. É necessário que sejamos capazes de sentir todas as agonias dessa agonia de anos inteiros, para que possamos avaliar a prova de portentosa resistência dos combatentes, para apreciarmos o seu heroísmo, para sermos dignos de admirar esses homens admiráveis.

É necessário viver num tempo tão infame como este, tropeçando a todo o momento com a injustiça, para não sentir por esses homens, elevados por si próprios à dignidade de homens completos, toda a espontânea admiração que inspiram os capazes de representar heroicamente as virtudes mais altas da Humanidade»

*
**

A cada dia que passa aumenta o número de pessoas que se apercebe de uma evidência: o povo cubano é hoje sujeito de uma luta que se tornou global, planetária. Ao discursar na Assembleia Geral da ONU, Ricardo Alarcón, o novo ministro dos Negócios Estrangeiros de Cuba, foi muito claro: «Contamos com a solidariedade dos povos. Sabemos que são muitos os oprimidos, os explorados, os discriminados deste mundo que vêem na sobrevivência de Cuba Revolucionária a sua própria esperança».

A obsessão dos EUA em colocar Cuba de joelhos ilumina a grande contradição deste final do século XX, aquela que opõe o imperialismo aos povos, à Humanidade.

Resistindo, Cuba está a combater por todos nós.

(¹) «Lei Torricelli, lamentable paso contra la paz», entrevista con Wayne Smith -- in «El Día Latinoamericano», México 19.10.92.

Bancas de Natal * da célula da Festa do Avante!

– artesanato: loiças, xailes e objectos de jade da ex-URSS; bonecas e artesanato vário de Cuba, China, Peru.

– rum cubano

Aberta no CT da Av. António Serpa, de 2^a a 6^a feira das 10 às 19h

* da Comissão Concelhia de Cascais

– artesanato

– loiças

– bebidas

– livros

– brinquedos

Aberta no CT de Cascais, diariamente das 15 às 20h, à 2^a e à 4^a feira até às 22h

* da Comissão de Freguesia dos Olivais

– artesanato nacional e internacional

– brinquedos

– roupas

Aberta no CT dos Olivais, à 2^a, 3^a, 4^a e 6^a feira das 15 às 17h, à 5^a das 19 às 22h e ao sábado das 15 às 19h

* do CT da Boavista

– artesanato nacional e estrangeiro

– brinquedos, utilidades, plantas

– electrodomésticos

– mercearia e bebidas

– livros, discos, cassetes vídeo

Aberta de 2.^a a 6.^a, das 10 às 13, das 15 às 19 e das 21.30 às 23h, ao sábado e domingo das 15 às 19h



Viaje no Fim do Ano para Cuba

com a Associação de Amizade Portugal-Cuba

Rua Rodrigo da Fonseca, 107, r/c Esq.

Tel. 65 73 05

Este artigo foi escrito antes da aprovação, por esmagadora maioria, na Assembleia Geral das Nações Unidas, de uma resolução, apresentada por Cuba, condenando a «Lei Torricelli».

Apesar da inconsequência prática das decisões da Assembleia Geral, trata-se, sem dúvida, de uma grande derrota política para os Estados Unidos.

rana dos Estados dispõe: «Nenhum Estado pode fomentar o uso de medidas económicas, políticas ou de qualquer outra natureza para coagir outro Estado a subordinar o exercício dos seus direitos soberanos e obter dele vantagens de qualquer ordem».

Para Washington, porém a defesa do Direito Internacional e a defesa dos direitos humanos somente é invocada quando isso é do interesse da estratégia imperial dos EUA.

PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Ninguém

Os autarcas são,
regra geral
gente de educação
e de bom trato.
Fogem do desacto
da vã filosofia.
Viver o dia-a-dia
não consente
palavra sem semente...

Ouvimo-los agora, de caminho,
do Governo dizer, e sem veludo,
o que Mafoma não disse do toucinho.
De má-fé para cima, valeu tudo.

Muitos até
são do partido governamental.
Mas o real é o que é
e só o louco brinca ao irreal.

Unânime função
que tudo compreende:
Governo é um ladrão.

E ninguém o defende...

Sem classe

Poeta não é herói.
Falo por mim. O poeta, creio,
é só o homem que mais se dói
do sofrimento alheio.

Vejam o Couto da asneira.
Está à beira
de um ataque de nervos. Veio a hora
de o mandarem embora.

Olhem como transpira!
Mandem-no já. Com um passe
uma Bolsa, a ver se ele tira
a quarta classe.

Porque, ô malta,
é mesmo classe o que lhe falta...

Os sujos

Alentejo destruído.
Um Barreto, outro depois.
O nojo bem repartido
chega bem para eles dois.

O António, a quem ouvi-lo,
chora em ar de crocodilo
a terra que sofre em vão.
E só de ele falar
anda um escarro no ar
roja uma osga, pelo chão.

Eu, como chefe do partido, digo
mas Primeiro-Ministro logo calo.
Com os dois olhos que tenho não me ralo:
se abro um postigo, fecho outro postigo.

Ministro, louvo, e líder logo intrigo.
Monto de mim o meu melhor cavalo.
Se me culpam tangendo-lhe um badalo
isso é líder. Ministro, é só comigo.

Duas faces, dois gestos, duas vozes.
Poses de mim, poses de não, uns poses
também chamados de perlimpimpim.

Um, no governo e outro no Congresso?
Só no fim do soneto me confesso:
um em dois. Dois em um. Nenhum, enfim.

OS MONSTROS

Atenta, a imprensa, alguma
rádio e sempre a televisão,
isto é, a chamada
Comunicação Social, deu a
notícia — Monstros
invadem Lisboa. O leitor
distráido, que entretanto
ouviu ou leu dizer-se que
eram monstros do passado,
chegou a pensar que era
mais uma prenda do
Governo de Cavaco. E como
a apresentavam como
«iniciativa cultural», teme
que viessem pela mão de
Santana Lopes. Alguns mais
atrevidos chegaram a dar
nomes aos ditos —
pensaram em
Champallimauds, em
Mellos, etc.
Afinal, os nomes eram mais
complicados, e os monstros
são de plástico. São os
«dinorrobôs».
Não quer dizer que os outros
não estejam por aí, a devorar
toneladas de nacionalizadas.
Chamam-se outra vez
monopolistas e
latifundiários.

OS VELHO-NAZIS

O modo como alguma
imprensa trata o
«fenómeno» neonazi vem
revelando não apenas uma
grande ignorância histórica
como uma abundante
leviandade na consideração
do problema. Há dias, na
televisão, ouvimos uma
locutora chamar de «jovens
nacionalistas neonazis» aos
energúmenos assassinos
alemães, como se «nazi»
não contivesse já o
«adjectivo» de nacionalista

a caracterizar (?) aquela
espécie de fascismo.
Entretanto, durante muito
tempo — e ainda hoje —
querem fazer-nos crer que o
fenómeno é florescente
entre a juventude da
Alemanha oriental, ali
mesmo na terra que foi da
RDA... só porque as
excursões de nazis invadem
o território onde, por sinal, o
Governo de Bona fez
concentrar alguns
refugiados miseráveis e
famintos do Leste europeu.
Agora, temendo já pelo
terror lançado sobre a sua
mão-de-obra barata e
estrangeira e a braços com
manifestações antifascistas,
os muito democráticos
governantes alemães,
herdeiros do Terceiro Reich
e da complacência aliada,
vêm à pressa, quando o
sangue já correu com
abundância, interditar um
grupo de nazis, entre a
dezena «devidamente
autorizada»...

IRRITAÇÃO LARANJA

A irritação laranja continua
a escolher alvos fora do seu
círculo para conjurar as
dificuldades que já sente ou
que pressente. Rangem os
dentes contra o Presidente
da República que,
diplomáticamente, não
criticou apenas o PSD mas
também o PS de não terem
aceite o referendo sobre
Maastricht.
Isto numa altura em que são
já várias as vozes a virem ao
de cima contra o famigerado
Tratado, contra a sua
redacção e contra as suas

consequências entre alguns
notáveis «social-
-democratas». Do ministro
recém-promovido Barroso,
ao insurrecto Ângelo
Correia, não se poupam
críticas ao Tratado. Belém é,
no entanto, na óptica
cavaquista, mais fácil de
atingir...

ATÉ AO FIM

Até parece aquela
pressazinha no fim, o que
agita o Presidente Bush e o
leva, a um escasso mês da
saída da Casa Branca, a
«admitir a possibilidade» —
segundo a linguagem
eufemística usada pelos
EUA nestas ocasiões — de
intervir militarmente na
Somália, e a pretender o
comando militar dessas
forças que a ONU,
certamente, se encarregaria
de enviar, cobrindo as
iniciativas dos Estados
Unidos.
Mas não se trata de pressa,
tão-só de continuidade da
política agressiva dos EUA
que, com republicanos ou
democratas na presidência,
sofre pequenas alterações e
nunca grandes reviravoltas.
Pois não foi Clinton que
«aprovou» a invasão do
Iraqe na campanha
eleitoral, e não foi ele quem
foi a Washington discutir
política externa com Bush?
A história recente dos EUA
até mostra que são os
democratas a enterrarem-se
até ao pescoço nos atoleiros
das guerras, e são os
republicanos quem os faz de
lá sair, devidamente
derrotados.

frases
da
Semana

«Nem todas as PME vão
aguentar.»

☞ (Mira Amaral —
«Correio da Manhã»,
30.11.92)

«Pinto da Costa é vítima
de uma tremenda caba-
la.»

☞ (Fernando Gomes,
Presidente da Câmara do
Porto — «Expresso»,
28.11.92)

«Partidos vão arrepen-
der-se de não referendar
Maastricht.»

☞ (Mário Soares, em
colóquio da SEDES —
«Correio da Manhã»,
30.11.92)

«A questão central que é
colocada em relação ao
Tratado de Maastricht
não é a forma como ele
está redigido, mas sim o
seu conteúdo.»

☞ (Octávio Teixeira —
«Público», 28.11.92)

«Sou do PSD mas nem
por isso deixo de dizer
que há lá dois ou três
senhores que andam a
gozar com 4 mil 410 fre-
guesias portuguesas.»

☞ (Marçal Pina, Presi-
dente da ANAFRE, no II
Encontro Nacional de
Autarcas, FIL — «Públi-
co», 29.11.92)

«Num país que recebeu
centenas de milhões de
contos das privatizações
e que recebe mais de um
milhão de contos por dia
em Fundos Comunitári-
os, é inadmissível que
sejamos nós a pagar, com
tanto dinheiro nos cofres
do Estado.»

☞ (Mário de Almeida,
Presidente da ANMP,
idem)

«(É) absurdo, em termos
de instituições democrá-
ticas, que os eleitos
tenham que justificar a
sua legitimidade, que
foram eleitos e que lutam
pelas populações.»

☞ (Jorge Sampaio —
Presidente da Câmara de
Lisboa, idem)

«O que está em causa
não é só o FEF, é algo
mais grave, é o respeito
pela autonomia do poder
local.»

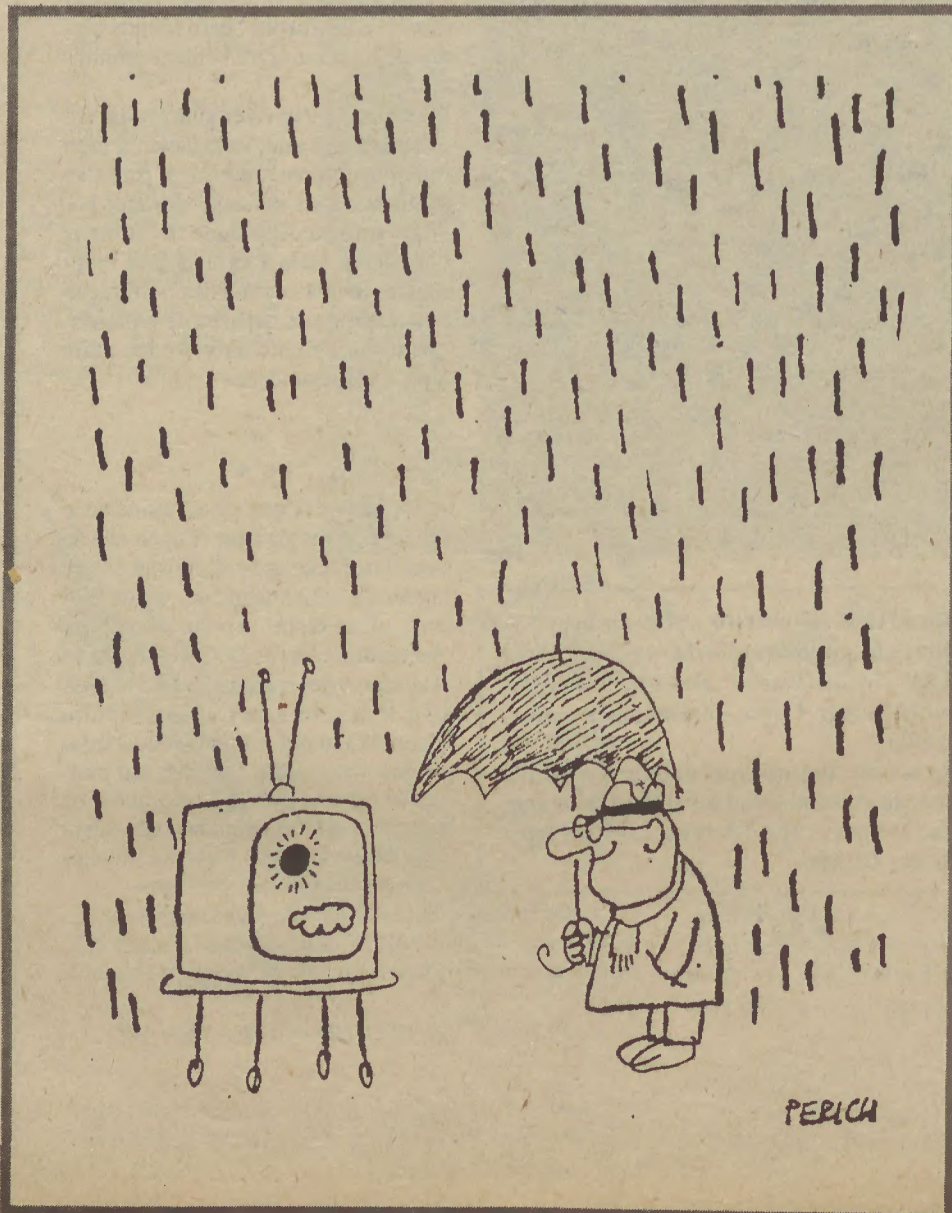
☞ (Daniel Branco —
Presidente da Câmara de V. F.
Xira, idem)

«A Rússia não será capi-
talista nem socialista.»

☞ (Boris Ieltsin —
«Expresso-Revista»,
28.11.92)

«As previsões também
podem estar erradas,
mas são erros temporári-
os que podem ser corrigi-
dos.»

☞ (Idem)



PERICH

À venda

Colecção
PROBLEMAS
DO MUNDO
CONTEMPORÂNEO

EX-URSS

edições
Acunite!

GÉRARD STREIFF

EX-URSS

UM NOVO
TERCEIRO MUNDO

PROBLEMAS DO MUNDO
CONTEMPORÂNEO

Gérard Streiff estava em Moscovo na altura dos trágicos acontecimentos do Verão de 1991, na qualidade de enviado especial do jornal do Partido Comunista Francês, *L'Humanité*. Foi correspondente deste jornal na URSS entre 1982 e 1986 e é autor do livro *La Dynamique Gorbatchev* (1986).

Trata-se, portanto, de uma testemunha particularmente atenta e informada que nos comunica aqui as suas reflexões, ainda «a quente», naturalmente discutíveis, sobre acontecimentos de profundas repercussões para o mundo inteiro.

Quais os obstáculos que se colocaram à *perestroika*? Será fatal passar de um «socialismo burocrático» a um «capitalismo selvagem»? O evoluir da situação, em profunda e diária mutação, poderá já ter desactualizado o texto em aspectos de pormenor. Nem por isso o livro de Gérard Streiff deixa de dar úteis pistas para a reflexão necessária sobre o sentido do que se passou e está a passar na ex-URSS.

Quinta, 3



07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja de Ideias
11.00 A Segunda Viagem
11.30 Notas para Si
12.00 Culinária
12.20 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Gerações
13.55 Os Mestres da Animação
14.25 Ponto por Ponto
15.15 Excesso de Carga num Computador
(ver «Filmes na TV»)
16.40 Rua Sésamo
17.10 Brinca Brincando
17.40 Caderno Diário
18.40 Roda da Sorte
19.15 Cinzas
20.00 Telejornal
20.35 Pedra sobre Pedra
21.40 Desenhos Animados
21.50 Simpsons
22.15 O Fogo de Gabriel
23.15 Sexualidades
00.05 24 Horas
00.50 Remate



09.00 Videotexto
11.30 Que Família!
10.55 Infantil
11.40 Um Verão em Lesmona
12.30 A Última Fronteira
13.00 Cheers - Aquele Bar
13.30 Vira o Vídeo
14.00 Agora, Escolha!
15.25 TV2 Informação
16.20 Os Anos da Guerra
17.15 Chá das 5
17.25 Chá das Cinco
18.10 Carrocel
18.50 TV2 Informação
18.55 Acção em Miami
19.50 Dramazine
20.30 Murphy Brown
21.00 Jornal das Nove
21.45 Barriga de Aluguer
22.40 Sete Mulheres
(ver «Filmes na TV»)
00.05 Ópera: Homenagem a Maria Callas



16.30 Sic Notícias
16.35 Batman
17.00 MTV
18.10 Responder à Letra
18.30 Sic Notícias
18.40 Plumas e Lantejoulas
19.30 Praça Pública
20.00 Jornal da Noite
20.40 De Corpo e Alma
21.40 Repórter da Meia-Noite
22.35 Conta Corrente
23.35 Deixem Correr o Sangue
24.00 Placard Electrónico
00.35 Último Jornal

Sexta, 4



07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja de Ideias
11.00 Flecha Negra
11.30 Agora é que São Elas
12.00 Culinária
12.20 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Gerações
13.55 O Ártico
14.25 Ponto por Ponto
15.00 O Cavaleiro de Azul
(ver «Filmes na TV»)
16.40 Rua Sésamo
17.05 Brinca Brincando
17.40 Caderno Diário
17.50 Emille - As Filhas de Caleb
18.40 Roda da Sorte
19.15 Cinzas
20.00 Telejornal
20.35 Pedra sobre Pedra
21.40 Desenhos Animados
21.50 Marina, Marina
22.20 Academia de Polícia - II
(ver «Filmes na TV»)
23.40 24 Horas
00.25 Remate
00.40 Corrida Contra o Tempo
(ver «Filmes na TV»)



09.00 Videotexto
10.30 Que Família!
10.55 Infantil
11.45 Uma Vida dos Diabos
12.30 A Última Fronteira
13.00 Cheers - Aquele Bar
13.30 Vira o Vídeo
14.00 Agora, Escolha!
15.25 Euroritmias
16.25 Odisseia Animal
17.15 Chá das 5
18.10 Carrocel
18.50 TV2 Informação

18.55 Rotações
20.00 Shrinks
21.00 Jornal das Nove
21.45 Barriga de Aluguer
22.30 Interiores
23.30 Absolvição
(ver «Filmes na TV»)
01.05 Outras Músicas



16.30 Sic Notícias
16.35 Elvis
17.00 MTV
18.00 Responder à Letra
18.30 Sic Notícias
18.40 Plumas e Lantejoulas
19.30 Praça Pública
20.00 Jornal da Noite
20.40 De Corpo e Alma
21.40 A Cidade em Pânico
(ver «Filmes na TV»)
23.45 Cuidado com as Aparências
00.10 Os Amores de Lídia
01.15 Último Jornal

Sábado, 5



08.00 Canal Jovem
12.15 Luta Livre Americana
13.05 Parlamento
13.50 O Mundo Misterioso de A. Clark
14.15 Clube Disney
15.50 Intriga no Clube
(ver «Filmes na TV»)
17.30 Feira de Música
18.05 Arca de Noé
18.45 Você Decide
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.10 Felicidade
22.20 Parabéns
23.30 Conan e os Bárbaros
(ver «Filmes na TV»)
01.10 Ligações Criminosas
(ver «Filmes na TV»)



08.00 Caminhos
08.30 Novos Horizontes
09.00 Universidade Aberta
12.00 Núprias à Vela
(ver «Filmes na TV»)
13.30 Cinzas (Compacto)
16.00 TV2 Desporto
22.00 Jornal Nacional
22.30 Salomé
00.10 TV2 Informação
00.15 Força de Elite
01.00 Acerto de Contas



14.00 Sic Notícias
14.05 Aventuras dos T-Rex
14.35 Portugal Radical
15.00 A Mão Esquerda de Deus
(ver «Filmes na TV»)
16.30 MTV
17.30 Comando Relâmpago
18.35 Plumas e Lantejoulas
19.30 Praça Pública
20.00 Jornal da Noite
20.40 De Corpo e Alma
21.40 Benny Hill
22.10 Desporto Espectacular
22.40 Água na Boca
23.30 O Caso do Assassinato das Estrelas
(ver «Filmes na TV»)
01.20 Último Jornal

Domingo, 6



08.00 À Mão de Semear
08.25 Canal Jovem
11.30 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias
13.05 A Menina do Futuro
13.30 Top +
14.20 Olha que Dois
15.15 Beverly Hills 90210
16.00 Meu Amigo o Dragão
(ver «Filmes na TV»)
18.05 Sons do Sol
18.50 Preço Certo
20.00 Jornal de Domingo
20.40 Felicidade
22.25 Casa Cheia
23.05 Grande Área
00.25 Conversa Afliada



08.00 Desenhos Animados
08.30 Os Persuasores
09.00 Tudo Menos Isso
09.30 Regiões
10.30 Forum Musical
11.30 Gente da Frente
13.00 Herança
13.30 Realce
14.00 Os Novos Invasores
15.00 TV2 Desporto
21.45 Palavra Puxa Palavra
22.30 Jornal Nacional

Televisão

23.00 Bird - O Fim do Sonho
(ver «Filmes na TV»)



01.40 No Cumprimento do Dever
14.00 Sic Notícias
14.05 O Livro da Selva
14.35 Um Planeta, uma Família
15.05 Um Raio de Luz
(ver «Filmes na TV»)
16.25 MTV
17.30 Terminal Max
18.30 Benny Hill
18.55 Encontros Imediatos
19.20 Giras e Piroas
20.00 Jornal da Noite
20.40 Cosby Show
21.10 Halloween II - O Grande Massacre
(ver «Filmes na TV»)
23.00 Segredos
23.55 Último Jornal

Segunda, 7



07.30 Bom Dia
10.00 A Árvore do Mocho Sábio
10.30 Loja de Ideias
11.00 Chicos Espertos
11.30 Agora é que São Elas!
12.00 Culinária
12.20 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Gerações
13.55 Vida Selvagem
14.25 Ponto por Ponto
15.10 Ternos Laços
(ver «Filmes na TV»)
16.40 A Árvore do Mocho Sábio
17.10 Brinca Brincando
18.00 Emille - As Filhas de Caleb
18.45 A Roda da Sorte
19.20 Cinzas
20.00 Telejornal
20.40 Pedra sobre Pedra
21.50 Apanhados
22.25 Entre Famílias
23.40 Outras Guerras
00.30 24 Horas
01.05 Remate
01.30 "Catch the Heat"
(ver «Filmes na TV»)



09.00 Videotexto
11.30 Que Família!
12.00 Infantil
12.15 Eternos Novatos
12.40 A Última Fronteira
13.10 Cheers - Aquele Bar
13.30 Vira o Vídeo
14.05 Agora, Escolha!
15.30 Euroritmias
16.25 Viagem Infinita
17.15 Chá das Cinco
18.15 Carrocel
19.05 Acção em Miami
19.55 Cinemagazine
20.30 Murphy Brown
21.00 Jornal das Nove
21.45 Barriga de Aluguer
22.40 Frente a Frente
23.30 Flores Amargas
(ver «Filmes na TV»)
01.30 Últimas notas - John Lennon: "Imagine"



16.30 Sic Notícias
16.35 Tracey Hullman Show
17.30 MTV
18.05 Responder à Letra
18.10 Sic Notícias
18.40 Plumas e Lantejoulas
19.30 Praça Pública
20.00 Jornal da Noite
20.35 De Corpo e Alma
21.40 Justiça Negra
22.35 Jogo da Verdade
23.35 Jogar em Casa
00.10 Último Jornal

Terça, 8



07.30 Bom Dia
10.00 A Árvore do Mocho Sábio
10.30 Loja de Ideias
11.00 A Verdadeira História de Spit McPhee
11.30 Missa
12.20 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Gerações
13.55 O Futuro
14.25 Ponto por Ponto
15.05 Teo, o Ursinho
(ver «Filmes na TV»)
16.40 Caboodle
17.10 Brinca Brincando
18.00 Emille - As Filhas de Caleb
18.45 A Roda da Sorte
19.15 Cinzas
20.00 Telejornal
20.35 Pedra sobre Pedra
21.30 Isto Só Vídeo

22.00 Indiana Jones - Crónicas da Juventude
23.00 De Caras
00.00 24 Horas
00.30 Remate



09.00 Videotexto
10.30 Que Família!
10.55 Infantil
11.40 Um Verão em Lesmona
12.30 A Última Fronteira
13.00 Cheers - Aquele Bar
13.30 Vira o Vídeo
14.00 Agora, Escolha!
15.35 Euroritmias
16.00 Os Gatos
16.30 TV2 Desporto
19.00 Carrocel
19.30 Acção em Miami
20.00 Aventura do Conhecimento
20.30 Murphy Brown
21.00 Jornal das Nove
21.45 Barriga de Aluguer
22.40 Oh Serafina!
(ver «Filmes na TV»)
00.35 Arsenio Hall Show
01.30 Últimas Notas



16.30 Sic Notícias
16.35 O Quinteto do Lado
17.00 MTV
18.00 Responder à Letra
18.30 Sic Notícias
18.40 Plumas e Lantejoulas
19.30 Praça Pública
20.00 Jornal da Noite
20.35 De Corpo e Alma
21.35 Um Grito de Coragem
(ver «Filmes na TV»)
23.55 Placard Electrónico
00.25 Último Jornal

Quarta, 9



07.30 Bom Dia
10.00 A Árvore do Mocho Sábio
10.30 Loja de Ideias
11.00 Kelly
11.30 Mulher
12.00 Culinária
12.20 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Gerações
13.55 Paragem no Tempo
14.25 Ponto por Ponto
15.00 Tycoon - A Grande Conquista
(ver «Filmes na TV»)
16.40 Caboodle
17.10 Brinca Brincando
18.00 Emille - As Filhas de Caleb
18.40 Roda da Sorte
19.20 Cinzas
20.00 Telejornal
20.30 Desenhos Animados
20.35 Pedra sobre Pedra
21.45 Vamos Jogar no Totobola
22.00 Willow - Na Terra da Magia
(ver «Filmes na TV»)
00.20 24 Horas
01.05 Remate



09.00 Videotexto
10.30 Que Família!
10.55 Infantil
11.45 Sarilhos com Elas
12.30 A Última Fronteira
13.00 Cheers - Aquele Bar
13.30 Vira o Vídeo
14.00 Agora, Escolha!
15.30 Euroritmias
16.30 Ao Sol
17.15 Chá das Cinco
18.10 Carrocel
19.00 Acção em Miami
19.50 TV Artes
20.00 Futebol - Gotemburgo-FC do Porto
22.20 Jornal das Nove
23.15 Barriga de Aluguer
23.30 Carlos Cruz - Quarta-Feira
24.00 Artes e Letras - Robert Zemeckis
00.30 Pop-Off



16.30 Sic Notícias
16.35 Aventura
17.00 MTV
18.10 Responder à Letra
18.30 Sic Notícias
18.40 Plumas e Lantejoulas
19.30 Praça Pública
20.00 Jornal da Noite
20.40 De Corpo e Alma
21.35 Crimes
22.10 O Príncipe de Bel Air
22.40 Batalhas Conjugais
23.35 O Passageiro Imprevisto
00.05 Último Jornal

Filmes na TV

Excesso de Carga num Computador

«Overdrawn at the Memory Bank», (EUA/1986). Realização de Douglas Williams. Interpretação de Raul Julia, Linda Griffiths, Chapelle Jaffe, Donald C. Moore, Arnie Achtman, Jackie Bur-

roughs, Wanda Cannon. Cor, 85 minutos.

Trata-se de um filme de ficção científica, com argumento situado num futuro longínquo, e que retrata uma sociedade dominada pela tecnologia e pelos computadores. É então que um homem, ambicionando poder transformar-se na

personagem desempenhada por Humphrey Bogart em *Casablanca*, consegue, graças a um erro de computador, alcançar os seus desejos. A questão que nos leva a espreitar o filme, é saber se, no final, ele fica em *Casablanca* a aturar Lisboa Rains ou se parte para Lisboa com Ingrid Bergman...

Quinta, 15.15, Canal 1

Sete Mulheres

«7 Women», (EUA/1965). Realização de John Ford. Interpretação de Anne Bancroft, Margaret Leighton, Sue Lyon, Flora Robson, Mildred Dunnoek, Betty Field, Anne Lee. Cor, 84 minutos.

Último filme da gloriosa carreira de John Ford, *Sete Mulheres*, como o nome indica, é uma obra centrada na figura da mulher, algo aparentemente raro na filmografia do realizador. Na realidade, neste filme são-nos contadas as agruras e as proações de um grupo de missionárias laicas norte-americanas por terras da China assolada pela guerra civil dos anos 30, pela ameaça de cruéis guerreiros. E, se bem que o filme não seja, nem de longe nem de perto, dos mais empolgantes da obra de Ford, permanecem nele alguns dos temas que lhe são caros: a investigação sobre a verdadeira natureza das personagens perante os perigos externos, a compreensão, a hipocrisia, o egoísmo, o sacrifício. Naturalmente a rever, tanto mais que se trata de um filme praticamente inédito entre nós.

Quinta, 22.40, TV 2

O Cavaleiro de Azul

«The Blue Knight», (EUA/1973). Realização de Robert Butler. Interpretação de William Holden, Lee Remick, Joe Santos, Eileen Brennan, Emile Meyer. Cor, 99 minutos.

Começou por ser um episódio-piloto para uma série de televisão e veio a revelar-se, depois de remontado, um excelente telefilme, bem acima da mediania do género. A história, originalmente contada em quatro partes no total de três horas e meia, gira à volta de um polícia de Los Angeles, à beira da reforma, que investiga o assassinio de uma prostituta. Com um excelente elenco, de que se destacam Lee Remick e William Holden (alcançando um *Emmy* com esta interpretação), e embora tratando-se de um telefilme, a sua razoável qualidade justificaria uma outra hora de emissão.

Sexta, 15.00, Canal 1

A Cidade em Pânico

«Wolfen», (EUA/1981). Realização de Michael Wadleigh. Interpretação de Albert Finney, Diane Venora, Edward James Olmos, Gregory Hines, Tom Noonan, Dick O' Neill. Cor, 115 minutos.

Com excelente fotografia de Gerry Fisher, o filme é o relato da investigação de um detective sobre uma série de crimes misteriosos e horrendos que assolam a cidade de Nova Iorque. Destaque para Albert Finney, um bom intérprete da figura do detective.

Sexta, 21.40, SIC

Academia de Polícia II: A Primeira Missão

«Police Academy II: Their First Assignment», (EUA/1985). Realização de Jerry Paris. Interpretação de Steve Guttenberg, Bubba Smith, David Graft, Michael Winslow, Bruce Mahler, Marion Ramsey. Cor, 80 minutos.

Uma continuação, verdadeiramente idiota, do primeiro episódio transmitido há duas semanas, o qual já deixara bastante a desejar.

Sexta, 22.20, Canal 1

Absolvição

«Absolution», (Gr.Br./1978). Realização de Anthony Page. Interpretação de Richard Burton, Dominic

Guard, Dai Bradley, Andrew Keir, Billy Connolly, Willoughby Gray, Hilda Fenemore. Cor, 91 minutos.

No ambiente carregado e conservador de um colégio interno católico, um padre, atribuindo as suas preferências por um determinado aluno em detrimento de outro, acaba por se envolver em dois crimes - um que comete e outro que encobre. Um filme de grande crueza, intensamente psicológico, perdendo alguma credibilidade quando se aproxima do fim, mas excelentemente protagonizado por Richard Burton.

Sexta, 23.30, TV 2

Corrida

Contra o Tempo

«7 Hours to Judgement», (EUA/1988). Realização de Beau Bridges. Interpretação de Beau Bridges, Ron Leibman, Julianne Phillips, Tiny Ron Taylor, Reggie Johnson, Al Freeman, Jr.. Cor, 85 minutos.

Parece que, mais uma vez, os caminhos tortuosos da Justiça estão em causa. Aqui, um juiz que, por falta de provas, manda em paz três alegados assassinos, vê-se obrigado, pela chantagem que lhe é movida pelo marido da vítima, a itinerar pelos locais mais sórdidos da cidade em busca dos criminosos e das provas do crime. Tem sete horas para o fazer e, nós, 85 minutos para o comprovar. Valerá a pena? É possível que sim. Mas também é possível que não. Fica ao seu critério.

Sexta, 00.40, Canal 1

Núpcias à Vela

«True as a Turtle», (Gr.Br./1956). Realização de Wendy Toye. Interpretação de John Gregson, June Thorburn, Cecil Parker, Keith Michell, Elvin Hale, Avice Londone. Cor, 97 minutos.

Trata-se de uma comédia inglesa dos anos 50, o que costuma ser um péssimo presságio! Um grupo de companheiros, um iate, um casal casadinho de fresco, um cruzeiro promissor, uma série de contratempos, equívocos, azares e piadas picantes, são normalmente os ingredientes de situações idiotas, provocando esgares em vez de sorrisos. Mas o filme é desconhecido. Pode ser que nos enganemos.

Sábado, 12.00, TV 2

A Mão Esquerda de Deus

«The Left Hand Of God», (EUA/1955). Realização de Edward Dmytryk. Interpretação de Humphrey Bogart, Gene Tierney, Lee J. Cobb, Agnes Moorhead, E. G. Marshall, Benson Fong. Cor, 87 minutos.

O principal interesse do filme é ver Humphrey Bogart envergando uma sotaina! Quanto ao resto - a história de um aviador americano abatido nos céus da China no pós-II Guerra Mundial, tornado conselheiro militar de um general chinês, e substituindo um sacerdote morto pelas tropas deste (o que lhe dificulta, enquanto «mão direita do Diabo», as aproximações amorosas de uma interessante enfermeira) - é algo que deixa bastante a desejar...

Sábado, 15.00, SIC

Intriga no Clube

«The Club», (Austrália/1980). Realização de Bruce Beresford. Interpretação de Jack Thompson, Graham Kennedy, Frank Wilson, Harold Hopkins. Cor, 95 minutos.

Baseado na peça teatral homónima de David Williamson, a intriga de que fala o título é a que envolve a luta entre os vários corruptos interesses políticos que submergem um clube de futebol australiano. Jack Thompson tem um bom papel, na pele do treinador de futebol do clube. Qualquer semelhança entre o que se passa nos antípodas e no futebol lusita-



«Sete Mulheres», o último filme de John Ford

no, é, naturalmente, pura coincidência!

Sábado, 15.50, Canal 1

Perry Mason:

O Caso do Assassinio das Estrelas

«Perry Mason: The Case of the All Star Assassin», (EUA/1989). Realização de Christian I. Nyby II. Interpretação de Raymond Burr, Barbara Dale, Alexandra Paul, William R. Moses, Shari Belafonte. Cor, 100 minutos.

Em cadeira de rodas ou amparando-se à bengala, Perry Mason lá continua a defender os alegados autores dos crimes mais complicados. Neste telefilme, ele dá uma oportuna mãozinha a uma estrela de uma equipa de hóquei, acusado de ter assassinado o patrão do clube. Terá sido à stickada? Fica a dúvida, para esclarecer.

Sábado, 23.30, SIC

Conan e os Bárbaros

«Conan, The Barbarian», (EUA/1981). Realização de John Milius. Interpretação de Arnold Schwarzenegger, James Earl Jones, Max Von Sydow, Sandahl Bergman, Ben Davidson, Cassandra Gaviola. Cor, 125 minutos.

A mistura, no mesmo filme, de criaturas tão diversas como Schwarzenegger, Earl Jones e Von Sydow, só poderia ser explosiva, como bem admite o Boletim de Informação da RTP, ao entrever-lhe - qual síntese impossível - a «inspirada combinação de *peplum* italiano, fábula guerreira de sabor wagneriano e fantasia encantada de Hollywood!» Mas o facto é que esta história filmada do famoso guerreiro da espada, longinamente baseada nos contos de Robert E. Howard a partir de um argumento do realizador John Milius e de Oliver Stone, veio a revelar-se bem mais interessante do que tantas outras tentativas que exploraram o género na década de 80 (incluindo a sua própria sequência, dirigida dois anos depois por Richard Fleischer). Destaque para a espectacular produção de Ron Cobb e para a banda sonora de Robert Poledouris.

Sábado, 23.30, Canal 1

Ligações Criminosas

«Accidents», (EUA/1989). Realização de Gidi Amir. Interpretação de Edward Albert, Jon Cypher, Leigh Taylor-Young, James Tennesse, Ian Yule, Candice Hillbrand. Cor, 86 minutos.

Invenções científicas de carácter militar, desviadas com propósitos homicidas, são a pedra-de-toque deste *thriller* de ficção científica. Desconhecido.

Sábado, 01.40, Canal 1

Um Raio de Luz

«Um Rayo de Luz», (Esp./1960). Realização de Luis Lucia. Interpretação de Marisol, Anselmo Duarte, Maria Mahor. Cor, 84 minutos.

Marisol e Anselmo Duarte, juntos? *Que barbaridad!!!*

Domingo, 15.05, SIC

Meu Amigo, O Dragão

«Pete's Dragon», (EUA/1977). Realização de Don Chaffrey. Interpretação de Helen Reddy, Jim Dale,

Mickey Rooney, Red Buttons, Shelley Winters, Sean Marshall, Jane Kean. Cor, 125 minutos.

Fantasia saída dos Estúdios Disney contando as aventuras de um miúdo que tem, num gigantesco dragão que cospe fogo e se torna invisível, o seu melhor amigo. Algumas proezas técnicas, a mistura da imagem real com o desenho animado, e as presenças de Mickey Rooney e Shelley Winters, tornam este filme um passatempo musical certamente agradável para a tarde de Domingo.

Domingo, 16.00, Canal 1

Halloween II

- O Grande Massacre

«Halloween II», (EUA/1981). Realização de Rick Rosenthal. Interpretação de Jamie Lee Curtis, Donald Pleasence, Charles Cyphers, Jeffrey Kramer, Lance Guest, Pamela Susan Shoop. Cor, 92 minutos.

Longe do puro gozo com o cinema do género que John Carpenter, com talento e parcos meios orçamentais, iniciara em 1978 em *Halloween*, as (pelo menos cinco) sequelas que, a partir deste último, pretenderam explorar o filão revelaram-se produtos bem menores. Este, que a SIC hoje transmite, embora com argumento ainda saído da pena de Carpenter, é grosseiramente encenado por Rick Rosenthal e não foge à regra da explícita exploração sanguinolenta da violência.

Domingo, 21.10, SIC

Ternos Laços

«Table for Five», (EUA/1983). Realização de Robert Lieberman.

Interpretação de Jon Voight, Richard Crenna, Marie-Christiane Barrault, Millie Perkins, Roxana Zal, Robby Kiger, Son Hoang Bui, Kevin Kostner. Cor, 122 minutos.

Muitas lágrimas irão ser vertidas ao ver-se este filme da sessão da tarde de hoje. O caso não é para menos: trata-se de um bem urdido melodrama que conta a história de um pai divorciado que tenta ressarcir-se da sua outora ausência junto dos três filhos, levando-os num cruzeiro à Europa. Mas as coisas não correriam pelo melhor. Antes pelo contrário.

Segunda, 15.10, Canal 1

Flores Amargas

(Port./1987). Realização de Margarida Gil. Cor, 80 minutos.

Um empenhado documentário sobre os costumes e tradições do povo maubere realizado por Margarida Gil em torno das famílias de refugiados timorenses alojadas no Vale do Jamor, volta a ser oportunamente projectado pela RTP, num momento em que dramaticamente se avoluma em Timor-Leste a opressão da ditadura indonésia.

Segunda, 23.30, TV 2

«Catch The Heat»

(título em português, não fornecido), EUA/1988. Realização de Joel Silberg. Interpretação de Tiana Alexander, Rod Steiger, David Dukes. Cor, 90 minutos.

Uma agente secreta é enviada para um país da América do Sul para desmantelar uma rede de pro-



- Charlie Parker - o «Bird»

Bird

- O Fim do Sonho

«Bird», (EUA/1987). Realização de Clint Eastwood. Interpretação de Forest Whitaker, Diane Venora, Michael Zelniker, Samuel E. Wright, Keith David, Michael McGuire. Cor, 154 minutos.

Não é a faceta de verdadeiro líder revolucionário da música afro-americana dos anos 40 que interessou sobretudo este surpreendentemente multifacetado Clint Eastwood no seu filme dedicado à biografia de Charlie Parker. Pelo contrário, foi o lado intensamente trágico de uma vida dilacerada pelos dramas raciais e pela toxicod dependência que mais o tocaram neste emocionante empreendimento. E o desempenho dos principais actores - com relevância para Forest Whitaker, no papel do *Bird* - acentuaram, e bem, o caminho escolhido pelo realizador, embora se possa dizer que a opção tenha contribuído para que o filme se prolongue por uma duração algo exagerada. Isto não significa que a grande música de Parker, presente na banda sonora, não preste a justa homenagem ao músico que personificou uma das mais decisivas rupturas na História do Jazz - o *be bop*. Um Oscar da Academia veio, aliás, premiar o trabalho técnico da banda sonora, que aqui sucintamente se desvenda: Lennie Niehaus, também ele um saxofonista *parkeriano*, supervisionou toda a produção musical e escreveu os arranjos (gravados por músicos de Jazz contemporâneos ao ano de rolagem do filme - 1987) que enquadram os solos históricos, autênticos, de Charlie Parker extraídos digitalmente das gravações originais por ele realizadas nos anos 40 e 50. Mas muitos amadores de Jazz teriam preferido

que, com as aquisições técnicas utilizadas neste processo (em muitos aspectos similares às do engenheiro de som australiano Robert Parker na fabulosa recuperação digital de antigas e históricas gravações de Jazz) não apenas os solos de Parker, mas também as participações musicais de outros seus importantes companheiros da época - como Thelonius Monk, Dizzy Gillespie, Bud Powell, Charlie Mingus ou Max Roach -, substituídas na banda sonora, nela tivessem ficado inseridas com idêntica qualidade técnica, já que não apenas o saxofonista mas todo esse conjunto de músicos excepcionais foram determinantes na época. Estas reticências não chegam, no entanto, para macular uma das pouquíssimas obras cinematográficas em que o cinema fez justiça ao Jazz, neste acto de reconhecimento e respeito por um dos mais importantes criadores musicais do século XX. Visão (e audição) indispensáveis.

Domingo, 23.00, TV 2



- Forest Whitaker, no papel de Charlie Parker

dutores e traficantes de droga. Desconhecido.

Segunda, 01.30, Canal 1

Teo, O Ursinho
«Thinking Big», (EUA/1990). Realização de Thomas Engel. Interpretação de Jason Burnhill, Willie Gault. Cor, 87 minutos.

Terça, 15.00, Canal 1

Um Grito de Coragem
«A Cry In The Dark», (EUA/Austrália/1988). Realização de Fred Schepisi. Interpretação de Meryl Streep, Sam Neill, Bruce Miles, Charles Tingwell, Nick Tate, Neil Fitzpatrick, Maurice Fields, Lewis Fitzgerald. Cor, 121 minutos.

Duas interpretações esmagadoras de Meryl Streep e Sam Neill, na adaptação de um drama verídico ocorrido na Austrália, em que uma mulher é acusada de ter morto o seu filho apesar da sua alegação de que ele tinha sido levado por um cão selvagem - uma história que fez vibrar de indignação e emoção todo o país. O filme, encenado com grande mestria por Fred Schepisi, utiliza excelentemente alguns processos próprios do documentarismo, aliás, perfeitamente adequados ao desenvolvimento da intriga e, particularmente, às sequências do julgamento em tribunal. Um dos melhores filmes da semana.

Terça, 21.35, SIC

Oh, Serafina!
«Oh, Serafina», (It./1977). Realização de Alberto Lattuada. Interpretação de Renato Pozzetto, Dalia Lazzaro. Cor, 99 minutos.

Terça, 22.40, TV 2

Tycoon
- A Grande Conquista
«Tycoon», (EUA/1947). Realização de Richard Wallace. Interpretação de John Wayne, Laraine Day, Cedric Hardwicke, Judith Anderson, James Gleason, Anthony Quinn, Grant Withers. P/B, 128 minutos.

Toda a eficácia dos condimentos clássicos do cinema estão presentes neste filme sem grandes voos que conta a história de um engenheiro especialista em pontes que decide, contrariando todas as opiniões, projectar algures nos Andes um túnel que acaba por desmoronar-se, tal como acaba por acontecer com o seu romance com a filha de um milionário que lhe encomendara a obra. John Wayne, quanto a ele, dava bem melhor conta dos problemas que enfrentava no Oeste...

Quarta, 15.00, Canal 1

Willow
- Na Terra da Magia
«Willow», (EUA/1988). Realização de Ron Howard. Interpretação de Val Kilmer, Joanne Whalley, Warwick Davis, Jean Marsh, Patricia Hayes, Billy Barty, Pat Roach, Gavan O'Herlihy. Cor, 125 minutos.

Dirigida sobretudo à malta nova, embora em algumas sequências a malta nova que o povo aja com desadequadas posturas de gente grande, este é um filme de aventuras e fantasia ao jeito da *Guerra das Estrelas*, realizado a partir de uma história de George Lucas (como não podia deixar de ser!). Um espectáculo de entretenimento e humor, em meio de efeitos especiais e espaciais, visivelmente com a época das Festas a aproximar-se.

Quarta, 22.00, Canal 1

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

Cinema

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Imperdoável	-	-	★★★
B Jogos de Poder	-	★★★★	★★★★
C Saltos Altos	★★★★	★★★	★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Real. Lawrence Kasdan — Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Quarteto/2 (14.15, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), S. Jorge/3 (13.45, 16.15, 18.45, 21.15) — Lisboa.
B — Real. Robert Altman — Alfa/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Amoreiras/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) Mundial/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.
C — Real. David Lynch — Alfa Club (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Amoreiras/6 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) S. Jorge/2 (13.45, 16.15, 18.45, 21.15) — Lisboa.

Teatro

AUDITÓRIO DE BENFICA

Junta de Freguesia de Benfica, Av. Gomes Pereira, 17. Tel. 7154565. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00: O VERDADEIRO OESTE, de Sam Shepard, enc. António Feio.

CASA DA COMÉDIA

Rua S. Francisco Borja, às Janelas Verdes. De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 17.00: TAROT OU A VIAGEM DO LOUCO, texto e encenação de Filipe Crawford.

COMUNA

Praça de Espanha. Tel. 7271818 e 2752175. De 2ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00: EDUARDO II, de Christopher Marlowe, enc. de João Mota, pelo Teatro da Comuna.

PALCO ORIENTAL

Calç. Dq. Lafões, 78. Tel. 8586997. 6ª, sáb. e dom. às 22.00: MACBETH, de Shakespeare, enc. de Pedro Wilson.

RITZ CLUB

Rua da Glória, 57. Tel. 3425140. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00: A CANTORA CARECA, de Eugene Ionesco, enc. de Helder Costa, pela companhia A Barraca.

TEATRO DA CORNUCÓPIA

Rua Ten. Raul Cascais. De 3ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.30: AMO-TE, de Abel Neves.

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA

Almada, Rua Conde Ferreira. Tel. 2752175. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00: D. QUIXOTE, de António José da Silva, enc. de Joaquim Benite, pela Companhia de Teatro de Almada.

TEATRO MUNICIPAL MIRITA CASIMIRO

Estoril, Av. Fausto de Figueiredo. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00: HAROLD E MAUDE, de Collin Higgins, encenação de Carlos Avilez.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Rossio. Sala Garrett: de 3ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. DUETO A SOLO, de Tom Kempinski, enc. Jacinto Ramos.

TEATRO S. LUIZ

Rua António Maria Cardoso. Tel. 3471279. Sáb. às 19.00 e 22.30, dom. às 16.30, 2ª às

21.30: A ARTE DA COMÉDIA, de Eduardo de Filippo, encenação de Mário Viegas (produção da Companhia Teatral do Chiado).

TEATRO DO SÉCULO

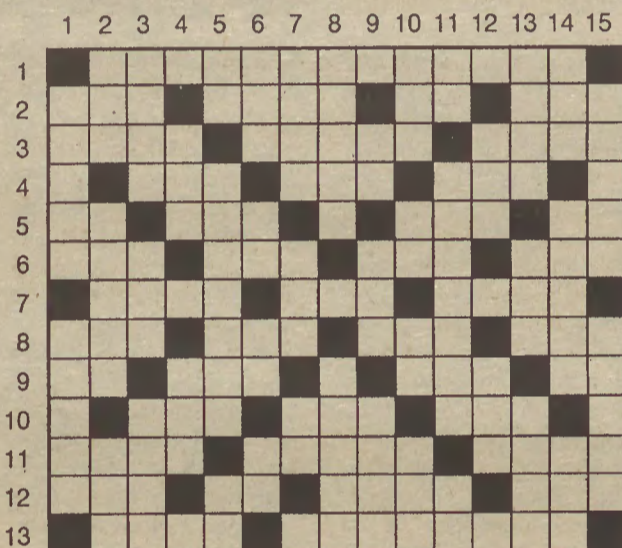
Rua do Século, 41. Tel. 828294. De 2ª a 5ª às 22.00, 6ª e

sáb. às 19.00 e 22.30: MEDEIA É BOM RAPAZ, de Luís Riaza, enc. Fernanda Lapa, com João Grosso e Rogério Samora.

TEATRO DA TRINDADE

Largo da Trindade, 7-A. De 3ª a sáb. às 18.30. NOITES, de Carlos Manuel Rodrigues.

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 — Naturais de um país da Europa setentrional. 2 — Possuir; galanteador; despido; análogo; 3 — Sorte adversa; rumos; estampilha; 4 — Prep.; batráquio; estabelecimento de vendas de bebidas alcoólicas; 5 — Aqui; ponto cardeal; príncipe asiático; observa; 6 — Discursa; animação (fig.); realiza; concedas; 7 — Povo (fig.); alça; destro. 8 — Benévola; sofrimento; maior; interj. imitativa de pancada; 9 — Carta de jogar; ofereço; ente; nota musical. 10 — Cabelos brancos; entregar; coragem! (interj.); 11 — Tronco despido de ramos; estabelecimentos de venda; temor; 12 — Composição poética; nota musical; aquelas de que falamos; corpo aeriforme; 13 — Ao acaso; o que amola.

VERTICAIS: 1 — Casa de pasto ordinária; compacto. 2 — Navio que transportou os argonautas à Cólquida; dentro da côdea. 3 — Comparerás; altar; acreditas. 4 — Raso; afluente do Mondego; 5 — Prata (símb.); vozes dos bovinos; livro de poemas de António Nobre. 6 — Oceano; pêlo de carneiro; alternativa; quinquagésimo primeiro. 7 — Estímulo; nobre inglês; nota musical. 8 — Cómico; mancebo nobre que acompanhava o senhor à guerra. 9 — Art.; meio famoso; ortóptero semelhante ao grilo muito nocivo. 10 — Quaisquer; cálcio (símb.); art.; cloreto de sódio. 11 — A primeira pessoa; mercados orientais; com saúde. 12 — Santo; aguardente de melaço. 13 — Regiões superiores da atmosfera; desembuchá; ceifo. 14 — Ilha de Cabo Verde; vigiar de noite; ofertar. 15 — Apelido do autor da «Crónica de D. João I»; glândulas mamárias da mulher.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

HORIZONTAIS: 1 — Watteau; Murillo. 2 — Ilíaco; limais. 3 — Larva; bom; motas. 4 — Sião; comes; vara. 5 — Os; rara; sabe; a.D. 6 — Sane; fila. 7 — Ru.; umbelas; lá. 8 — Ócio; naco. 9 — Lã; orno; cama; im. 10 — Usem; abalo; lato. 11 — Ditos; ara; ramal. 12 — Elevam; novela. 13 — Serenos; fulanos.

VERTICAIS: 1 — Wilson; aludes. 2 — alais; asile. 3 — Tira; suo; éter. 4 — Távora; comove. 5 — Eça; anuir; san. 6 — Ao; Cremona; mó. 7 — Boa; oba. 8 — Dom; rei; aro. 9 — Mês; cla. 10 — Ul; safanão; nu. 11 — Rim; bisam; rol. 12 — Imóvel; calava. 13 — Lata; aló; amen; 14 — Liara; italo. 15 — Ossada; imolas.



Escrava do Amor

Realização: Nikita Mikhalkov
Fotografia: Pavel Lebeshev
Intérpretes: Yelena Solovej, Rodion Nakhapetov

Dias de guerra civil na Rússia. Uma equipa de filmagens que estava rodando o melodrama «The Love Slave», protagonizado por Olga Voznesenskaya, foge em pânico da Moscovo «vermelha» para uma pequena aldeia do sul ocupada pela guarda «branca». O habitual «co-star» que é o ídolo do cinema mudo Makasakov, violou o seu contrato e permaneceu em Moscovo. Este facto surpreendeu de tal forma Olga, que pela primeira vez ela começou a reflectir sobre os acontecimentos correntes.

Na cidade onde eles filmavam, actuava um grupo «subterrâneo» de revolucionários que é comandado pelo operador Victor Pototsky. Arriscando a própria vida, ele filma secretamente todas as actividades arbitrárias de Fedotov, cabecilha da contra-espionagem da Guarda Branca.

Pototsky apaixona-se por Olga e tenta revelar-lhe o significado dos recentes acontecimentos na Rússia. Demonstrando sensatez e honestidade, Olga começa a ajudar os revolucionários chegando a salvar a vida ao próprio Pototsky.

Entretanto, Fedotov arma uma armadilha ao operador de câmara, que é morto em frente da actriz. A partir deste momento, Olga não tem dúvidas acerca do caminho a seguir. Com a ajuda dos revolucionários, ela mata Fedotov.



SÉRIE FILMES SOVIÉTICOS

- 001 — O COURAÇADO POTEMKINE
- 002 — A MÃE
- 003 — ESCRAVA DO AMOR
- 004 — A BALADA DO SOLDADO
- 005 — AMOR EM TEMPO DE GUERRA
- 006 — A GREVE

Preço Unitário: 3500 escudos
Pacote de 3 filmes: 10 000 escudos

Cinema
de qualidade
em sua casa

DESCONTO ESPECIAL
15%

Via CTT À cobrança (Zona Grande Lisboa)

Faça os seus pedidos para:

crac serviços, CRL
VIDEO cracfilmes
Apartado 90
Queluz Ocidental
2746 QUELUZ CODEX



Tempo

Céu muito nublado, com períodos de chuva.



ÚLTIMAS

a talhe de FOICE

Aldeia Global

A comunicação que, segundo se diz, transformou o mundo numa "aldeia global", tem aprofundado nos últimos tempos uma antiga vocação: a de pôr e tirar ideias na cabeça das pessoas como quem puxa coelhos duma cartola. Por exemplo, a camada do ozono. Andava toda a gente muito descansada sem saber o que era, até que um belo dia a Comunicação Social resolveu explicar que se tratava duma coisa que andava a esburacar-se por cima das nossas cabeças com o objectivo de fazer cancro e matar-nos aos poucos. O caso era (e é) sério, e atrás dele desfiaram-se as mais fundamentadas apreensões: os rios e os mares estavam poluídos, o "efeito de estufa" andava a fritar-nos a lume brando, as calotes polares preparavam-se para fazer do Dilúvio uma inundação de cozinha, as loucuras nucleares haviam envenenado o mundo por largos milhares de anos e a própria capacidade de regeneração do planeta já estava tão comprometida como a cadeia alimentar de milhões de espécies. Estávamos devidamente assustados nisto, quando o surpreendente aconteceu de novo: uma camada de silêncio caiu sobre a do ozono e a desgraçada passou a merecer umas simples "locais" - mesmo assim apenas quando o buraco se lhe abre mais aqui ou ali. Quanto às estufas e calotes, inundações e envenenamentos, parece que desapareceram do planeta com a mesma pressa com que surgiram. Em seu lugar outras questões continuam chegando e partindo, com uma inconstância que deixa apenas de concreto, no quotidiano das pessoas, o fulgor da notícia pela notícia. Ele é a guerra da Jugoslávia e a crise do GATT, os perigos da SIDA e o império da economia alemã, os paroxismos da Rússia e a ameaça fundamentalista, um não sei quê no Médio Oriente mais uma coisa qualquer no Corno de África, não sei quantos mortos não sei onde mais os aviões que desataram de repente a cair por todo o lado. Para trás já ficaram outros acontecimentos que, a seu tempo, nos foram servidos com uma urgência só comparável à facilidade com que depois foram esquecidos pelos mesmos meios de informação: a guerra do Golfo ou o muro de Berlim, os massacres racistas na África do Sul ou os crimes dos neonazis... O curioso destas avalanches informativas está ainda no facto de surgirem todas muito concertadas. Toda a gente fala da mesma coisa ao mesmo tempo, tal como todos as silenciam num dado momento e em simultâneo, como se a capacidade de produzir e seleccionar notícias para o mundo inteiro estivesse nas mãos de uma única equipa. Aliás, deve ser também por isso que o planeta se transformou numa "aldeia global" - um sítio cheio de campônios pendurados das novas dos pregões do rei. Convém entretanto distinguir - caso a diferença não haja ficado devidamente demarcada - entre a volubilidade natural da Informação (sempre tiranizada pelo império da actualidade) e estes concertados "acessos informativos". É que se a primeira constitui, para o melhor e para o pior, uma das essências do jornalismo, os segundos, sob o manto nada diáfano do direito de informar, não passam de campanhas estrategicamente desencadeadas. Servindo os interesses de alguém. E manipulando os homens à escala planetária. Perante isto, não nos venham com grandes conversas sobre o actual peso da Comunicação Social nos rumos da Humanidade, nem exagerem acerca da sua independência ou papel transformador nas sociedades. A Comunicação Social que temos já nos dá guerras em directo... mas sob a supervisão do beligerante.

HC

Solidariedade com Timor

Trinta e cinco jovens portugueses vão deslocar-se de 13 a 19 de Dezembro a Estrasburgo, ao Parlamento Europeu, por iniciativa da Juventude Comunista Portuguesa (JCP), com o objectivo de contribuir para alertar a comunidade internacional para a questão de Timor e de pressionar as instâncias comunitárias e os países membros para a resolução do problema de Timor.

Durante a permanência em Estrasburgo, a delegação realizará diversas iniciativas, de onde se destacam o encontro com a presidência da Comissão ASEAN e do Intergrupo para Timor; o encontro com deputados portugueses que fazem parte deste Intergrupo, um outro com os deputados da Coligação de Esquerda (onde o PCP se integra), uma concentração frente ao edifício do Parlamento Europeu e a realização de uma iniciativa de solidariedade em conjunto ao Movimento da Juventude Comunista Francesa, a realizar em Paris.

Das reivindicações que esta delegação levará a Estrasburgo, constantes numa declaração que será entregue nos diversos encontros agendados, destaca-se o respeito pelos direitos humanos e a libertação de todos os presos políticos em Timor, o reconhecimento internacional do território como um Estado soberano com direito a decidir sobre o seu próprio destino, um papel activo da Comunidade Europeia na imposição no plano internacional de um embargo económico e militar à Indonésia, a acção concertada dos países da Comu-

nidade junto da ONU de forma a levar o Conselho de Segurança a intervir para o fim da ocupação ilegal de Timor-Leste.

A libertação de Xanana Gusmão é outra das exigências a apresentar pela delegação nos diversos contactos que irá estabelecer.

Entre os 35 elementos da delegação de jovens contam-se dois timorenses. A composição da delegação é de jovens com idades compreendidas entre os 16 e 30 anos, de diversas actividades, ocupações e profissões entre as quais se contam artistas, estudantes, dirigentes associativos, jornalistas e sindicalistas.

Coligação de Esquerda

O grupo Coligação de Esquerda exigiu entretanto que a Comissão Europeia se



TIMOR - LESTE

LIVRE E INDEPENDENTE

pronuncie claramente pela libertação de Xanana Gusmão, através de uma pergunta do eurodeputado do PCP, Sérgio Ribeiro, onde se afirma que a prisão do líder timorense é «mais um facto comprovando a ocupação indonésia, devendo tornar ainda mais claras as posições de urgente solidariedade para com o massacre do povo de Timor-Leste, com vista a assegurar o exer-

cício do seu direito à autodeterminação», pelo que o eurodeputado pergunta «qual a reacção da Comissão à prisão de Xanana Gusmão?».

O grupo Coligação de Esquerda exigiu a libertação imediata de Xanana e que a Comunidade contribua no seu todo para assegurar as condições que permitam ao povo de Timor exercer o seu direito à autodeterminação.

Documento contra Maastricht vai ao Parlamento

As milhares de assinaturas recolhidas no abaixo-assinado contra a ratificação do Tratado de Maastricht vão ser entregues na próxima quarta-feira na Assembleia da República pelos promotores da iniciativa, precisamente na data anunciada para o início do debate parlamentar para a ratificação daquele Tratado.

Entre os subscritores do documento encontram-se Rui Godinho, Salvado Sampaio, Natália Correia, José Saramago e Florival Lança. Na moção entregue ao presidente da Assembleia da República, os signatários

manifestam «a sua viva indignação» por a Assembleia pretender subordinar a Constituição portuguesa «aos ditames e imposições de Maastricht» sem que se tenha feito um verdadeiro debate nacional e um referendo «que permitisse ao povo português exprimir a sua vontade soberana sobre importantes opções e decisões que condicionarão gravemente o futuro de Portugal».

Entretanto, organizações do PCP no distrito de Lisboa vão proceder na próxima quinta-feira a um conjunto de diversas iniciativas no

âmbito da campanha «Não a Maastricht!» onde se inclui a instalação, no Rossio da capital entre o meio-dia e as 14 horas, de um estúdio sonoro com distribuição de um documento à população onde se explicam as razões de o PCP estar contra a ratificação daquele tratado europeu.

No mesmo dia, outras acções similares ocorrerão em outros concelhos do distrito de Lisboa, na sequência de um vasto conjunto de iniciativas e debates levados a cabo pelo PCP nos últimos meses sobre esta matéria.

Comunidade Europeia opina sobre Alqueva no início de 93

A Comissão Europeia prometeu apresentar finalmente o relatório do estudo sobre a barragem do Alqueva «o mais tardar, no início de 1993» depois do eurodeputado comunista, Sérgio Ribeiro, ter feito uma pergunta escrita no passado mês de Junho onde se lembrava que, passado meio ano sobre a antiga promessa da Comissão Europeia de apresentar o relatório final sobre aquela barragem em meados de 1991, existiam «rumores quanto ao termo de tal estudo». Tal motivou Sérgio Ribeiro a apresentar as seguintes questões: «o estudo está concluído?, o Governo português tem conhecimento das eventuais conclusões?, quais são elas?, quando estará o estudo que a Comissão financiou integralmente, acessível?».

Cinco meses depois, o comissário Bruce Millan diz

que «a complexidade das etapas preliminares e a consciência de ser necessário proceder a uma avaliação específica do impacto ambiental levaram a que o estudo só tivesse início em 1992», contrariando as intenções de concluir anteriormente o referido estudo.

O comissário diz, no entanto, que «a maior parte do projecto de relatório elaborado pelo consultor deu entrada na Comissão recentemente, aguardando-se para breve a secção final», pelo que «o projecto está a ser analisado pela Comissão tendo em vista o envio da versão definitiva e dos comentários da Comissão às autoridades portuguesas no fim de 1992, ou, o mais tardar, no início de 1993».

«Caberá ao Governo português tomar uma decisão quanto ao investimento em causa», observa e conclui Bruce Millan.

Encontro de Álvaro Cunhal com António Guterres

Na sede nacional do Partido Socialista, realizou-se, na passada quinta-feira, um encontro entre o secretário-geral do Partido Socialista, eng. António Guterres, e Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português.

Segundo uma nota do Gabinete de Imprensa do PCP alusiva a este encontro, ele «permitiu uma útil troca de opiniões e apreciações sobre a situação política nacional» e nele «foi confirmada a disposição, já anteriormente tornada pública pelos dois partidos, de assegurarem nas próximas eleições autárquicas a continuidade da Coligação "Por Lisboa"».

JCP saúda Cuba

A Juventude Comunista Portuguesa (JCP) saudou o voto da Assembleia Geral das Nações Unidas que exigiu, no passado dia 24, o fim do bloqueio comercial a Cuba, reafirmando a sua solidariedade activa com o povo cubano «na luta que trava pela sua independência, na luta que trava pela construção de uma sociedade liberta da exploração do Homem pelo Homem, liberta da miséria, das desigualdades, do desemprego, da falta de acesso à cultura e à educação, de uma sociedade diferente e nova, virada para a felicidade dos homens», segundo se lê na nota distribuída à imprensa assinada pelo Secretariado da Direcção Nacional da JCP.

Os jovens comunistas portugueses apelam «a todos que continuem a contribuir com a sua solidariedade activa para a causa do povo cubano, que é a causa da independência dos povos, que é a causa da dignidade do Homem», lê-se.